

Edson Fialho de Rezende

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO: O
PROCESSO DE ESVAZIAMENTO RESIDENCIAL E AS PRÁTICAS ENTRE O
PERCEBIDO E O VIVIDO**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2018

Edson Fialho de Rezende

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO: O
PROCESSO DE ESVAZIAMENTO RESIDENCIAL E AS PRÁTICAS ENTRE O
PERCEBIDO E O VIVIDO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Coorientador: Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

R467p

Rezende, Edson Fialho de.

A produção do espaço no centro histórico de Ouro Preto [manuscrito]
: o processo de esvaziamento residencial e as práticas entre o percebido
e o vivido / Edson Fialho de Rezende. - 2018.

163f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Ouro Preto (MG) - Teses. 2. Espaço urbano - Teses. 3.
Patrimônio cultural - Teses. 4. Preservação - Teses. I. Castriota,
Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura. III. Título.

CDD 350.85

Ficha catalográfica: campo preenchido pela Biblioteca Raffaello Berti - EA/ UFMG.

Edson Fialho de Rezende

" A produção do espaço no centro histórico de Ouro Preto: o processo de esvaziamento residencial e as práticas entre o percebido e o vivido." Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (Mestrado) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr Leandro Benedini Brusadin - UFOP/MG



Prof. Dr Leonardo Barci Castriota - EA/UFMG



Profa. Dra. Maria Cristina Rocha Simão - IFMG/ Ouro Preto



Profa. Dra. Marina Salgado PUC/MG

Belo Horizonte, 29 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Leonardo Barci Castriota, que sempre interfere com sensibilidade e competência na leitura sobre o patrimônio cultural. Meus mais sinceros agradecimentos pela arte de ensinar, pelo respeito às minhas ideias e pela confiança em minha capacidade!

Ao meu coorientador, Leandro Beneditini Brusadin, pelas primeiras palavras de apoio, pela sabedoria de orientação, pela amizade e pelas conversas tão esclarecedoras e instigantes!

Às professoras, Marina Salgado e Maria Cristina Simão, pelo tempo despendido à função de avaliadoras nas bancas de qualificação e defesa. Obrigado pelas contribuições tão fundamentais ao polimento desta dissertação. Sei que são amantes de Ouro Preto, por isso a nossa escolha!

A todos os professores e funcionários do MACPS, assim sempre considerado, com os quais eu muito apreendi sobre a pesquisa e a produção!

Aos amigos do MACPS, por participarem da minha admirável experiência em voltar a ser estudante. Ao grupo Ouro Preto e Mariana, Tati Paiva, Rafael D'Ângelo e Fernanda Silva, pelo companheirismo e por tornarem o percurso Ouro Preto x Belo Horizonte mais aprazível, suave e curto. À Anielle Freitas, pelas formas diretas de opinar, e a todos os colegas, pelas sinceras amizades, muito obrigado!

À Universidade Federal de Ouro Preto, por me conceder tempo e dedicação a esta produção. Agradeço a todos os amigos do Departamento de Museologia, que me apoiaram e torceram por esta conquista. Em especial, à Gabriela Lima, pela parceria e amizade.

A todos os amigos de Ouro Preto, que participaram de maneira direta ou indireta deste processo. Sem a leveza da amizade, a vida seria bem menos encantadora!

Aos colaboradores e participantes da pesquisa, em especial, a todos os entrevistados que de forma muito gentil me receberam e compartilharam seus olhares sobre a produção do espaço na cidade de Ouro Preto. Também à Angélica Lacerda, ao André Morais, à Fernanda Reis, ao Weide Silva, à Ane Souza e à Márcia Bento, sempre muito atenciosos, responsáveis e disponíveis nos auxílios aos trabalhos de campo, revisão, formatação e ilustração.

À minha família, que mesmo distante me alimenta de amor, carinho e admiração, e que eu, poucas vezes, agradeço. Cada um representa o abrigo e sustenta de perseverança os meus sonhos!

Ao Henrique, pelo companheirismo e pela paciência, pela disponibilidade e pelo incentivo, e, fundamentalmente, por dedicar-me carinho e apoio incondicional! Com você, o percurso se tornou muito mais suave!

Aos meus pais, Elza e Vicente (*in memoriam*), por proverem a brisa que me conforta com tanta determinação, força e persistência. Muito mais do que o conhecimento formal, vocês me ensinaram a perceber a vida, a viver os momentos e a conceber o que de mais valioso possuímos, o amor!

A todos, minha eterna gratidão!

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.

Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. (SANTOS, 2012, p. 81)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o município de Ouro Preto, em Minas Gerais, considerado cidade-patrimônio cultural da humanidade. O foco de estudo está na produção do espaço urbano, a partir do processo de esvaziamento residencial dos edifícios localizados na centralidade cidadina. Essa realidade se torna impulsionadora das inflexões de valores atribuídos ao espaço e pode conduzir à fragilização das práticas sócio-espaciais na contemporaneidade. Na esteira das perspectivas sociais, políticas e econômicas aplicadas sobre a cidade, a estrutura teórica utilizada foi norteadada pelos princípios filosóficos apresentados por Henri Léfèbvre, com base nas interpretações dos espaços “concebido”, “percebido” e “vivido”. Partimos da apreciação teórica sobre o Patrimônio Cultural no mundo para, assim, compreendermos o espaço “concebido” a partir da produção do patrimônio cultural no Brasil, encontrando em Ouro Preto a síntese dessa experiência precursora de institucionalização da ideologia nacional. Em seguida, realizamos a leitura descritiva do recorte espacial contemplado pela pesquisa, o qual apontou as formas de ocupação dos edifícios residenciais e evidenciou outros processos de produção do espaço na centralidade urbana da cidade-patrimônio por funções voltadas, cada vez mais, à lógica do pensamento capitalista. Finalmente, abordamos também a compreensão das relações cotidianas existentes entre o residente local e a cidade pelas práticas sócio-espaciais, conforme a teoria lefebvriana do espaço “percebido” e “vivido”. As reflexões em torno dos princípios da preservação da Paisagem Urbana Histórica e do Direito à Cidade se encontram no sentido de reconhecer a necessária interseção entre a preservação do patrimônio e a dinâmica da centralidade urbana. Dessa forma, concluímos que o processo de esvaziamento residencial é uma prenúncia dos novos valores urbanos na contemporaneidade. Diante disso, essa realidade deve reivindicar a confluência entre a preservação de Ouro Preto ao profuso sentido da urbanidade e da vida urbana, com as possibilidades de garantir ao habitante local o direito e o dever de elaborar a produção do seu próprio espaço na cidade-patrimônio.

Palavras-chave: Ouro Preto. Paisagem Urbana Histórica. Produção do espaço. Henri Léfèbvre.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the World Cultural Heritage city of Ouro Preto, in Minas Gerais. The study focuses on urban space formation, starting from the residential emptying of urban centrality. This reality drives the deflection of values attributed to such spaces and also the weakening of socio-spatial practices in contemporary times. In the wake of the social, political and economic perspectives applied to the city, our chosen theoretical framework was guided by the philosophical principles presented by Henri Lefèbvre, based on interpretations of “conceived”, “perceived” and “lived” spaces. We start by presenting a theoretical analysis of Cultural Heritage around the world in order to understand the “conceived” space, as Cultural Heritage was shaped in Brazil, finding the synthesis of a precursory experience of national ideology institutionalization in Ouro Preto. Next, we present a descriptive reading of the spatial frame contemplated in this research which confirmed the practices of occupation of residential buildings and evidenced other increasingly capitalism oriented processes of space formation in the urban center of the Heritage city. Finally, we approach the understanding of everyday interactions between the local resident and the city through socio-spatial practices, according to the Lefebvrian theory of “perceived” and “lived” space. When we reflect upon the principles of Historic Urban Landscape preservation and the Right to the City we acknowledge that the intersection between the preservation of the patrimony and the dynamics of urban centrality is necessary. Thus, we conclude that the process of residential emptying is a foretaste of the new urban values in contemporary times. Faced with this, such reality must claim the converging of the preservation of Ouro Preto to the profuse sense of urbanity and urban life, with the possibilities of guaranteeing the local inhabitants have the right and the duty to elaborate the production of their own space in the heritage city.

Keywords: Ouro Preto. Historic Urban Landscape. Space formation. Henri Lefèbvre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura dos capítulos	24
Figura 2 – Diagrama sobre a tríade lefebvriana	30
Figura 3 – Desenhos de Lúcio Costa sobre as evoluções dos estilos construtivos.....	46
Figura 4 – Representação da forma centrípeta do desenvolvimento urbano.....	78
Figura 5 – Representação da forma centrífuga do desenvolvimento urbano	79
Figura 6 – Recorte do Eixo Parcial do Caminho Tronco: Eixo Primário e Secundário	81
Figura 7 – “Conjunto Alpoim”, Praça Tiradentes	83
Figura 8 – Rua São José: alinhamento dos edifícios nas vias públicas	84
Figura 9 – Os edifícios e suas adaptações à topografia	85
Figura 10 – Recorte do Eixo Parcial do Caminho Tronco: análise de ocupação	88
Figura 11 – Rua Getúlio Vargas: análise de ocupação	90
Figura 12 – Encontro da Rua Getúlio Vargas com o Largo da Alegria	91
Figura 13 – Praça Silviano Brandão: análise de ocupação	92
Figura 14 – Vista da Rua Tiradentes, atual Rua São José em 1875–1880	95
Figura 15 – Rua São José: análise de ocupação	95
Figura 16 – Liceu de Artes e Ofícios (1886–1946). Detalhes dos elementos ecléticos da fachada do edifício.....	97
Figura 17 – Vista do Largo do Cinema. Detalhes das alterações no edifício do Cine Vila Rica, antigo Liceu de Artes e Ofícios	97
Figura 18 – Praça Reinaldo Alves de Brito: análise de ocupação	98
Figura 19 – Rua Direita e a movimentação do trânsito local	100
Figura 20 – Rua Conde de Bobadela [Rua Direita]: análise de ocupação.....	101
Figura 21 – Praça Tiradentes/ Carnaval 2018	103
Figura 22 – Praça Tiradentes: análise de ocupação	104
Figura 23 – Rua Getúlio Vargas: Exemplo construtivo de inserção no edifício residencial de pequena capela denominada “Passo da Paixão de Cristo”	116
Figura 24 – Rua São José: detalhe da vida diurna no EPCT	117
Figura 25 – Rua São José: detalhe da vida noturna no EPCT	118
Figura 26 – Expressão do conjunto arquitetônico e urbanístico no EPCT	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Levantamento quantitativo de edifícios e ocupações	107
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rua Getúlio Vargas: análise quantitativa	90
Tabela 2 – Praça Silviano Brandão: análise quantitativa	92
Tabela 3 – Rua São José: análise quantitativa	96
Tabela 4 – Praça Reinaldo Alves de Brito: análise quantitativa.....	99
Tabela 5 – Rua Conde de Bobadela [Rua Direita]: análise quantitativa	101
Tabela 6 – Praça Tiradentes: análise quantitativa	105

LISTA DE SIGLAS

ALCAN	Alumínio do Brasil
CAEM	Centro Acadêmico da Escola de Minas
CF/88	Constituição Federal do Brasil de 1988
COMPATRI	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
ELQUISA	Eletro-Química Brasileira S.A.
EPCT	Eixo Parcial do Caminho Tronco
FAOP	Fundação de Arte de Ouro Preto
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
GAT	Grupo de Assessoramento Técnico
HUL	Urban Landscape Historic – Paisagem Urbana Histórica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LOM	Lei Orgânica Municipal
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PMOP	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Questões investigativas	16
Justificativa e suporte teórico	18
A entrevista como pesquisa de campo: processo e prática	20
Sumário Proposto Descritivo.....	23
1. O PATRIMÔNIO E O ESPAÇO CONCEBIDO: OURO PRETO, DO CONCEITO À FORMA.....	26
1.1 Henri Léfèbvre e a dialética na produção do espaço urbano: o concebido.....	27
1.2 Patrimônio Cultural e seu contexto mundial: da gênese à modernidade	31
1.2.1 O Patrimônio e a elaboração de uma política oficial para o Brasil	43
1.2.2 A Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do patrimônio cultural	51
1.3 Ouro Preto e a estruturação de um espaço concebido: apontamentos da experiência	55
1.3.1 A produção do espaço: apontamentos historiográficos	55
1.3.2 Ouro Preto e o espaço concebido: o reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro.....	64
1.3.3 As experiências do Patrimônio Cultural em Ouro Preto: uma conformidade da cidade para o século XXI	68
1.3.4 A palavra do lugar: o espaço concebido pelo olhar do residente local.....	73
2. DO OBJETO DE ESTUDO: O ESVAZIAMENTO RESIDENCIAL E A INFLEXÃO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	77
2.1 O Recorte Espacial – Eixo Parcial do Caminho Tronco.....	77
2.2 O concreto: uma descrição física do espaço.....	86
2.2.1 A descrição do percurso: uma abordagem quantitativa e qualitativa no espaço	89
2.3 As formas de ocupação e a inflexão de valores	105
3. AS PRÁTICAS DE DOMÍNIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ENTRE O PERCEBIDO E O VIVIDO EM OURO PRETO	112
3.1 Sobre a produção do espaço percebido e vivido	113
3.1.1 O EPCT e a produção do espaço percebido e vivido	115
3.2 O direito à cidade e o domínio sobre a cidade: uma conjectura na produção do espaço	127

3.2.1	A centralidade urbana em Ouro Preto, a produção do espaço e o direito à cidade	130
3.3	Ouro Preto pelo olhar do direito à cidade e sua preservação	134
3.4	Ouro Preto para além dos mapas	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		146
APÊNDICE I.....		157
APÊNDICE II.....		161

INTRODUÇÃO

A existência do espaço não acontece sem as atuações sociais dos seres humanos que, ao operarem sobre o meio natural, estabelecem a construção da sua própria história. Por outro lado, afirma-se que a existência humana também é conduzida pela natureza. Para algumas linhas de pensamentos, as relações do homem com o meio, ao longo do tempo e da história, podem ser denominadas de *espaço social* (LÉFÈBVRE, 2006)¹, de *espaço geográfico* (SANTOS, 2014)², ou, então, de *lugar* (TUAN, 1983)³.

No entanto, são os valores atribuídos pelas relações do homem com o ambiente que denominam os significados como identitário, relacional, produtivo, afetivo ou histórico. Assim, defende-se que “não há sociedade sem espaço que lhe seja próprio, no interior do qual as gerações se sucedem numa continuidade tal, que uma identificação se realiza entre um povo e o seu território” (ISNARD, 1982, p. 30). Então, conclui-se que o espaço é uma construção elaborada pela produção humana, caracterizado pelas transformações na natureza e marcado pelas diferenciações socioculturais no campo do domínio.

Nesse sentido, a cidade, enquanto resultado do habitar humano, integrante de processos em transformação pelas gerações que intervêm nas camadas preexistentes e as recebem como herança, pode ser percebida a partir do conceito contemporâneo de “Patrimônio Ambiental Urbano”⁴. Isso ocorre por ser considerada uma produção do homem e uma concretização natural do tempo no espaço, que se encontra em constante (re) elaboração nos campos sociais, políticos e culturais. Ulpiano Bezerra de Meneses (1979) ainda defende que o patrimônio ambiental urbano é, sobretudo, um fato social que deve ser entendido dentro de um contexto de produção, na medida em que o homem organiza a sua prática em sociedade, incluindo a manipulação de uma linguagem simbólica.

¹ O presente estudo se apropriará do termo “espaço social” com base nas definições conceituais elaboradas por Henry Léfèbvre, na obra *A produção do Espaço*, publicada no ano de 1974. Tal obra compreende que: o espaço é uma produção do homem a partir das alterações realizadas na natureza pelo trabalho; o espaço é elaborado pelas relações sociais que, a partir de então, alteram o espaço da natureza; as relações sociais – produção, consumo e reprodução (social) são fundamentais na produção do espaço; o espaço deve, prioritariamente, ser estudado a partir das formas, funções e estruturas e; é permitido às novas relações dar funções diferentes para as formas preexistentes, pois o espaço não desaparece, ele possui acúmulo de elementos de diferentes tempos.

² Para Milton Santos, em *A Natureza do Espaço* (2014), o *espaço geográfico* é formado por um conjunto de sistemas de objetos – materiais e sistemas de ações – sociais, não interpretados isoladamente, mas como um complexo de relações humanas no qual é gerada a história.

³ Na obra *Espaço e Lugar* (1983), o geógrafo Yi-fu Tuan afirma que o significado de espaço se dissipa com o de lugar, pois a existência das categorias não pode ser compreendida separadamente.

⁴ Sobre o tema, consultar: Castriota (2009); Sant’Anna (2004); Meneses (1979).

Na contemporaneidade, a abrangência desse conceito sinaliza novas perspectivas às políticas de preservação das cidades históricas, pois estas não se encerram na forma atemporal e nem na excepcionalidade histórica e artística dos espaços edificados, mas se estabelecem como um legado primordial às sociedades, permitindo as dinâmicas adaptações entre o espaço, a história, a identidade, a estrutura social e as formas de produção ao longo do percurso. Nesse sentido, Castriota defende:

Se podemos classificar a cidade como um *artefato* humano, como um bem tangível imóvel, é importante percebermos, no entanto, que se trata de um artefato *sui generis*, de origem coletiva e em processo de constante transformação, que se dá por substituição das camadas.[...] Não se trata, portanto, de congelar a vida, ou de transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas *históricas* quanto àquelas mais novas. É nesse sentido que nos parece fundamental o conceito contemporâneo de *patrimônio ambiental urbano*, matriz a partir da qual podemos pensar a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. (CASTRIOTA, 2009, p. 88-89).

No campo da preservação do patrimônio urbano, o Memorando de Viena⁵, de 2005, explora o termo Paisagem Urbana Histórica (em inglês, Historic Urban Landscape – HUL), ao tratar do acúmulo e da diversidade das manifestações presentes nas áreas históricas urbanas; dos processos evolutivos da história humana; da natureza dinâmica das cidades; da proteção ativa do patrimônio humano e a sua gestão sustentável como condição *sine qua non* do desenvolvimento social; e do reconhecimento e soluções para as explorações das cidades. (UNESCO, 2005, tradução nossa).

Ao considerar as múltiplas manifestações atuantes nas áreas históricas urbanas como órgãos vivos e transformadores da realidade de tal sociedade, aliado a um processo contínuo de formação da identidade humana, se torna fundamental perfilar os elementos integrantes da Paisagem Urbana Histórica para além da salvaguarda do patrimônio material, e reconhecer nas relações de experiências cotidianas os mais variados instrumentos ativos e integrantes de uma determinada cultura na produção social dos próprios espaços.

Para além de definir categoria ou tipologia para o campo do patrimônio associado ao espaço urbano, a Paisagem Urbana Histórica apresenta uma conjectura ampla de abordagens que integram as paisagens urbanas dentro de uma articulação de identificação,

⁵ Documento estabelecido na 15ª Assembleia Geral dos Estados-Parte, na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, ocorrido em Viena, Áustria. O Memorando realiza a retomada dos princípios de Cartas e Recomendações Internacionais que tratam da cidade e de seu patrimônio, em especial a Recomendação de Nairóbi, de 1976. Em 2011, a Conferência Geral da UNESCO adotou, por aclamação, a nova Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica, como uma ferramenta adicional para integrar políticas e práticas de conservação do ambiente histórico construído nos objetivos mais amplos do desenvolvimento urbano em relação aos valores e tradições herdados de diferentes contextos culturais.

avaliação e conservação mais próxima das exigências sustentáveis e reais do mundo globalizado.

Assim, a UNESCO cria uma compreensão do termo a partir das considerações da área urbana como resultado da estratificação histórica e dos valores culturais e naturais atribuídos. Esses aspectos se estendem para além da noção de centro histórico ou conjunto histórico, ao incluir o contexto mais amplo, como topografia, geomorfologia, localização geográfica e os recursos naturais; **o ambiente construído e os elementos da estrutura urbana, histórico e contemporâneo**; dentre tantos outros bens identificados acima e abaixo do nível do solo. (UNESCO, 2005, tradução nossa, grifo nosso).

Na esteira das tradições e das culturas locais, os princípios de defesa da Paisagem Urbana Histórica reconhecem a integridade e a criatividade como elementos fundamentais para o desenvolvimento humano, respeitando a distinção e os valores das comunidades nacionais e internacionais. Também propõem preservar a qualidade do ambiente pelo melhoramento do uso produtivo e sustentável dos espaços urbanos explorados, reconhecendo seu caráter dinâmico e promovendo a variedade social e funcional.

Questões investigativas

Frente a essa apresentação, e ao contemplar os princípios da Paisagem Urbana Histórica, esta pesquisa será conduzida pela investigação sobre a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para tanto, o objetivo central se pautará na investigação das relações sócio-espaciais existentes, na contemporaneidade, entre a cidade-patrimônio⁶ e o cidadão local. Tal investigação se dará pelo viés da produção do espaço na vida cotidiana urbana por meio dos aspectos da identificação, memória ou referência⁷.

Quanto aos objetivos específicos de pesquisa, destacam-se: elaborar apontamentos sobre os campos conceituais e formais do patrimônio e sua institucionalização; associar os conteúdos de tais apontamentos frente às produções do espaço urbano na cidade de Ouro Preto ao longo do século XX; apresentar as formas de ocupações dos edifícios residenciais e as

⁶ Esta identificação remete às cidades que possuem, como objeto urbano, referências culturais de identidade e são reconhecidas como patrimônio pelo Estado Brasileiro, assim como são dotadas de políticas de preservação e gestão do seu ambiente.

⁷ Os termos “identificação, memória ou referência” serão categorias de análises aplicadas ao longo do texto, como indicação de comportamentos dos habitantes no âmbito da afetividade e uso do patrimônio ambiental urbano, e pode acontecer no campo da coletividade ou em condição individual.

inflexões dos valores exploratórios e simbólicos produzidos na cidade-patrimônio na contemporaneidade; analisar a centralidade urbana como condição do direito à cidade e à preservação de memória e; revisar as circunstâncias reais e abstratas de elaborar a vida urbana nas formas de perceber e vivenciar o espaço.

O objeto de estudo recairá sobre os processos de esvaziamento residencial dos edifícios localizados na centralidade urbana de Ouro Preto, por meio do recorte espacial contemplado à análise: Rua Getúlio Vargas, Praça Silviano Brandão (Largo da Alegria), Rua São José, Praça Reinaldo Alves de Brito (Largo do Cinema), Rua Conde de Bobadela (Rua Direita) e Praça Tiradentes, doravante denominado Eixo Parcial do Caminho Tronco – EPCT⁸.

A natureza dos comportamentos sociais, econômicos e culturais identificados nos valores que incidem sobre a cidade constitui a linha da investigação a partir da seguinte problematização: como ocorre a participação dos habitantes residentes no EPCT diante da produção do espaço na cidade? Quais são os desafios encontrados para a manutenção de uma centralidade urbana dinâmica, viva e coerente com os princípios do direito à cidade, com a contribuição daqueles que, cotidianamente, do espaço fazem parte? A produção do espaço é aqui apreendida como uma mediação interativa entre as formas do ambiente construído, resultantes da transformação da natureza, e a vida social que as agita, cuja dinâmica de produção se articula dialeticamente às dimensões do espaço a partir da perspectiva teórica do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1901–1991), posteriormente apresentada no Capítulo 1.

Para nos orientar por esse trajeto, é necessário, portanto, que se criem mecanismos de aproximação que respeitem uma ordem a partir do concreto para sua síntese. Assim, partimos da afirmação que há uma alteração nas formas de ocupação dos edifícios residenciais no EPCT, identificando um número cada vez menor de residentes habitando a região. A hipótese desta pesquisa, então, é de que o processo de esvaziamento habitacional do EPCT, no tempo presente, e as novas formas de se valer do patrimônio urbano, mais especificamente dos edifícios residenciais, associados às demandas exploratórias do mercado turístico e imobiliário, podem produzir uma inflexão de experiências cotidianas e de apropriações cidadinas sobre a cidade pelos seus próprios habitantes.

⁸ A denominação Eixo Parcial do Caminho Tronco – EPCT diz respeito a uma definição voltada a esta pesquisa para discriminar o recorte espacial no sítio histórico de Ouro Preto contemplado como objeto da análise. Detalhes sobre o EPCT serão apresentados no Capítulo 2 desta dissertação, intitulado: O Recorte Espacial: Eixo Parcial do Caminho Tronco.

Nesse sentido, com base nas considerações de que a Paisagem Urbana Histórica é o ambiente construído, histórico e contemporâneo, elaborado pelas relações individuais e coletivas, a metodologia será composta pela revisão bibliográfica e pelo tratamento de dados levantados quantitativamente por análises cartográficas e qualitativamente por entrevistas semiestruturadas aplicadas aos residentes do EPCT.

Destacamos que o levantamento quantitativo não será realizado com o objetivo de análises comparativas entre períodos, mas, sim, registrar as formas de ocupações dos edifícios e o número de residentes permanentes na atualidade diante da produção do espaço urbano. Já o levantamento qualitativo a partir das entrevistas se torna fundamental à metodologia por este ser considerado um instrumento ativo de reconhecimento da “fala” ou “voz” dos habitantes residentes⁹ no recorte espacial. Além desses elementos, a tríade desenvolvida por Henri Léfèbvre, na obra *A produção do Espaço*¹⁰, se tornará a primordial ferramenta metodológica ao desenvolvimento da pesquisa.

Justificativa e suporte teórico

Os aspectos que originaram a elaboração desta pesquisa são fundamentados pela nossa experiência profissional ao desempenhar a função de conservador/restaurador do patrimônio material em instituições museológicas na cidade de Ouro Preto e pela necessidade de relacionar o exercício da profissão com um campo mais amplo – a cidade-patrimônio e a sua função social.

A esses motivos, adiciona-se a formação acadêmica na área de História, a convivência com famílias e comerciantes remanescentes do EPCT, as observações das alterações rotineiras na produção do espaço da cidade nas últimas duas décadas, e dos muitos consensos e desacordos entre os cidadãos e a cidade da qual, inevitavelmente, fazemos parte. Dessa maneira, acreditamos que o interesse à pesquisa se dá sempre àquilo que conhecemos e, adicionamos no caso do presente estudo, ao que vivemos.

Além disso, a pesquisa se justifica por propor estudar a cidade pelos campos interdisciplinares e estruturantes do conhecimento humano, com a articulação da História, da

⁹ A presente pesquisa abordará como “residente do EPCT” apenas os habitantes com perfil de moradia fixa, com vínculos mais frequentes à produção do espaço urbano a partir do cotidiano de suas vidas no âmbito doméstico e trabalho. Assim, por definição metodológica, o residente estudantil, sujeito importante na produção do espaço urbano em Ouro Preto não está contemplado no tratamento dos dados, visto a especificidade de participação temporâneo desses habitantes na cidade.

¹⁰ Henri Léfèbvre publica *A produção do Espaço* no ano de 1974. Portanto, a versão utilizada pela pesquisa será: LÉFÈBVRE, Henri. *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

Arquitetura e da Sociologia, em discussões sobre preservação e o uso do patrimônio arquitetônico e urbano. A partir do olhar dos residentes permanentes, que atuam sobre as formas de apropriação e transformação do patrimônio integrado à vida cotidiana, a pesquisa pretende, dentro dos seus limites, contribuir com as análises reflexivas sobre os desafios sociais conduzidos pelas experiências do EPCT à produção do espaço – concebido, percebido e vivido – em Ouro Preto.

A escolha do recorte do EPCT justifica-se pela expressividade que o conjunto arquitetônico e urbano oferece com a Paisagem Urbana Histórica ao representar uma síntese da política de salvaguarda da cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. Para além dessa argumentação, a região se coloca na encruzilhada das relações de domínio que possam existir, percebidas nas presenças e ausências do cidadão local na produção do espaço urbano e em algumas especificidades nos valores de uso e de troca conduzidos pelos processos econômicos e políticos vigentes.

Conforme observado, o EPCT é uma região de intensa atuação turística e interesse comercial em virtude dos locais de serviços e consumos, propiciando ao espaço uma atmosfera viva e dinâmica pelos encontros em meio à intensa presença de transeuntes, consumidores, grupos de turistas e veículos. Contudo, ao contrário do que é observado durante os períodos úteis e comerciais, a leitura desta pesquisa se norteou pelo esvaziamento humano, observado principalmente no averiguado número diminuto de habitantes nos edifícios residenciais e pela diluição na convivência social local. O processo de esvaziamento residencial é um dos efeitos provocados pelas transferências dos núcleos familiares para outras localidades; pelo deslocamento da população economicamente frágil à sobrevivência e utilização dos espaços; pelo mercado imobiliário; por um comércio voltado ao público turístico e; conseqüentemente, pela alteração da centralidade urbana que, cada vez mais, vem se deslocando para os bairros periféricos.

Por fim, o estímulo para a realização da pesquisa baseou-se nas intenções de compreender que, para revisar os conceitos de preservação de uma cidade-patrimônio e torná-los efetivos, é necessário envolver o homem, o tempo presente e suas práticas de produção e reprodução. Acreditamos que a cidade, enquanto manifestação dinâmica do homem no tempo, seja o espaço mais sólido para a caracterização de uma referência identitária; por isso, os princípios da preservação do patrimônio cultural devem avançar para além do material, garantindo o reconhecimento das formas e das origens de ser, pensar e atuar do cidadão sobre a produção do seu próprio espaço.

Para o suporte teórico, baseamos em Léfèbvre ao propormos uma leitura analítica formulada para a produção do espaço por meio de uma triplicidade conceitual que interfere diretamente sobre o campo mental, físico e social dos habitantes. Essa dialética é explicitada pelas definições lefebvrianas da “representação do espaço – o espaço concebido”; da “prática espacial – o espaço percebido”; e, do “espaço de representação – o espaço vivido”. Assim, também corroboramos com autores e suas produções teóricas que abarcam os seguintes temas: o patrimônio cultural no mundo moderno, as especificidades no campo da formação de uma política mundial e os reflexos no Brasil, Castriota (2010, 2009), Choay (2001), Gonçalves (2003, 1996), Mota (2000, 1987), Ribeiro (2009), Rubino (1991) e outros; Ouro Preto, a cidade-patrimônio e sua qualificação como objeto de análise, Harvey (2014, 2013, 2005), Salgado (2010), Vasconcellos (1977) e outros; e, a produção do espaço e o direito à cidade pelos modos estruturantes da vida cotidiana na cidade-patrimônio, Léfèbvre (2008, 2006), Meneses (2015, 1979, 1978), Simão (2016) e outros.

A entrevista como pesquisa de campo: processo e prática

Associado ao reconhecimento das ocupações físicas dos edifícios no EPCT, recolhido pelas bases cartográficas e identificando quantitativamente dados concludentes, o outro procedimento empírico que se apresenta nesta dissertação foi condicionado por meio de uma abordagem qualitativa¹¹, a partir de entrevistas semiestruturadas aplicadas aos residentes do EPCT.

O foco estruturante do modelo de entrevista adotado foi elaborado a partir da metodologia apresentada pela História Oral, utilizada como procedimento culminante na pesquisa de campo. A escolha dessa definição parte da compreensão que pela História Oral é possível “reconstruir a história através de suas múltiplas versões; captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do ator [...]” (ALBERTI, 2013, p. 20). Alberti (2013) define o potencial da técnica ao observar que a História Oral é um “método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo [...]”. (ALBERTI, 2013, p. 24).

¹¹ Para Strauss e Corbain (2008), “Com o termo ‘pesquisa qualitativa’ queremos dizer qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações. Alguns dados podem ser quantificados, como no caso do censo ou de informações históricas sobre pessoas ou objetos estudados, mas o grosso da análise é interpretativa”. (STRAUSS; CORBAIN, 2008, p. 23).

Em relação à pesquisa que aqui se apresenta, tivemos como objetivo acentuar o exposto pelas formas de produzir o espaço no campo do concebido, percebido e vivido no EPCT e, sobretudo, estimular reflexões sobre quem vive e participa da vida urbana na Paisagem Urbana Histórica em Ouro Preto. Nesse sentido, a relevância do método da História Oral decorre por priorizar a linguagem dos sujeitos sociais, dando voz às narrativas individuais e locais, no sentido de construir uma abordagem que tem no saber popular e local a sua base fundamental. Para Alberti,

[...] [a] principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, tampouco no preenchimento de lacunas de que se revestem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade, – e da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e suas configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por que viveu. [...]. Assim, as duas partes (entrevistado e entrevistadores) constroem, num momento sincrônico de suas vidas, uma abordagem sobre o passado condicionada pela relação de entrevista, que se estabelece em função das peculiaridades de cada uma delas. (ALBERTI, 2013, p. 31).

Para tanto, utilizamos na pesquisa em questão um mesmo roteiro (Apêndice I), semiestruturado, no qual nos apoiamos para a coleta e o tratamento das informações. O roteiro foi elaborado a partir do núcleo central – o processo de esvaziamento residencial no sítio histórico de Ouro Preto, desdobrado pelos fios condutores da produção do espaço nos três campos: o primeiro, a leitura do espaço concebido pelos órgãos gestores da cidade-patrimônio mundial (mental); o segundo, a abrangência das relações cotidianas entre o cidadão e a cidade-patrimônio (físico); e, por fim, as interferências simbólicas do espaço na vida do residente (social).

A partir do mote central do significado das práticas sociais na produção do espaço, avançamos para a abordagem de outros temas que se correlacionam com a existência da centralidade urbana no âmbito de garantia do direito à cidade e à preservação. Contudo, sem a pretensão de ser um roteiro inflexível, as temáticas propostas serviram para impulsionar e garantir um diálogo dentro de um espaço aberto às narrativas e à história de vida dos entrevistados.

Tal metodologia exerceu uma tentativa embrionária de realizar a leitura da produção do espaço por meio das “vozes”. Da mesma forma, buscou-se implementar um instrumento capaz de compreender a auto-organização do espaço, a partir das narrativas dos residentes que participam efetivamente do campo de investigação. Assim, as entrevistas foram realizadas com 16 pessoas residentes no EPCT e geraram conteúdos que fundamentaram os

indícios teóricos da pesquisa diante das dimensões dialéticas lefebvrianas. Captamos não apenas a leitura individual das descrições concretas e simbólicas que cada entrevistado disponibilizou em sua narrativa, como também realizamos um panorama representativo da produção do espaço no campo coletivo do recorte, resultando em pontos-chave e fundamentais para as considerações finais desta dissertação.

Os dados informacionais das entrevistas foram captados por áudio em formato “m4a”, totalizando 20h16min46seg de gravação. Após o processo de audição, passou-se à transcrição de trechos conforme o nosso interesse pelo conteúdo e suas respectivas associações com os temas discutidos ao longo da dissertação. Os conteúdos transcritos também receberam interferências ortográficas, no sentido de revisar vícios fonéticos e possibilitar ao leitor melhor compreensão. Todos os entrevistados concederam, por meio do Termo de Autorização de Uso de Depoimentos e Entrevistas (Apêndice II), a utilização de suas narrativas nesta dissertação.

As citações presentes ao longo da dissertação estão identificadas apenas pelos números das respectivas entrevistas como forma de garantir o anonimato desses residentes que cederam informações peculiares às suas experiências cidadinas. Porém, especificamos abaixo algumas informações concernentes a cada entrevistado, no sentido de possibilitar ao leitor uma construção do perfil desse entrevistado e, assim, relacioná-lo às experiências como habitante partícipe da produção do espaço na cidade. A saber:

1. Entrevista I: Jornalista, 39 anos, casada, ouro-pretana, residente à Rua São José há dois anos;
2. Entrevista II: Publicitário e fotógrafo, 38 anos, casado, belo-horizontino, residente à Rua São José há dois anos;
3. Entrevista III: Comerciante, 58 anos, divorciada, nascida na cidade do Porto Firme, MG, residente à Rua São José há 35 anos;
4. Entrevista IV: Dona de casa, 56 anos, casada, ouro-pretana, residente à Rua São José há 26 anos;
5. Entrevista V: Comerciante, 53 anos, casada, ouro-pretana, residente à Rua Direita desde o seu nascimento;
6. Entrevista VI: Farmacêutica, funcionária pública, 60 anos, solteira, nascida em Pedro Leopoldo, MG, residente à Rua São José há 54 anos;

7. Entrevista VII: Diretor de museu, idade não identificada, solteiro, ouro-pretano, residente à Praça Silviano Brandão (Largo da Alegria) há 35 anos;
8. Entrevista VIII: Comerciante, 89 anos, casado, ouro-pretano, residente à Rua São José desde o nascimento;
9. Entrevista IX: Programador gráfico, 60 anos, divorciado, ouro-pretano, residente à Rua Getúlio Vargas há 30 anos;
10. Entrevista X: Aposentada, 63 anos, solteira, ouro-pretana, residente à Rua Getúlio Vargas desde o seu nascimento;
11. Entrevista XI: Aposentada e dona de casa, 90 anos, viúva, ouro-pretana, residente à Rua Direita há 29 anos;
12. Entrevista XII: Dona de casa, idade não identificada, divorciada, ouro-pretana, residente à Rua Direita há 18 anos;
13. Entrevista XIII: Dona de casa, 58 anos, viúva, ouro-pretana, residente à Rua Direita há 32 anos;
14. Entrevista XIV: Professora, 62 anos, casada, ouro-pretana, residente à Rua Getúlio Vargas há 18 anos;
15. Entrevista XV: Aposentado, 73 anos, casado, ouro-pretano, residente à Rua Direita há 49 anos;
16. Entrevista XVI: Aposentada, 69 anos, casada, ouro-pretana, residente à Rua Direita há 29 anos.

Sumário Descritivo

O texto foi estruturado em três capítulos, com foco na produção do espaço concebido, percebido e vivido, na cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, pela síntese das experiências cotidianas dos residentes diante dos comportamentos sócio-espaciais e dinâmicos no EPCT. Conforme a teoria traçada por Léfèbvre (2006), as práticas espaciais reforçam a análise da investigação no sítio histórico com a pretensão de desvelar algumas permanências ou desaparecimentos de comportamentos individuais e coletivos que integram o espaço urbano em Ouro Preto.

No desenvolvimento da pesquisa, os temas foram assim estruturados:

Figura 1 – Estrutura dos capítulos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Dessa maneira, os capítulos se apresentam da seguinte forma:

1. O patrimônio e o espaço concebido: Ouro Preto, do conceito à forma – O primeiro capítulo, de cunho teórico, abordará a cidade de Ouro Preto enquanto campo fértil de investigação para tratar a categoria de Patrimônio Cultural no país. Para isso, nos apropriaremos da produção do espaço “concebido” defendido por Léfèbvre (2006), a partir dos conceitos adotados pela sociedade contemporânea para o tema patrimônio e as transposições culturais e políticas que institucionalizaram a cidade de Ouro Preto. Ao tratar da política de patrimônio nacional, torna-se sempre necessária a contextualização histórica de implantação da cidade no período da exploração aurífera até a sua (re) descoberta enquanto referência de uma identidade “genuinamente” brasileira pelo Movimento Modernista dos anos de 1920. Da criação do órgão de proteção pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, advêm as narrativas intelectuais e preconizadoras das atuações do poder público nas políticas de preservação do patrimônio, que partiu de estruturas tradicionais e centralizadoras a possíveis instrumentos de gestão da cidade pelo compartilhamento entre os entes da federação e a

participação popular, conforme proposta difundida pela Constituição Federal de 1988 – CF/88.

2. Do objeto de estudo: O esvaziamento residencial e a inflexão na produção do espaço urbano – O segundo capítulo, de cunho descritivo e empírico, realizará uma análise sobre o objeto de estudo, com foco no processo de esvaziamento residencial identificado no EPCT, e buscará desvendar a realidade constituída no plano discursivo sobre as práticas de produção do espaço no sítio histórico de Ouro Preto. Ambiciona-se verificar se tais práticas estão comprometendo o cotidiano social do habitante local e como o processo exploratório do patrimônio residencial estimula outras experiências que poderão conduzir a uma inflexão sobre os processos de produção do espaço urbano.

3. As práticas de domínio na produção do espaço: entre o percebido e o vivido em Ouro Preto – O terceiro e último capítulo, de cunho teórico e descritivo, reconhecerá a cidade pelas suas formas de elaboração dos espaços de representação e práticas espaciais – percebido e vivido – apresentadas por Léfèbvre e identificáveis no EPCT a partir das considerações do mesmo autor para o direito à cidade e à memória. As potencialidades reais e simbólicas de apropriação e uso do patrimônio edificado e do espaço urbano pelo residente local em seu cotidiano será o fio condutor de tal seção, que pretende reconhecer as posturas de aproximações entre o morador e o espaço patrimonializado como resultado das relações de domínio nas produções da vida local.

Por mais vastas e irrestritas que sejam as compreensões sobre a produção do espaço urbano na cidade-patrimônio de Ouro Preto, temos, como intenção primordial, corroborar com os desafios de produzir uma cidade que seja, incessantemente, (re) elaborada pelas experiências cotidianas dos seus habitantes como forma de mantê-la viva, dinâmica e representativa dos valores da vida local.

1. O PATRIMÔNIO E O ESPAÇO CONCEBIDO: OURO PRETO, DO CONCEITO À FORMA

No primeiro capítulo, discutiremos a cidade de Ouro Preto na categoria de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. O foco será na produção do espaço urbano, político e social, constituinte pelo seu sítio histórico tombado e institucionalizado pelo Estado brasileiro como expressão simbólica para a formação da identidade nacional.

Trataremos de alguns princípios conceituais de Patrimônio Cultural no mundo, suas reverberações nas cidades e nos sítios históricos e as influências diretas nas práticas adotadas pelo Brasil. Tais princípios também serão associados a um contexto historiográfico que abarca a origem da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, do período colonial até a sua (re) descoberta como referência de uma cultura “genuinamente” brasileira, segundo defendido pelo Movimento Modernista dos anos de 1920.

Para isso, discorreremos sobre as narrativas preconizadoras que oficializaram a implantação das políticas de proteção do patrimônio nacional, com base no Decreto-Lei nº 25 de 1937; as definições de pensamentos, conceitos e instrumentos que conduziram novas faces ao patrimônio; a Constituição Federal do ano de 1988 – CF/88 e algumas conformidades atuantes nas práticas sócio-espaciais¹² contemporâneas que conferem à cidade-patrimônio uma potencialidade de investigação nos mais diversos campos da ciência e da experiência urbana.

A partir dos três conceitos defendidos por Henri Léfèbvre (concebido, percebido e vivido), pretendemos expor no presente capítulo questões acerca da “representação do espaço” em Ouro Preto. Para essa compreensão, o texto será configurado à luz do conceito teórico defendido por Léfèbvre (2006) sobre a produção do espaço “concebido” ou “mental” na cidade, parte que introduz esta seção.

Por meio das práticas sócio-espaciais realizadas no espaço de representação e fertilizado pelo campo dos cientistas e agenciadores da cidade, esta investigação será encerrada pelas intervenções geradas nas entrevistas semiestruturadas aplicadas aos residentes do recorte espacial, enquanto sujeitos sociais inseridos ao espaço urbano.

¹² Nas palavras de Souza (2009, p. 24-25), “[...] existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade)”. Por essa compreensão, tomaremos como referência para esta dissertação a grafia da palavra “sócio-espacial”.

1.1 Henri Léfèbvre e a dialética na produção do espaço urbano: o concebido

Para a compreensão dos conceitos que irão conduzir o pensamento de toda esta pesquisa, se torna fundamental iniciarmos pela apresentação da corrente filosófica do autor Henri Léfèbvre. Isso será fundamental para, posteriormente, situarmos a linha de pensamento sobre a produção do espaço pelo campo das práticas sócio-espaciais como instrumento condutor para a análise do recorte espacial definido a esta dissertação.

Henri Léfèbvre (1901–1991) foi um filósofo e sociólogo marxista francês, que estudou e se graduou em Filosofia, na Universidade de Paris, em 1920. Iniciou sua crítica ao poder autoritário e agenciador do Estado ao traduzir para o francês obras de Hegel, Marx, Engels, Nietzsche e Lênin. Sua dedicação e seus estudos referentes ao espaço urbano e as influências no campo social geraram obras como *O direito à cidade*, em 1969, e *A revolução urbana*, em 1970. Em tais livros, o autor avalia as vigorosas interferências do sistema econômico capitalista no espaço urbano, com críticas ao poder industrial em adaptar a cidade conforme os interesses exploratórios da produção e do consumo e a exclusão do cidadão dos processos de elaboração das práticas sócio-espaciais que efetivam os valores atribuídos à vida urbana.

Em suas obras, o autor repudiou modos deterministas e metafísicos do urbanismo modernista, afirmando que os problemas da sociedade não poderiam ser tratados de formas avulsas, como a matemática no âmbito da economia e a arquitetura para o espaço urbano. Também apontou, criticamente, as falências de determinadas áreas do conhecimento científico na sociedade contemporânea em virtude desses comportamentos isolados.

Além disso, rejeitou o caráter reducionista da própria pretensão do Estado em tornar os problemas urbanos uma questão meramente administrativa, técnica, científica, e por manter um aspecto de dominação sob os cidadãos e os tornarem mais objetos do que sujeitos integrantes à produção do espaço social. Essas são análises que Léfèbvre apresenta como decorrência de relações econômicas de superioridade e de políticas urbanísticas pelos quais o Estado ordena e controla a população. (ELIAS, 2010; MARTINS, 1996).

Em contraposição a essa perspectiva agenciadora da sociedade pelo Estado, Léfèbvre reforça os seus princípios e publica o livro *A produção do espaço*, em 1974. A obra discute a produção do espaço urbano sob a ótica do cidadão, com base no direito à cidade enquanto estímulo à criação e à plena fruição do espaço social. Desenvolve uma concepção de cidadania que desconstrói os poderes ordenadores, burocráticos e de expressão verbal tão

comum à sociedade contemporânea capitalista. Dessa forma, o autor trata a possibilidade de democracia abrangente, pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, produzida como obra humana coletiva em que cada indivíduo e comunidade têm espaço para manifestar e viver a sua diferença. (ELIAS, 2010).

Assim, Léfèbvre define que a produção do espaço é um produto social, uma produção na relação dinâmica entre o concreto e o abstrato existente na totalidade, não podendo ser uma matéria independente. Dessa maneira, o autor propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social, o “[...] que se conclui que o espaço ‘em si mesmo’ jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço é produzido.” (SCHMID, 2012, p. 91).

Na obra *A produção do espaço*, Léfèbvre trabalha a importância do espaço para a vida cotidiana e contribui em seu debate com a possibilidade de desvendar as contradições ativas aos comportamentos sociais, visto a importância que o espaço possui para as reproduções na sociedade contemporânea¹³. O autor compreende o espaço como um processo de produção sócio-espacial que acontece em três dimensões interconectadas dialeticamente – o concebido, o percebido e o vivido, apresentados pela orientação de análise:

A chave para a teoria de Léfèbvre é a compreensão de que a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. Léfèbvre também os chama de *formantes* ou momentos de produção do espaço. Eles são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. **Por um lado, eles se referem à tríade da “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaços de representação”. Por outro lado, eles se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”.** Esta série paralela aponta para uma abordagem dupla de espaço: uma fenomenológica e outra linguística ou semiótica. [...] estes conceitos derivam da fenomenologia francesa, especialmente de Bachelard e de Merleau-Ponty [...] a perspectiva epistemológica desloca-se do sujeito que pensa, atua e experimenta para o processo de produção social do pensamento, ação e experiência. (SCHMID, 2012, p. 91-103, grifo nosso).

O desenvolvimento teórico realizado pelo autor sobre o espaço é fundamentado no princípio de reconhecer como tal as produções e reproduções sociais que podem ser analisadas enquanto uma unidade atuante em três campos: o mental, referente à abstração e ao pensamento lógico formal (concebido); o físico, associado à dinâmica e às leis da natureza (percebido); e o social, ligado à organização e ao desenvolvimento das relações sociais (vivido). (SOJA, 1993). Esses campos são, portanto, interligados, que se inter-relacionam e se intercedem naturalmente (SOJA, 1993), possibilitando, no cotidiano, o acesso de um campo a outro de maneira fácil, pois todos representam leituras do contexto social local.

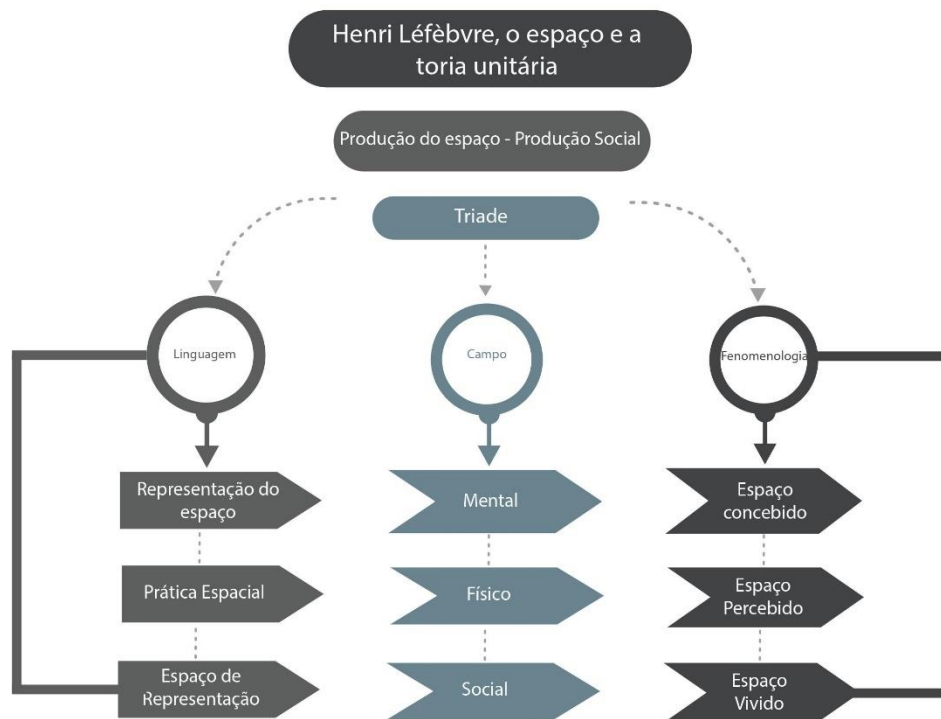
¹³ Sobre as relações do espaço e a sociedade contemporânea, consultar: Santos (1993, 2002, 2006); Soja (1993), entre outros.

É imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder. Eles constituem uma coerência? Talvez, nas circunstâncias favoráveis. Sem dúvida há então uma linguagem comum, um consenso, um código. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 41).

Conforme a teoria lefebvriana, a produção do espaço urbano representa de forma significativa as relações conflitantes entre o capital, o trabalho e o espaço, condicionando não somente no sentido material, mas nas relações de poder projetadas territorialmente pelas práticas sócio-espaciais inscritas, principalmente, nas cidades. As fontes inspiradoras de Léfèbvre são evidenciadas ao tratar o espaço urbano pela sobrevivência do capitalismo atual que “emerge em três momentos interconectados, a saber: a prática social material (Marx); a linguagem e pensamento (Hegel) e o ato criativo, poético (Nietzsche).” (SCHMID, 2012, p. 95).

Para Léfèbvre, a produção do espaço deve ser uma inscrição do tempo no espaço pelo próprio homem e a participação constante e ativa da população define o cotidiano social pelas práticas sócio-espaciais, ou seja, pela aceitação das diversidades e das multiplicidades dos momentos, que englobam a vida concreta e abstrata, presente no espaço privado e público; no individual e coletivo; na produção da cultura e da contracultura; no campo profissional, na fluidez do conhecimento, no financeiro, no lazer, entre muitos outros. Somente por meio dessas inscrições na produção do espaço que a imaginação vigorará sobre a razão, a arte humanizará a ciência, a criação predominará sobre a repetição, e será possível restaurar a cidade como obra dos cidadãos. (ELIAS, 2010).

Figura 2 – Diagrama sobre a tríade lefebvriana



Fonte: Schmid, 2012. Adapadto pelo autor, 2018.

Para uma leitura compreensiva e direcionada do conceito lefebvriano à investigação desta pesquisa, passemos à explanação sobre a primeira dialética da produção do espaço – o espaço concebido – e as possíveis formas de se realizar uma análise sobre a Paisagem Urbana Histórica em Ouro Preto, a partir das práticas sócio-espaciais ocorridas no recorte urbano na contemporaneidade.

Assim, a representação do espaço (*représentation de l' espace*) corresponde ao espaço mental ou espaço concebido. Em Lefèbvre, encontramos a cidade compreendida por meio dos discursos e instrumentos gerados pela ordenação e controle oficial que são as formas influentes de conceber e representar o espaço pelas políticas de poder e gestão urbana. Trata-se das produções dos espaços verbalizados por conceitos e teorias desenvolvidas por pesquisadores e intelectuais; pela burocracia, legislação e fiscalização, além de outros aparelhos, que permitem discorrer sobre as práticas influentes na sociedade, naturalizando-as oficialmente, portanto, em espaços conflituosos e sobrepostos por interesses, geralmente autoritários ou pouco democráticos.

Nesse sentido, pode-se definir:

A representação do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido [...]. É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam [...] para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 40).

Mediante isso, tendo em vista os percursos das políticas de preservação do patrimônio nacional a partir da década de 1930 no Brasil, prevalecendo Ouro Preto como caso-síntese e laboratórios de experiências aos debates políticos e intelectuais das leis de proteção e parâmetros interventivos, utilizamos os processos de institucionalização do espaço urbano para compreender como se produziu o espaço concebido na cidade. Além disso, investigamos se tais comportamentos agenciadores conduziram ao fortalecimento dos elementos da apropriação e identificação desse espaço pelos residentes na centralidade urbana, objetivo parcial da pesquisa, pois a cidade:

[...] conservada quase intacta graças principalmente à decadência da exploração do ouro no século XIX e à perda de seu papel de capital, Ouro Preto, maior conjunto preservado com tipologia urbana e arquitetônica do século XVIII no Brasil, só vai ser redescoberta na década de 1920 [...]. É nesse período também que a temática da preservação do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado na Nação, e, mais especificamente, com a proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico, começa a ser considerada politicamente relevante no Brasil, implicando no envolvimento do Estado. (CASTRIOTA, 2009, p. 137).

Por essa compreensão, apoiamo-nos na gênese do patrimônio para realizar a leitura sobre a representação do espaço em Ouro Preto. Utilizamos o seu contexto histórico iniciado no final do século XVII, com a descoberta do ouro na região, perpassando pelos períodos políticos e sociais que influenciaram a elevação da cidade em Patrimônio Nacional e, posteriormente, em Cultural da Humanidade pela UNESCO, na década de 1980. Nossa finalidade é elucidar, pontualmente, se essa representação do espaço concebido vem se (re)elaborando diante do atual cenário contemporâneo da Paisagem Urbana Histórica e cumprindo o seu papel diante das expectativas dos residentes na região.

1.2 Patrimônio Cultural e seu contexto mundial: da gênese à modernidade

O florescimento dos valores humanos universais propostos pelo Renascimento gerou expoentes ao Mundo Moderno e contribuiu de forma significativa para as práticas de idealizar as cidades. A partir das experiências estruturadas pelos Humanistas, sustentadas no reencontro com os princípios republicanos da Antiguidade Clássica, os fundamentos da cidade seriam novamente encontrados em dois corpos – a urbe e a pólis.

O primeiro termo – a urbe – corresponde à ocupação física, e é definido pelo adensamento da população em um determinado espaço, pelas trocas de experimentos e desejos e pelas tramas sociais surgidas enquanto um desenho urbano. O segundo termo – a pólis – obedece à organização elaborada pelo código legal, necessário para governar o espaço por meio de uma ordem civilizada à sobrevivência da urbe que, [...] “conjuntamente a uma prática política, tornava seus habitantes cidadãos construtores da dinâmica produtora daquele espaço e de suas formas de representação.” (RIBEIRO, 2013, p. 81).

Por esses debates, inicia-se na modernidade a adoção da cidade que transpôs os elementos greco-romanos ao próprio mundo e, dessa forma, foi compreendida como a mais perfeita junção entre as partes naturais e artificiais dentro de uma representação política-administrativa no espaço. A exemplo da *Concinnitas*, enunciada pelo arquiteto renascentista Leon Alberti Batista¹⁴, no século XV, sublimou-se a existência dos edifícios e das ruínas do período clássico para se erguer na modernidade uma arquitetura humanista. (CALOVI, 2000; CHOAY, 2001).

Para além dessa perspectiva, compreende-se que a cidade moderna foi constituída por complexas manifestações nos campos social, cultural, político e econômico. Rolnik (1988, p. 8) afirma que cidade é “centro e expressão de domínio sobre um território, sede do poder e da administração, lugar da produção de mitos e símbolos”, ou seja, também pode-se realizar a leitura da cidade a partir de um espaço de domínio sobre aquilo que dela faz parte, que perpassa pelo campo do real ao imaginário – da paisagem às formas de transformá-la; das condições provisórias às imutáveis; das necessidades simbólicas da crença, da coragem, do poder e do valor; da elaboração da arte e suas manifestações.

Presentes na cidade das mais diversas culturas e em distintos períodos, o monumento¹⁵ esteve localizado nos espaços urbanos com o objetivo de revigorar no tempo as memórias de uma origem, de um acontecimento, de um começo ou de um fim. Na busca em eternizar as coisas memoráveis, os arquitetos se utilizaram também dos monumentos para oferecer embelezamento e esplendor às cidades. Tratava-se de construções edificadas, do

¹⁴ Leon Alberti Batista foi arquiteto, filósofo, poeta, arqueólogo, engenheiro, cartógrafo e redigiu em meados do século XV um dos mais importantes tratados de Arquitetura depois de Marcus Vitruvius, arquiteto romano que viveu 1 a.C. Baseado na Antiguidade, mas com alta observação para o futuro, o tratado de Albertini buscou dar à arquitetura o *status* o qual exigia o Renascimento no que se referia à disciplina do saber humano. Por *Concinnita*, Alberti chama a perfeita disposição e as conexões das partes de um modo subserviente ao todo, a exemplo da aproximação das antigas cidades greco-romanas para a edificação da cidade humanista (CALOVI, 2000).

¹⁵ A palavra latina “monumentum” remete para a raiz indo-europeia “men”, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo “monere” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O “monumentatum” é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 1990).

obelisco, ponto de referência ou túmulo, possuidoras de uma intenção contínua de lembrar e mobilizar uma memória viva por interferência dos afetos e assegurar a memória dos homens da transitoriedade temporal. Sendo assim, é importante considerar em relação ao monumento, que:

A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para lembrar ou fazer que outras gerações de pessoas lembrem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. (CHOAY, 2001, p. 18).

O austríaco Alois Riegl (1858–1905)¹⁶ publica, em 1903, *O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência ou a sua origem*, notável obra que define o monumento como “um conjunto de reflexões destinadas a fundar uma prática, a motivar as tomadas de decisões, a sustentar uma política”. (WIECZOEK, 1985, p. 23 apud CUNHA, 2006, p. 7). Nesse estudo, Riegl estabelece distinção entre “monumento” e o “monumento histórico” e reconhece que a partir do século XIX o valor de um determinado monumento estaria mais ligado ao processo conferido pela história do que a própria matéria.

Conforme apresentado por Choay (2001), para Riegl, o monumento referia-se apenas a uma criação intencionada, cuja destinação foi pensada *a priori*, na ocasião da sua criação. Já o monumento histórico, de criação não intencionada, teve o seu valor revelado *a posteriori* pela observação histórica, eleito no meio da grande massa da cidade enquanto modelo a ser caracterizado pelo valor excepcional e de expressiva representatividade.

Ainda entre as distinções, Riegl esclarece que a utilização dos termos históricos e artísticos atribuídos aos monumentos são valores dados pela sociedade moderna e questiona sobre os interesses pela função original ligada à memória coletiva de um determinado período. O autor reflete sobre a inutilidade da distinção entre o “monumento histórico” e o “monumento artístico”, pois afirma não existir um único valor artístico absoluto ao longo dos tempos e, sim, um valor artístico relativo a uma determinada época. Por consequência, não existe um monumento artístico e, sim, histórico, posto que o seu valor artístico não é um valor para um ideal irrestrito à arte, mas à história da arte. (CHOAY, 2001).

Dessa maneira, o autor propõe o deslocamento para um novo valor, que seria o de lembrança reservado à integração participativa do sujeito nas elaborações e manutenções

¹⁶ Foi um dos fundadores da historiografia de arte moderna e da história da arte como disciplina. Trabalhou como curador do Museu de Artes Aplicadas de Viena e, mais tarde, tornou-se professor na Universidade de Viena, onde fundou a Escola Vienense de História da Arte. Em 1902 foi nomeado presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, e por ela encarregado de empreender a reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos na virada do século XIX para o século XX.

dos espaços de memória. (CUNHA, 2006). Importantes contribuições foram dadas por Riegl ao fornecer as noções dos valores de ancianidade, de histórico, de rememoração, de intencional, de uso, de arte relativa e de novidade, e permitir extrapolar as categorias fixas e inalteráveis dos monumentos, admitindo distingui-los e relacioná-los historicamente às dimensões do tempo e do espaço (CHOAY, 2001).

Assim, passa-se à abordagem de outro termo dentro da função memorial da cidade moderna, o Patrimônio. O conceito, assim como o de monumento, compõe um léxico de expressões aderidas às produções dos espaços que designam a permanência do passado e as referências culturais, exigindo a necessidade de resguardá-lo como algo significativo às sociedades contemporâneas.

Formada a partir de dois vocábulos, a palavra patrimônio é a composição latina de *pater + nomos*. *Pater*, na estrutura familiar, significa pai, provedor ou o chefe da família, de forma mais abrangente, refere-se ao criador, fundador; e *nomos* é a expressão que significa a lei. Adotava-se a tudo que pertencia ao pai de família e que poderia ser um legado e transferido entre gerações por testamento. Dessa forma, a expressão patrimônio indica a herança transmitida, legalmente, do pai para o sucessor, tanto no aspecto material quanto no espiritual. (CASTRIOTA, 2009; FUNARI, 2006). Para o termo, igualmente se pode compreender a retomada em tempos pretéritos e que determinaram as faces do presente, pelo qual se deve buscar como origem uma herança social e cultural herdada, em oposição a uma propriedade adquirida.

De acordo com Castriota (2009), a utilização do termo patrimônio deslocou-se do seu ponto originário e passou, no mundo moderno, a ser empregado como expressão de cultural, histórico, artístico, arqueológico, natural, arquitetônico, entre outros que existem e que, possivelmente, passarão a existir. Assim, a associação com as mais diferentes áreas justifica-se pelo fato de o termo marcar e identificar as intervenções do homem no espaço em que vive, de maneira a subsidiar a construção social e fornecer, enquanto herança aos que permanecem, as suas características identitárias.

Como sabemos, coube à França institucionalizar, pela primeira vez, o patrimônio e concretizar o seu corpo a partir das políticas públicas no campo do reconhecimento, da apropriação, da salvaguarda e da restauração dos monumentos representativos para a identidade nacional. A reformulação dos ideais filosóficos e as transformações sociais vivenciadas pela Europa, em virtude do Século das Luzes no Setecentos, conduziu a França a postular o seu progresso social e a alterar o seu domínio contra a Monarquia e o Absolutismo.

Da Revolução Francesa, emanaram os preceitos de criação do Estado-nação e, conseqüentemente, o direito de posse do patrimônio nacional que, de forma metafórica, passou a designar a desapropriação dos bens da Igreja e da monarquia, transferindo-os à nação. (FUNARI, 2009).

Contudo, sabe-se que o período da Revolução foi catastrófico para o patrimônio em virtude do espírito de destruição instigado pelos revolucionários, tendo como consequência inúmeros roubos de obras de arte e vandalismos em edifícios e monumentos como forma a banir elementos representativos e simbólicos das classes dominantes e déspotas. Há que se levar em conta, ainda, que o “povo identificava, nos palácios e nos castelos, o testemunho da tirania do Ancient Règime e, nas igrejas e conventos, uma religião que devia ser suprimida e substituída pelo culto à Deusa da Razão.” (MENICONI, 1999, p. 21).

Ao discutir a França pós-revolução, Sapienzinkas (2008) afirma que os valores e as representações culturais do povo passaram a ser, então, socialmente compartilhados e simbolicamente projetados sobre a propriedade coletiva, ou seja, por meio do patrimônio nacional. A autora ainda complementa:

Os monumentos patrimoniais na França contribuem para a construção da história, ou de uma memória histórica que vai mobilizar os sentimentos de pertencimento dos cidadãos em relação ao seu país, com uma função afetiva que relaciona patrimônio histórico e valores nacionais. Este país inova instaurando uma política de gestão e conservação do patrimônio histórico como um negócio do Estado. (SAPIENZINKAS, 2008, p. 68-69).

Diante desse contexto histórico, a França tomou as primeiras providências na elaboração de uma política de proteção e recuperação do patrimônio. De maneira precursora no mundo, instituiu uma legislação no âmbito técnico e jurídico sobre a preservação, por meio da criação, em 1837, da Comissão de Monumentos Históricos, instigando a elaboração de instrumentos oficiais de proteção do bem patrimonial nacional. A Comissão buscou adotar uma estrutura administrativa operativa e metodológica, estabeleceu formas de financiamento das restaurações (KÜHL, 1998) e fundamentou a investigação e a atuação de profissionais na área.

Como sabemos, o campo da restauração do patrimônio se configurou como proposta disciplinar no século XIX por pensadores que difundiram o conhecimento e a prática pela Europa nas formas conceituais, filosóficas e científicas, sendo os principais nomes

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814–1879)¹⁷, John Ruskin (1819–1900)¹⁸, William Morris (1834–1896)¹⁹, e Camillo Boito (1836–1914)²⁰. Apesar disso, tais pensadores da restauração estiveram destinados apenas às intervenções de recuperação dos monumentos isolados e destruídos pelas catástrofes humanas ou pelo abandono. A cidade, ou o conjunto urbano de referência das camadas históricas, ainda não era reconhecida como merecedora de atenção e valor.

A partir da segunda metade do Oitocentos, as cidades antigas europeias passaram a presenciar a reorganização do espaço urbano, em virtude do aumento da densidade demográfica, da industrialização e dos novos modos de consumo coexistentes com as crises e misérias sociais – epidemias, promiscuidades e exploração humana. As inovações tecnológicas e científicas alteraram as formas de fazer a cidade e o sentimento gerado por ela, até então, é dominado pelo capitalismo.

Algumas cidades foram modelos dessa transformação, a exemplo de Paris, com as avenidas de Hausmann, a extensão de Cerdá, em Barcelona, a construção de Ringstrasse, em Viena, e da Galeria Vittorio Emanuele, em Milão. A destruição dos edifícios antigos e as mudanças na malha urbana em prol de modernas construções e aberturas de avenidas e bulevares, com a expulsão da população operária para a periferia e a destruição dos espaços remanescentes de épocas passadas, propuseram novas formas de produção do espaço urbano e estimularam o repensar sobre as questões conceituais e institucionais do Patrimônio. (MENICONI, 1999).

¹⁷ De origem francesa, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc foi arquiteto, escritor e restaurador de monumentos. Ligado ao *revivalismo* arquitetônico do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico, foi um dos responsáveis pelo reconhecimento do *gótico* como uma das mais importantes etapas da história da arte ocidental. Sua teoria de restauração preconizava a integridade do monumento, de forma que [...] “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode jamais ter existido em um dado momento.” (VIOUET-LE-DUC, 2000, p. 17).

¹⁸ Contemporâneo a Viollet-le-Duc, mas com ideias totalmente antagônicas, encontramos o inglês John Ruskin, escritor, poeta e crítico representante da teoria romântica, ou da restauração romântica, que defendia a intocabilidade do monumento degradado. “Ela [restauração] significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. [...] é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura.” (RUSKIN, 2008, p. 79).

¹⁹ William Morris foi arquiteto e designer, seguidor das ideias de Ruskin, e fundou, em 1877, a Sociedade para a Proteção dos Edifícios Antigos. Para Morris, a arquitetura e o espaço urbano são a constituição de valores e intervenções no homem na superfície da terra em busca de suas necessidades. Com a mesma força, o teórico defendia que a qualidade de vida não poderia ser degradada pelas forças industriais e a história não deveria ser instrumentalizada. (RUSKIN, 2008).

²⁰ Camillo Boito nasceu em Roma e destacou-se como arquiteto, restaurador, escritor, crítico, historiador, professor e teórico. Em 1860, Boito tornou-se professor de arquitetura na Academia de Belas Artes, em Brera, estabelecendo-se em Milão. Para Boito, a restauração necessitaria admitir à posteridade todas as interferências efetivadas por meio da diferenciação dos materiais empregados, do distanciamento entre as características estilísticas originais e as complementares e do registro documental como forma de garantir a não eliminação dos valores originais do edifício. Permitia a aplicação do critério analógico ou estilístico com o refazimento dos elementos faltantes que seguramente existiram. (BOITO, 2002).

Já no início do século XX, o arquiteto italiano Gustavo Giovannoni (1873–1943) passou a reconhecer o termo “patrimônio urbano”, ao discutir a valorização dos monumentos associados aos conjuntos urbanos, com forte destaque no reconhecimento social pela “arquitetura menor” ou “arquitetura doméstica”. Com uma abordagem teórica detalhada cientificamente nas interpretações dos monumentos, os preceitos de Giovannoni foram essenciais às políticas preservacionistas das cidades e de elementos remanescentes da cultura. Tais princípios foram também incorporados, em partes, na elaboração da primeira Carta de Atenas²¹, produzida pela conferência realizada em Atenas, no ano de 1931, que “recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.” (CURY, 2000, p. 14).

Não obstante, a Europa após a Primeira Guerra Mundial havia desenvolvido outra linhagem de pensadores sobre as recuperações das cidades, por meio da articulação do Movimento Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM. Esse movimento propunha um rompimento com a proteção do patrimônio, o afastamento de um passado estagnado e a aproximação de uma racionalidade técnica que oferecesse condições às necessidades emergenciais da sociedade moderna. Os projetos de cidades propostos pelo CIAM fragilizavam a corrente preservacionista com as alterações completas das cidades e seu patrimônio urbano ou, então, propunham, repetidamente, apenas a preservação dos fragmentos – monumentos e edifícios isolados – mais significativos para a sociedade.

O CIAM, no ano de 1933, se reúne novamente em Atenas, dois anos após o primeiro Encontro do Escritório Internacional de Museus das Nações Unidas, para discutir as formas racionais de gerir o solo urbano, tendo como resultado a segunda Carta de Atenas. (CURY, 2000). No que se refere ao patrimônio urbano, a Carta contempla as propostas de preservação ou restauração somente aos monumentos que possuíssem interesse comum pela sociedade que os produziu, pois são esses “testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano”. (CURY, 2000, p. 52).

A apreensão com a proteção do patrimônio mundial se evidencia e ganha importantes espaços nas discussões internacionais. Em meio a esse contexto, com influências

²¹ Resultado de reunião científica realizada em outubro de 1931, em Atenas, organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações Unidas.

controversas geradas pelas Cartas de Atenas, pelos ideais atuantes do CIAM e pela busca de uma política que institucionalizasse a identidade nacional, o Brasil cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937.

Como um órgão representativo do governo federal, o SPHAN possuía em sua base conceitual a função de reconhecer e eleger o patrimônio cultural brasileiro, por meio dos instrumentos de proteção e das políticas de preservação. O Decreto-Lei nº 25/37 reconheceu como patrimônio os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais dotados pela natureza. (BRASIL, 1937, Art. 314).

Significativos momentos após a Segunda Guerra Mundial referem-se ao desenvolvimento internacional. Em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e, em sequência, houve o estabelecimento de outros centros e conselhos ligados à proteção do patrimônio cultural mundial, como a criação do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais ou Centro de Roma (ICCROM), em 1951, e o Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico (ICOMOS), em 1965. (FRONER; ROSADO, 2008).

Já em 1963, Cesare Brandi (1906–1988), outro teórico, realiza uma importante revisão sobre as posições de restauração ao empregar a teoria como um ato crítico-criativo. Nesse enfoque, a intenção maior da restauração é reconstituir a unidade potencial e reconhecer os elementos artísticos, pelo valor laboral e referencial, como o responsável pela sua apropriação enquanto monumento. Além disso, essa abordagem suprimiu as categorizações apresentadas pelos teóricos anteriores e passou a analisar o ambiente construído e natural caso a caso, com base nas análises individuais.

A partir da ideia do ato crítico-criativo, compreendeu que a restauração como disciplina seria aplicada com base no juízo de valores e deveria, ao mesmo tempo, partir do aspecto histórico associado ao projeto construtivo. Por crítica, compreendeu a capacidade da unidade potencial e para o criativo as condições existentes, pois quanto mais íntegro for o valor expressivo na obra, mais limitada fica a intervenção a ser realizada. A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte pelo tempo. (BRANDI, 2005, p. 33).

O II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza, no ano de 1964, aprova a Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, denominando o documento de Carta de

Veneza.²² (CURY, 2000). A Carta reconhece o patrimônio como a criação que oferece indícios de um testemunho, de uma evolução ou acontecimento histórico de uma civilização particular, localizado em uma criação arquitetônica ou em algum território urbano ou rural e caracteriza a área da conservação e restauração dos monumentos como uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas. (CURY, 2000, p. 92, art. 1º e 2º).

As aproximações entre o pensamento de Cesare Brandi e a Carta de Veneza se encontram nos processos de orientação das intervenções com base no juízo crítico de valor, complementada pela seguinte nota: “O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.” (CURY, 2000, p. 94). Por esse motivo, se compreende a afirmação da restauração como um processo coletivo e que não pode ser realizado ao gosto ou julgamento de um único indivíduo. Ele deve ser, antes, sustentado por profundos conhecimentos da técnica a ser empregada e do ponto de vista humanístico, relacionado com os campos de domínio da história, estética e filosofia, sem os quais não se pode certificar as decisões e escolhas efetuadas nos procedimentos de restauro.

A abertura positiva dada pela Carta refere-se à revisão sobre a utilização do patrimônio, que, ao tratar da preservação como interesse comum universal do Patrimônio da Humanidade, propõe a constante aproximação da realidade vivida pela comunidade focalizando o contexto regional e nacional. Com isso, o patrimônio deixou de ocupar o espaço contemplativo da camada intelectualizada e passou a adotar uma função mais útil frente às necessidades dos usuários comuns, devendo oferecer uma condição concreta à sociedade contemporânea.

A partir desses acontecimentos, abrem-se ricas discussões em torno do patrimônio urbano. Já na década de 1960, a preocupação com os sítios históricos entra nas pautas de planejamento urbanístico e o patrimônio edificado perde seu significado de representação isolada para os novos modelos de identidade, variando do material ao imaterial, do tangível ao intangível, do móvel ao imóvel. A cidade e seus sítios urbanos históricos, mesmo possuindo os valores sustentados pela materialidade, passam a receber um reconhecimento mais abrangente sobre as formas de produção dos espaços.

²² Resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza, no ano de 1964, a Carta de Veneza é um documento que trata sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios históricos.

Considerável momento para a preservação do Patrimônio Mundial também foi marcado pela “Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, realizado em Paris, no ano de 1972, ao sugerir a Lista do Patrimônio Mundial. Como Patrimônio Cultural da Humanidade, foram considerados os monumentos, os conjuntos arquitetônicos e os lugares possuidores de valores excepcionais pelos aspectos da história, da arte ou da ciência. Para o Patrimônio Natural da Humanidade, foram eleitos os monumentos naturais possuidores de um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (CURY, 2000). Para além da lista e os critérios estabelecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial, a convenção propôs oferecer assistência aos países internacionais associados.

Outro passo importante em relação à defesa do patrimônio foi a Declaração de Amsterdã, decorrente do Congresso Arquitetônico Europeu realizado em 1975. A Declaração reconheceu o patrimônio como uma riqueza social e, por isso, sua preservação deveria ser de responsabilidade coletiva. A sistematização dos princípios da Carta de Amsterdã foi estruturada pela experiência da Conservação Integrada, em que as participações dos sujeitos elaboradores de um determinado patrimônio são responsáveis pela sua proteção (CURY, 2000).

A iniciativa de Giovannoni ao discutir o reconhecimento dos conjuntos urbanos como patrimônio e representação do espaço social na primeira metade do século XX teve contribuição fundamental na 19ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Nairóbi, no ano de 1976, que considerou:

[...] o patrimônio urbano como partícipe da vida cotidiana da humanidade, a integração com o planejamento e ordenamento territorial fundamentais para a sua salvaguarda e o risco de destruição a que estão submetidos, define que as funções acolhidas devem ser compatíveis com o caráter específico do sítio, com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional. (SIMÃO, 2016, p. 43).

Em 1986, o ICOMOS se reúne em Washington, EUA, e promulga a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. O documento elabora definições referentes à proteção dos núcleos urbanos históricos a partir da preservação integrada pelos planos urbanísticos e define que as novas funções devem ser compatíveis com o caráter, a vocação e a estrutura das cidades.

Na discriminação dos valores que devem ser preservados, a Carta destaca “o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem” (CURY, 2000, p. 282), particularizando a forma urbana, as relações entre os

espaços naturais e os construídos, as formas arquitetônicas e as vocações adquiridas ao longo do tempo. Já na Carta de Burra²³, compreende-se que as orientações para as cidades históricas deveriam adotar que “o ‘uso compatível’ designará uma utilização que não implique em mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo” (CURY, 2000, p. 248).

Incluimos que o patrimônio e as práticas de salvaguarda devem possuir uma relação íntima com os processos identitários, como constatado por Dominique Poulot, ao afirmar que “a história do patrimônio é a história da construção do sentido da identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais.” (POULOT, 1997, p. 36). Assim, o autor complementa o pensamento ao defender que o patrimônio é instituído em uma configuração histórica que abrange uma cultura, um objetivo político, princípios ideológicos que expressam valores, ambições e projetos para a formação de uma sociedade civilizada.

Enquanto categoria de pensamento perene aos surgimentos das sociedades contemporâneas, Gonçalves (2003) reconhece que o patrimônio deve ser compreendido como organismo constante de salvaguardar o passado no tempo presente. Criticamente, o autor trata a existência do patrimônio como algo eleito por uma atuação intelectual e política capaz de criar e sustentar a defesa do pensamento, e orienta que ao patrimônio sejam sempre atribuídos valores a partir das relações sociais, culturais e econômicas que são elaboradas em volta do simbolismo da matéria.

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira utiliza Le Goff para realizar uma síntese entre os séculos XVIII e XX e discute, em três fases, o desenvolvimento da conceituação do termo patrimônio pela sociedade moderna. De acordo com a autora:

Numa perspectiva histórica, foi no século XVIII que o patrimônio passou a ser uma preocupação de Estado, vinculando-se então a uma ideia de nação, amalgamada por símbolos de um passado comum. Esse é o período que Le Goff denomina como a primeira fase de afirmação do patrimônio, à qual se sucedeu uma segunda no período entreguerras, no qual se verifica um uso crescente do termo patrimônio pelas instituições e associações internacionais. Será a terceira fase, localizada entre os anos 60 e 80 do século XX, a mais densa em expansão patrimonial social, aquela na qual se passa de um patrimônio histórico a um patrimônio social, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial. (LE GOFF, 1998, p. 11 apud FERREIRA, 2006, p. 81).

²³ Resultado do encontro promovido pelo ICOMOS, ocorrido na Austrália, em 1980.

Já caminhando para o final do século XX, os princípios de reconhecimento e preservação dos bens patrimoniais tangíveis presentes nas cidades, em especial àqueles representativos dos valores artísticos e históricos, serão estimulados a alterar o conceito para “patrimônio cultural”, remanejando-o do monumento isolado ao conjunto urbano e, deste, ao de paisagem. Os conceitos ampliados de patrimônio ganharam novas interpretações com a contribuição de outras áreas do conhecimento, a exemplo da Antropologia e da Sociologia, que instigaram uma análise mais relativizada sobre a cultura e as outras formas de afirmação das identidades e suas abrangências no âmbito da natureza humana. Esse deslocamento do campo erudito e material recaí sobre as manifestações populares e imateriais e afasta-se de posturas idealistas da Civilização e Cultura cultivadas até a modernidade. (CASTRIOTA, 2009).

Se podemos perceber a cidade a partir das interferências do homem no ambiente, um “artefato”, e tomada como patrimônio cultural dessa sociedade, também devemos observar as exigências para garantir o equilíbrio e a preservação de seus sítios históricos e de suas áreas em transformação. O conceito contemporâneo de patrimônio propõe um pensamento de articulação entre a preservação das referências identitárias da sociedade e dos processos mutáveis da vida, sem, no entanto, restringir-se a uma visão estagnada e tradicional de proteção.

Desse modo, defende Castriota:

Pensar na cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade e não apenas o monumento “excepcionais” isolados. [...]. Preservar o patrimônio ambiental urbano é, como se pode perceber, muito mais que simplesmente tomar determinadas edificações ou conjuntos: é, antes, preservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infraestrutura. [...]. (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

Os fatores como a ampliação da noção de patrimônio cultural, a diversificação dos instrumentos de proteção e o envolvimento de novos sujeitos ampliaram o âmbito de alcance dessas políticas públicas e oficiais para muito além das tradicionais ações de identificação e proteção de monumentos. Dessa maneira, novas questões são apresentadas, a exemplo dos desafios ambientais em áreas de interesse histórico; a inserção dos sítios históricos urbanos na dinâmica de desenvolvimento das cidades; a demanda por bens culturais pela indústria do turismo; o reconhecimento e o tratamento dos bens culturais de natureza imaterial como parte integrante do patrimônio cultural da nação e; os direitos de propriedade intelectual coletivos sobre conhecimentos tradicionais associados ou não. Esses são apenas alguns temas que

deveriam passar a integrar de forma mais expressiva os compromissos das políticas mundiais de preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade.

1.2.1 O Patrimônio e a elaboração de uma política oficial para o Brasil

Segundo descrito por Rodrigues (2006), o Brasil presenciou algumas iniciativas de proteção do patrimônio entre os séculos XVIII e XIX. No entanto, foi somente a partir da terceira década de 1900 que o país oficializou a sua política de reconhecimento e salvaguarda com a primeira lei federal referente ao tema. Nesse sentido, a institucionalização da política de patrimônio no Brasil surgiu com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, hoje denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN²⁴, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 1937.

A estruturação conceitual dessa política foi espelhada em experiências europeias, precipuamente aquelas que regeram as legislações na França e na Itália a partir do século XIX. Além disso, a Carta de Atenas, de 1931, influenciou diretamente as premissas de atuação do Instituto nas considerações sobre os Monumentos Históricos e Artísticos do país. Conforme entrevista concedida por Rodrigo Mello Franco de Andrade²⁵, ao jornal Diário da Noite:

Recentemente se reuniu em Atenas uma conferência internacional para assentar, na órbita mundial, as mesmas e oportunas medidas que o nosso Serviço objetiva e sob o alto e inspirado sentido de que os patrimônios históricos e artísticos nacionais transcendem e são de interesse da comunidade universal. (ANDRADE, 1987, p. 24).

Nas três primeiras décadas de atuação do IPHAN, o Patrimônio foi ideologicamente implementado à base de uma postura intelectualizada, centralizadora e autoritária, cujo propósito primordial era a apuração e o tratamento técnico dos bens materiais representativos de valores e que poderiam formatar uma identidade cultural e oficial para o Brasil. Motta (2000) destaca que os princípios que fundamentaram as práticas do patrimônio nacional restringiram-se, basicamente, à seleção dos bens de suporte físico – monumentos,

²⁴ A sigla refere-se ao órgão federal de preservação do patrimônio no Brasil, no entanto, essa se alterou conforme as mudanças na estrutura administrativa nacional, a saber: SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937; DPHAN (Departamento Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1946; IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1970; novamente SPHAN, em 1979; IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural), em 1990; e, novamente, IPHAN, em 1992. Dessa forma, o órgão federal de patrimônio será referenciado nesta pesquisa sempre como IPHAN.

²⁵ Rodrigo M. F. de Andrade era advogado, jornalista e escritor. Foi o primeiro diretor do órgão, permanecendo no cargo de 1937 a 1967, ano de sua morte. O período de sua gestão ficou conhecido como a primeira fase do IPHAN, denominado de “Fase Heroica”.

edifícios e objetos de arte –, com base em critérios estéticos e estilísticos e, primordialmente, pela sua excepcionalidade e representatividade de uma cultura dominante e elitizada.

Para Motta (2000), as primeiras cidades concebidas como patrimônio nacional foram produzidas com base em critérios estéticos e estilísticos e pela compreensão de excepcionalidade, conforme o projeto do Estado, absorvido como natural e incorporado às práticas sócio-espaciais da memória oficial. De acordo com a autora:

[...] a imagem de nação foi apropriada com ideia *lato sensu*, ficando esquecidas a origem e os motivos da escolha dos imóveis e sítios coloniais e/ou excepcionais como patrimônio. Não houve consciência de que este patrimônio era um determinado recorte feito sobre a produção brasileira em acordo com um projeto e momento histórico específico, levando ao uso de critérios semelhantes de seleção do patrimônio cultural, observando-se aspectos estéticos-estilísticos e a excepcionalidade em contextos históricos diferentes e diante de novos projetos de identidade cultural. (MOTTA, 2000, p. 31).

A partir desse momento, inicia-se a produção do espaço concebido de patrimônio nacional, identificado como histórico e artístico, por meio dos processos de representação dos espaços institucionalizados pelo Estado brasileiro nos campos tecnocrático, intelectualizado e agenciador de alguns sítios históricos tombados e museus que foram oficializados como lugares de expressão máxima da identidade nacional.

Referenciando-nos ao conceito defendido por Léfèbvre (2006), o surgimento do IPHAN e o seu contexto de implantação na esfera nacional pelos campos político e intelectual podem ser interpretados como produção ou representação de um espaço simbólico instituído pelo Estado e ligado às relações de imposições dominantes e às chamadas “ordens” sociais, intimamente associado aos “conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações ‘frontais’.” (LÉFÈBVRE, 2006, p. 36).

Aqui, podemos perceber que o campo mental das comunidades possuidoras de sítios históricos de interesse do Estado é atingido pela atuação da produção de um espaço de domínio e de poder sobre aqueles que o habitam. Por essa leitura também fica claro que o princípio de Léfèbvre vai ao encontro do pensamento de Pierre Bourdieu.

Ambos desenvolvem uma análise da composição estruturante da sociedade pelo poder invisível exercido na cumplicidade daqueles que o exercem com aqueles que estão sujeitos ao poder, denominado de “poder simbólico”. Para essa compreensão, Bourdieu (2002) defende que a representação simbólica do poder atua nos modos de operação ou na produção simbólica como um domínio do espaço. Assim, o poder do espaço concebido se encontra nas práticas simbólicas de cada sociedade.

[...] a procura dos critérios *objectivo* de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios são *objecto* de representações mentais, quer dizer, de *actos* de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações *objectuais*, em coisas ou em *actos*, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores. (BOURDIEU, 2002, p. 112).

O grupo idealizador do IPHAN, composto por intelectuais e arquitetos modernistas, oficializou a leitura do passado, realizou a busca de vestígios materiais e identificou uma herança cultural posta como capaz de inserir o Brasil entre os mais modernos e civilizados países do mundo. (FONSECA, 2009). Para tanto, elegeram as cidades mineiras com sítios históricos remanescentes do período colonial e de locais onde ocorreram importantes ciclos econômicos que se mantiveram no tempo e espaço como testemunha simbólica de uma identidade legítima da cultura nacional. Nesse momento, privilegiou atenções sobre o processo de ocupação territorial com foco na hegemonia portuguesa e, em contrapartida, recusou as outras culturas que antecederam e sucederam o século XVIII. (CHUVA, 2003).

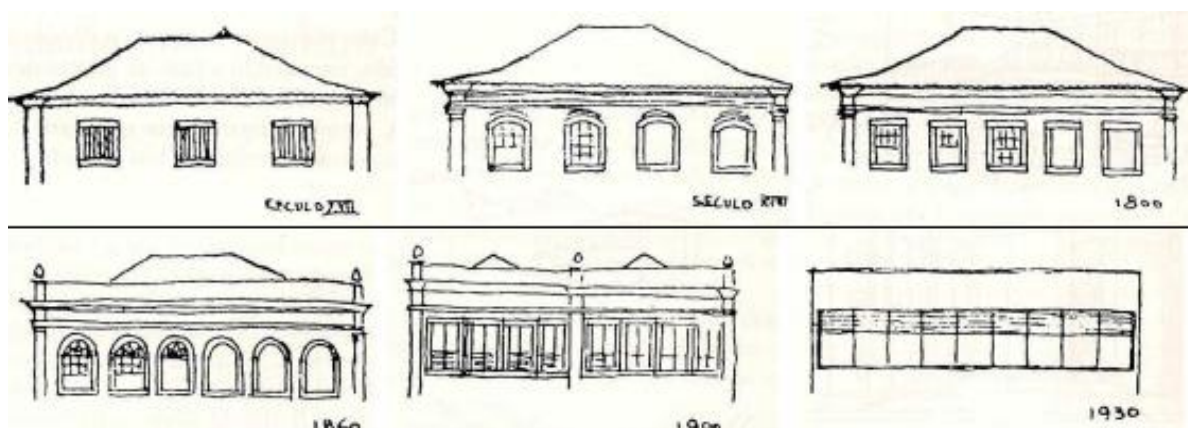
Para Mariza Veloso dos Santos, os intelectuais e os arquitetos tinham o objetivo calcado:

[...] numa ideia básica que é o registro da nação, cuja face era preciso tornar visível; não através da incorporação de traços da natureza, como no romantismo, mas através da identificação de uma tradição cultural que tivesse uma duração no tempo, cujo passado era preciso alcançar, e que tivesse uma visibilidade no espaço, cuja configuração e moldura era preciso estabelecer. (SANTOS, 1996, p. 78).

Castriota (2009) nos apresenta um específico olhar do arquiteto modernista Lúcio Costa sobre sua apreciação pelas cidades coloniais mineiras, que após realizar uma viagem a Minas Gerais passou a identificá-las e a respeitá-las como berço da “genuína arquitetura brasileira”, fonte de integração da modernidade com a tradição. Assim:

Neste sentido, os arquitetos modernos brasileiros viam-se, na esteira das formulações de Lúcio Costa, muito mais como continuadores da boa tradição construtiva forjada ainda na época da Colônia do que como agitadores vanguardistas. [...]. Assim, é muito comum na época identificar-se uma espécie de correspondência entre essa arquitetura colonial e a arquitetura moderna, ressaltando-se os seus traços comuns: simplicidade, austeridade, pureza, bons uso dos materiais. (CASTRIOTA, 2009, p. 139).

Figura 3 – Desenhos de Lúcio Costa sobre as evoluções dos estilos construtivos



Fonte: Costa, 1997.

O Tombamento²⁶, primordial instrumento jurídico e de controle recomendado pela institucionalização e proteção do patrimônio, se tornou a expressão máxima do IPHAN e o mais aplicado ao longo da primeira fase, que compreende o período de 1937 a 1967. De acordo com o Decreto-Lei nº 25/37, o tombamento de um patrimônio – móvel ou imóvel – deveria ser aplicado de forma técnica e estar associado na sua identificação de acordo com os Livros de Tombo²⁷, definindo:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4 desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937).

Ao retroceder ao período ora dedicado e valermos das experiências europeias, segundo expressado por Françoise Choay, a legislação que regeu o patrimônio na França a partir do final do século XIX tornou-se referência para toda a Europa e, posteriormente, para

²⁶ O Tombamento é um instrumento legal brasileiro, utilizado pelo poder público até a atualidade, para instituir a proteção do patrimônio por meio da aplicação de legislação específica, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. De acordo com Lemos (1987), Tombamento deriva do termo “tombar”, que significa “arrolar ou inscrever” e é proveniente do direito português.

²⁷ 1. Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente às três primeiras categorias de arte: Arqueológica, Ameríndia e Popular; 2. Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria, Arte Histórica; 3. Livro de Tombo de Belas Artes, correspondente à quinta e à sexta categoria, Arte Erudita Nacional e Estrangeira; 4. Livro de Tombo de Artes Aplicadas.

todo o mundo, em virtude da perceptibilidade e da racionalidade dos procedimentos técnicos. Tais metodologia e conceito protecionista francês se viram declaradamente reproduzidos no Brasil, pois em ambos os países o “procedimento de tombamento”²⁸, investido da autoridade do Estado, completamente centralizado [...], torna-se um formidável instrumento de controle.” (CHOAY, 2001, p. 146).

Assim, ao se utilizar das palavras do primeiro diretor do IPHAN, Gonçalves (1996) reforça a intensa atuação tecnocrática e agenciadora na produção desse espaço circunscrito pelo poder do Estado e pelos procedimentos de tombamento dos bens materiais para a formação do patrimônio nacional:

[...] Rodrigo afirma: “a ação do Estado, exercida por intermédio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, **limita-se em geral, ao tombamento dos bens, isto é, à sua inscrição com as respectivas características e as observações técnicas de importância, nos Livros de Tombo** [...]. O tombamento é, pois, o ato declaratório da incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional”. A categoria tombamento desempenha um papel crucial nessa modalidade de política de patrimônio cultural, sendo, ainda, o principal instrumento legal usado para que o Estado aproprie-se dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. (GONÇALVES, 1996, p. 66, grifo nosso).

Vale considerar as experiências de reconhecimento do patrimônio, que inauguraram as primeiras atuações do IPHAN, em especial aquelas aplicadas antes mesmo da criação do órgão, em 1937. Sabe-se que em algumas cidades brasileiras a gestão administrativa já havia, desde o começo do século XX, desenvolvido algum mecanismo prévio de defesa do patrimônio local ou regional. Como exemplo, citamos o processo, precursor no país, de elevação da cidade de Ouro Preto a Monumento Nacional pelo governo federal, em julho de 1933. Para Rubino:

[...] no conjunto do que se tombou, as iniciativas estaduais e as definições construídas nessa proto-história nortearam a política nacional: foi onde havia uma tradição de se guardar tradições que o SPHAN realizou seu trabalho mais acabado. [...] cristalizou-se, através do tombamento, muito do que já estava prefigurado em toda a discussão anterior à criação do serviço, desenhando assim um mapa do país já existente há muito para as tradições de liderança local de estados como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. (RUBINO, 1992, p. 60-61).

De acordo com o que foi anteriormente apresentado, é possível perceber, em tais comportamentos, a produção do espaço concebido, pois os critérios para a realização do Tombamento nas cidades e em seus monumentos foram aplicados com base nos aspectos definidos pela intelectualidade atuante no campo político de poder, limitado,

²⁸ Observa-se uma inadequação na tradução da obra original referente ao termo “Tombamento”, visto que esse é exclusivo às práticas técnicas de preservação do patrimônio nos países de origem portuguesa. Para a França, sugere-se a compreensão do termo “Registro”.

predominantemente, nos domínios estéticos e estilísticos associados à leitura traduzida pelo campo da excepcionalidade dos bens. Nas definições de Rodrigues (2006), com base na elaboração realizada por Fonseca (1997), a produção do espaço concebido como patrimônio pelo IPHAN, nas primeiras décadas de atuação, pode ser resumida pelos seguintes critérios:

- **O principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas;**
- Prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista;
- A consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes;
- Na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens de sua inscrição nos livros de tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições. (RODRIGUES, 2009, p. 8 apud FONSECA, 1997, grifo nosso).

Os valores estéticos, estilísticos e a excepcionalidade do patrimônio, atribuídos conforme a seleção dos arquitetos modernistas que compunham o quadro de funcionários do IPHAN, tornaram-se padrão exigido e predominaram sobre todos os outros valores culturais presentes. A avaliação do valor histórico ficou em plano posterior, restrito, nesse momento, à vinculação do bem a alguns fatos memoráveis da história do Brasil. (FONSECA, 2009).

No que se refere às ações de preservação e restauração das cidades tombadas pelo IPHAN, nas três primeiras décadas, essas iniciativas estiveram voltadas à busca da manutenção das características originais. Isso ocorria por meio de remoção dos elementos recentes que “corromperam” o edifício ou o conjunto, e de inserção “harmoniosa” de novas construções, ao gosto dos arquitetos e dos intelectuais do IPHAN. Essa peculiar forma de intervir no conjunto arquitetônico, ou da produção do espaço regido pelos cientistas, ficou conhecida entre os moradores dos núcleos tombados como “estilo patrimônio”. (MOTTA, 1987). Há que se levar em consideração que:

Dessa forma iniciava-se – embora não considerasse às características de volume e implantação – a indicação do uso de elementos tipológicos para harmonia com o meio de inserção e boa convivência entre o novo e o preexistente, segundo os termos utilizados em estudos no Brasil desde a década de 70 sob forte influência europeia, ignorando as formas e consequências de sua aplicação em nível nacional. (MOTTA, 1987, p. 111).

Para Rubino (1991), o Decreto-Lei nº 25/37 explicitou quais bens deveriam ser enquadrados como patrimônio nacional e como proceder para tombá-los. Entretanto, muito se ausentou em relação aos procedimentos que poderiam ou deveriam ser adotados para a efetiva proteção no que tange a sua conservação e à própria fruição pelos usuários enquanto sujeitos integrantes ao bem.

Conforme a autora, as posturas políticas do Instituto se mantiveram por décadas e as leis que se efetivaram posteriormente tiveram caráter apenas complementares, especificando sobre a ampliação do campo de reconhecimento de ruínas arqueológicas, pré-históricas, do patrimônio subaquático, entre outros. No entanto, permaneceram ausentes as orientações sobre os métodos e as técnicas aceitáveis no campo da articulação entre a identificação, a preservação, a restauração, o uso, a exploração e a dinâmica do patrimônio na sociedade.

Encontramos na produção desse espaço concebido o que Léfèbvre discute ao abordar as relações de ausência dos usuários na concepção dos espaços de representação e:

Talvez seja preciso ir mais longe e admitir que os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os “usuários” suportam o que lhes é imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 44).

Na verdade, criou-se no IPHAN uma espécie de jurisprudência, por meio de possíveis acúmulos de experiências no campo pelos profissionais envolvidos, que, num processo de retroalimentação, pareceu dar conta das orientações sobre qual o melhor caminho a ser percorrido em cada caso específico. Desse comportamento, dispensou uma definição mais acabada e próxima do vivido pelas comunidades, calcando apenas em certos empirismos e somente nas decisões dos técnicos. (CUNHA, 2006).

Até o final da década de 1960, de acordo com a Lista de Bens Tombados e Processos de Tombamento em Andamento do IPHAN (2018)²⁹, não foram registradas muitas experiências de tombamentos de cidades ou conjunto urbanos pelo Brasil. Ouro Preto, cidade considerada como síntese das atuações do Instituto, teve o seu conjunto arquitetônico e urbanístico, assim como algumas edificações isoladas, acervos, bens móveis e integrados, tombado a partir do ano de 1938. O processo de tombamento dos monumentos isolados, característica principal do IPHAN nesse período, e as políticas de restauração privilegiaram, normalmente, a leitura “fachadista” da arquitetura em detrimento de uma compreensão mais abrangente do patrimônio edificado e as múltiplas interferências sociais e culturais que complementavam o espaço urbano. (MOTTA, 1987).

Em meados de 1970, é instituído pelo governo federal o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, sob a direção do designer Aloísio Magalhães. Com a finalidade de suprir a atuação do IPHAN, que no momento encontrava-se com uma imagem considerada

²⁹ Na página do Instituto, consultar os processos de Tombamentos realizados entre os anos de 1938 a 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/2016-11-25_Lista_Bens_Tombados.pdf. Acesso em: 28 set. 2017.

frágil diante das demandas sociais dilatadas pelas resistências ao regime político da época e por uma busca mais autônoma à sociedade brasileira, as ações de identificação e tratamento de outras manifestações culturais e identitárias passaram a entrar em evidência e a ocupar o campo da pluralidade no patrimônio.

Para Castriota (2009), o CNRC tinha como objetivo estabelecer um sistema básico de referência cultural para o país, por meio da pesquisa, de planos e de programas que contemplassem a identificação, descrição e análise da dinâmica cultural no Brasil. Já Gonçalves (1996) conclui que, diferentemente da gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, o propósito de Aloísio Magalhães não era “civilizar o Brasil preservando uma tradição, mas revelar a diversidade da cultura brasileira e assegurar que ela seja levada em conta no processo de desenvolvimento”. (GONÇALVES, 1996, p. 53).

Com a fusão do CNRC e do IPHAN, ocorrida em 1979, cria-se a Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, também sob a direção de Aloísio Magalhães. A pretensão do Pró-Memória era dar novos contornos à prática patrimonial, dissolvendo a dicotomia erudito/popular instalada no panorama até então, para o qual a cultura popular teria interesse apenas aos etnógrafos e folcloristas, sendo a cultura erudita o que se deveria preservar como patrimônio nacional, em razão do excepcional valor estético e estilístico.

Com a renovação das ações preservacionistas da FNPM, pretendia-se a incorporação de produtos das culturas populares, indígenas e afro-brasileira – o chamado patrimônio cultural não consagrado. Com tal pensamento, gerava-se, também, o embrião de uma discussão sobre o Patrimônio Imaterial no país. (CASTRIOTA, 2009).

A noção de valor histórico sobre o conjunto edificado nas cidades e sítios urbanos passou a fazer parte do processo de tombamento no Brasil somente na década de 1980, como reflexo da Carta de Veneza e da renovação do campo Patrimônio apresentada, principalmente, com a contribuição da Nova História³⁰ e a fundamental inserção de outros campos do conhecimento, como a Antropologia e a Sociologia. Nesse momento, iniciou-se o processo de revisão crítica dos procedimentos adotados pelo IPHAN sobre o tombamento e os critérios de seleção, passando-se a reivindicar a legitimidade dos valores culturais, marcando a alteração

³⁰ A corrente historiográfica denominada de Nova História (em francês “*Nouvelle Histoire*”) surgiu na década de 1970 e teve como principais expoentes os historiadores franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora. Trata-se de estabelecer uma história das formas de representação coletiva e das estruturas mentais da sociedade, com uma análise e interpretação crítica dos dados. São analisados globalmente os fenômenos de longa duração, os grandes conjuntos coerentes na sua organização social e econômica, e articulados por um sistema de representações homogêneo. A Nova História também recorre à antropologia histórica. Por sua definição abrangente do objeto da História, essa corrente também foi designada “História total”, em contraste com as abordagens que privilegiam apenas a política ou a “teoria do grande homem”.

dos processos de avaliação puramente artísticos para uma visão mais irrestrita dos elementos constitutivos da cultura nacional. (SANT'ANNA, 1995).

Dessa forma, a noção de Patrimônio Histórico e Artístico, presente no ideário patrimonial brasileiro até então, é substituída pela noção de Bem Cultural, representando a ampliação das práticas patrimoniais implementadas até então no Brasil. A Constituição Federal de 1988 despertou na sociedade brasileira novos arcabouços e outras formas para discutir e reconhecer o patrimônio nacional em seu amplo campo de produção e diversidade cultural.

Ao finalizar o século XX, o processo de produção do espaço concebido como patrimônio, conduzido pelo Estado brasileiro por meio da atuação do IPHAN, ainda muito permaneceu embasado na fundamentação de contínuas adaptações políticas e intelectualizadas, do que, propriamente, uma busca de pensamento mais próximos às funções simbólicas e sociais do patrimônio na sociedade contemporânea. Na articulação entre o real e o simbólico, entre a experiência vivenciada e o abstrato implantado, encontramos a confirmação em Léfèbvre que o espaço concebido, ou a representação do espaço, muito emerge no nível do discurso e encerra-se nas formas verbalizadas do poder, das descrições, das definições e, especialmente, pelas teorias científicas perante o espaço.

Nesse caso, Ouro Preto é apreendida como mediação entre a ordem próxima e a ordem distante (LÉFÈBVRE, 2008), espaço imaginado e planejado, abstração intelectual e artística resultante dos preceitos do Movimento Modernista e do Estado brasileiro no início do século XX, sob a concepção de uma nacionalidade civilizada ao país, inspirados nos princípios de se igualar às políticas de nacionalidade que ocorriam na Europa.

A cidade possui, fortemente, a produção do espaço dos planejadores tecnocratas, dos cientistas, dos intelectuais e dos artistas, é uma representação da realidade com intenções múltiplas. Por fim, o espaço concebido em Ouro Preto muito consiste na reprodução da vida, material e simbólica, com possibilidades de apropriações e elaborações do cotidiano urbano marcado pelos comportamentos sociais e políticos próximos aos consensos e dissensos, entre a cidade e o cidadão e a produção do espaço.

1.2.2 A Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do patrimônio cultural

A nova Constituição Federal do Brasil (CF/88), promulgada no ano de 1988, confirmou a ampliação dos aspectos socioculturais produzidos pela sociedade brasileira e

definiu outras possibilidades para o reconhecimento da produção dos espaços considerados patrimônio no país. Resultado de movimentos sociais conflituosos e ideais libertários atuantes a partir da década de 1970, a Carta Constitucional buscou evidenciar a existência plural das identidades vivas e constitutivas da sociedade até então deixadas à margem da produção oficial do Patrimônio Nacional. Com isso, a nova concepção de patrimônio distanciou-se de uma formatação elitista e conservadora, em que se considerava apenas os elementos materiais das classes historicamente dominantes, e passou a incorporar as manifestações das diversidades culturais, inclusive no âmbito da imaterialidade, formadoras da identidade brasileira.

Conforme discutido por Calabre (2005), nos últimos decênios a questão da diversidade cultural ganhou lugar em diferentes campos das políticas internacionais:

Os processos culturais vêm sendo considerados importantes, seja como fontes e geração de renda e emprego, seja como elementos fundamentais na configuração do campo da diversidade cultural e da identidade nacional. (CALABRE, 2005, p. 18-19).

Com base na ampliação do conceito de patrimônio cultural interconectado aos princípios do Estado Democrático de Direito³¹, passa-se a compreender que a identidade de um grupo, uma comunidade ou uma etnia é parte legítima de formação histórica de toda a sociedade. Ao exigirem dos instrumentos de proteção legal a transferência do tombamento disciplinado pelo Decreto-Lei nº 25/37, pelas outras formas de reconhecimento e proteção, como o registro, o inventário, a vigilância, e até mesmo a desapropriação, a revisão apresentada pela CF/88 se tornou significativa por “construir um conceito de patrimônio cultural de conteúdo mais dinâmico, mais vivo, mais popular e, acima de tudo, que favorecesse o exercício da cidadania.” (RODRIGUES, 2006, p. 11).

Os artigos 215 e 216 da CF/88 confirmaram a nova visão do Direito ao Patrimônio Cultural e propuseram uma democrática orientação no sentido de promover a participação direta da sociedade, consolidando os princípios de reconhecimento, apropriação, gestão integrada, e assegurando os direitos culturais a todos os cidadãos. Adotou-se uma concepção mais compreensiva em favor das ditas expressões simbólicas da memória coletiva,

³¹ Para Simão (2016), o Estado Democrático de Direito é estabelecido no artigo 1º da Constituição Federal de 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana”; o parágrafo único do mesmo artigo dita que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Ainda, no artigo 5º é garantido a todos igualdade perante a lei, nos seguintes termos: “XXIII – a propriedade atenderá a sua função social; LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo [...] ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural [...]”. (SIMÃO, 2016, p. 57).

indispensáveis às identidades dos lugares, das regiões e das comunidades; dos modos de fazer e viver as produções dos espaços.

Do Decreto-lei nº. 25 de 1937 à Constituição Federal de 1988, ocorreram algumas alterações importantes no campo normativo brasileiro no que tange ao escopo do patrimônio. **Assim, passamos da noção de patrimônio histórico e artístico, limitada aos bens móveis e imóveis e vinculados a fatos memoráveis da história ou de valor excepcional, ao conceito de patrimônio cultural, relacionado aos bens materiais e imateriais afetos à cultura dos diversos grupos sociais.** (SIMÃO, 2016, p. 57, grifo nosso).

Dessa forma, o patrimônio cultural nacional, alargado e compatível com o entendimento democrático da CF/88 que passou a governar o país, é definido como:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

A CF/88 também definiu em seu artigo 182 que a política de desenvolvimento urbano seria “executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei” [e teria por] “objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.” (BRASIL, 1988). Além disso, a Constituição estabeleceu que a gestão responsável pelo desenvolvimento da cidade seria delineada no comprometimento entre os entes federal, estadual e municipal, em parceria com a participação de toda a sociedade civil enquanto procedimento de afirmação dos princípios de cidadania.

Foi na conjuntura do texto da Carta Magna, que se regulamentou a política de desenvolvimento urbano ao instituir o Estatuto das Cidades, pela Lei nº 10.257/2001.³² Nesse Estatuto, entre as diretrizes, encontram-se no inciso XII do art. 2º “a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (BRASIL, 2001), com o objetivo de garantir, mediante a participação popular ativa e por meio de ferramentas jurídicas e diretrizes urbanísticas, o ordenamento e o desenvolvimento das funções sociais da cidade e do direito a sua produção.

³² Estatuto da Cidade é a denominação oficial da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política Urbana” da Constituição Federal de 1988 e que detalha e desenvolve os artigos 182 e 183.

[...] em 2001, ao estabelecer diretrizes e princípios para a efetividade dos artigos 182 e 183 da CF, o Estatuto da Cidade define as diretrizes gerais para a garantia das cidades sustentáveis e aponta para a proteção do patrimônio cultural e natural como partícipe da política urbana, confirmando normativas a condição imbricada entre planejamento urbano e patrimônio cultural. (SIMÃO, 2016, p. 62).

Elencados nesse Estatuto estão os instrumentos urbanísticos aplicados à preservação do patrimônio cultural urbano e dos sítios históricos. Entre eles, encontram-se alguns que conduziram, positivamente, a autonomia e a responsabilidade integrada entre o poder público e a sociedade civil na gestão do patrimônio.

Desses instrumentos ainda podemos citar alguns específicos que podem se relacionar com a preservação do patrimônio urbano, tais como o parcelamento do solo, edificações ou utilização compulsórios, o Imposto Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo e a desapropriação por títulos da dívida pública, o Estudo de Impacto de Vizinhança, a Transferência do Direito de Construir, a Operação Urbana Consorciada e outros que sejam adotados pela Municipalidade e seus planos³³. Importante registrar que muitos desses instrumentos de planejamento, em especial àqueles coerentes e aplicáveis à preservação do sítio histórico de Ouro Preto, estão inseridos na estrutura da administração pública municipal.

Dessa maneira, a CF/88 atribui jurisdição compartilhada para a gestão do patrimônio histórico. A obrigação de zelo pelo poder municipal não precisa partir necessariamente dos atos administrativos editados por ele, pois qualquer que seja o nível de proteção sobre os bens culturais, o poder público e a sociedade civil, como um todo, estão imbuídos dessa obrigação.

Diante da nova conceituação jurídica apresentada pela CF/88 ao reconhecimento e à defesa do patrimônio cultural, mudanças de princípios conceituais e de gestão pública recaem sobre a produção do espaço urbano – no caso específico, sobre os sítios históricos – e coloca-se como precípua garantir que sejam incorporados às cidades os seus legítimos valores. Considerando o uso, as potencialidades de exploração e de desenvolvimento social, econômico e cultural, e, sobretudo, as possibilidades e os consentimentos de ser apropriada por todos aqueles que dela se constituem, compreende-se que “as relações estabelecidas pelos homens com os espaços construídos dependem do grau de cumplicidade e do sentimento de pertencimento a eles atribuído.” (SANTOS, 2012, p. 81).

³³ Sobre os instrumentos do planejamento urbano a partir do Plano Diretor, consultar: Silva (2006). A autora descreve todas as posturas do município na proteção do patrimônio cultural urbano, que ainda se encontram vigentes na administração pública em Ouro Preto.

1.3 Ouro Preto e a estruturação de um espaço concebido: apontamentos da experiência

Em Ouro Preto, encontramos as experiências mais intensas do IPHAN. No âmbito das políticas públicas de tombamento, restauração e preservação de sítios históricos no país, essas experiências concederam à produção do espaço urbano um caráter emblemático de Cidade-Patrimônio, Cidade-Monumento, Cidade-Documento³⁴ ou, comumente, de Cidade Histórica.

A permanência do espaço urbano possuidor de referências originárias de uma cidade setecentista impulsionou as narrativas elaboradas pelo movimento modernista e pelo Estado brasileiro. Tais concepções sobre o passado emblemático de Minas Gerais e Ouro Preto fundamentaram, de forma precursora, as políticas públicas de reconhecimento e preservação do patrimônio no país e conduziram à cidade uma qualidade primaz na formação simbólica da nacionalidade.

Ao se apropriar das produções arquitetônicas e urbanísticas identificadas na paisagem da cidade, o Estado legitimou a produção de um espaço concebido no campo representativo e simbólico do patrimônio nacional, ao considerar que:

A cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, **foi palco de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade** e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeira obra de arte, que merecem defesa e conservação. (BRASIL, 1933, grifo nosso).

Para tanto, especificar alguns percursos da constituição da política de Patrimônio no Brasil é realizar uma compreensão no campo historiográfico dos elementos que insurgiram nas fases de produção de espaço na cidade de Ouro Preto a partir do final do século XVII e reconhecer na experiência dessa cidade-síntese alguns valores reverberados por toda a sociedade brasileira.

1.3.1 A produção do espaço: apontamentos historiográficos

Inúmeras análises historiográficas abordam a ocupação da região de Minas Gerais a partir do final do século XVII e um capítulo à parte na história do Brasil se faz fundamental

³⁴ Os conceitos de Cidade-Monumento e Cidade-Documento são distintos. O primeiro diz respeito ao reconhecimento dos valores artísticos presentes nos monumentos de uma cidade e os processos precursores de tombamento pelo IPHAN do patrimônio ocorridos de forma isolada ao longo de décadas. Já para o segundo conceito, Cidade-Documento, aplica-se a valorização do patrimônio não apenas pelo valor artístico, mas pelos valores que representam situações sociais, culturais e econômicas que marcaram a evolução da identidade brasileira. Sobre o assunto, consultar Sant'Anna (1995).

ao discutir os domínios do território colonial na era mercantilista efetivada sobre o Novo Mundo pela Europa. Como pano de fundo, pertence a esta pesquisa realizar o diálogo com o contexto histórico de ocupação e expansão do território e se apropriar de algumas especificidades da produção do espaço urbano em Ouro Preto e dos artefatos que conduziram às permanências da paisagem ao longo do tempo para compreender como se produziu ou concebeu o espaço na cidade-patrimônio.

Sabe-se que a dilatação ocupacional do Brasil foi resultado do investimento ultramar português, estando as dinâmicas exploratórias do espaço ligadas aos mecanismos de enquadrar a Colônia nas doutrinas da metrópole, pela busca de uma balança comercial favorável diante das outras potências europeias (NOVAIS, 1995; BOSI, 1992). Como se sabe, nos dois primeiros séculos posteriores ao descobrimento, o Brasil permaneceu em plano secundário diante dos interesses da Coroa Portuguesa e do capital mercantil, por não competir com os ambiciosos comércios escravagista africano e com as especiarias da Índia. Nesse período, as terras brasileiras também não apresentaram os mesmos encantos dos metais nobres encontrados na América Hispânica.

Para Sérgio Buarque de Holanda, as visões paradisíacas que os europeus tinham sobre o Brasil à época do descobrimento eram baseadas em princípios da riqueza e esperança de ascensão social que não se concretizaram, pois “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho.” (HOLANDA, 2002, p. 49). O imaginário sagrado foi composto pela ambição dos descobridores com uma visão edênica³⁵ do Novo Mundo, baseado no paraíso repleto de coisas maravilhosas e de salvação.

No entanto, tais perspectivas não se efetivaram e a fábula do paraíso logo se apresentou de forma brutal por um mundo cedido à sorte do abandono e da cobiça. De acordo com Novais (1995) e Holanda (2002), o colonizador diante dessa realidade desenvolveu o princípio de conquista do território a partir dos processos de dominação e força, tecendo a construção de uma sociedade colonial exploratória e escravista.

No que tange à imagem da produção do espaço construída para o Brasil nos séculos XV e XVI, os estudos historiográficos ilustraram um cenário colonial elaborado pelas implantações de vilas e fazendas em pequenos espaços do território litorâneo e de algumas

³⁵ A visão edênica baseava-se na narrativa bíblica do paraíso encontrado no Gênese, ampliado, posteriormente, pelo Apocalipse. A crença levava à esperança de se encontrar abertas as portas do Jardim Sagrado do Éden, mostrando que a maldição lançada sobre os filhos de Eva havia se esquivado (HOLANDA, 1969).

distinções políticas transplantadas ao continente. Somente após os estudos de Capistrano de Abreu na obra *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1924), posteriormente apropriado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Junior em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), que a representação do Brasil Colônia se transferiu da matriz europeia para uma narrativa centrada em características culturais e políticas regionais e introduziu uma análise social para a produção do espaço no Brasil com abordagem geográfica e antropológica do país.

Considerado um dos atrativos mais promissores da exploração portuguesa em solos coloniais, o apogeu da descoberta do ouro e das pedras preciosas no Setecentos transpôs ao Brasil, novamente, uma visão mitológica sobre o território com a imaginação do *Eldorado*³⁶, que havia sido desenvolvida pelos exploradores na busca por metais preciosos na América Espanhola no período Quinhentista. Tal visão provocou comportamentos ambiciosos entre os bandeirantes e todo tipo de forasteiro, que propuseram à invasão pelo sertão do Brasil por busca da riqueza, impulsionando a ocupação da região que, posteriormente, foi denominada de Minas Gerais.

Para Laura de Mello e Souza (1986), nos lugares de garimpo – às margens dos rios, riachos, montanhas ou qualquer terreno aurífero – a ocupação primitiva se deu pela presença dos acampamentos com ranchos, uma capela, uma estrutura rudimentar de exploração e restrito tipo de produção alimentar. Da realidade provisória e itinerante, em curto período de tempo, passou-se às construções mais sólidas e permanentes; do áspero comportamento nômade vivenciado, inicialmente, pelos bandeirantes exploradores surge o domínio sobre o território e sobre os modos de minerar.

A produção do espaço urbano é introduzida pelo surgimento dos caminhos que abriram os percursos de acessos; pela introdução das relações sociais e econômicas propiciadas na comercialização e trocas de mercadorias; e, pela fixação do habitante no espaço com o florescimento dos núcleos familiares. As ocupações dos espaços, condicionadas pelas intempéries do sítio natural e sob as crises de conflitos e pactos entre os bandeirantes exploradores e as vontades locais, conduziram ao surgimento dos arraiais e, depois, das vilas e cidades, que se fizeram constantes na paisagem das Gerais, localizadas de maneira dispersas às margens dos córregos ou nas encostas dos morros.

³⁶ Sobre o assunto, consultar: LANGER, Johnni. O mito de Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). **Revista de História**, n. 136, 1997, p. 25-40.

A exploração aurífera em Minas Gerais demarcou, ao mesmo tempo, a ocupação de um território e a organização de uma sociedade, caracterizando a produção dos espaços pelos núcleos urbanos do sistema colonial. Esse comportamento definiu a evolução da rede urbana brasileira pelos processos simultâneos de povoamento, apropriação e exploração produtiva do solo distinto dos procedimentos rurais. (MORAES, 2000). A interiorização da Colônia inaugurou um novo formato ao Brasil e transferiu para o sertão os investimentos de exploração e, conseqüentemente, o eixo econômico e social.

Já nas primeiras décadas do Setecentos, a Coroa Portuguesa investe esforços no controle administrativo da região de Minas Gerais e realiza a implantação do aparato burocrático como meio de dominar e circunscrever as formas de ocupação, tendo como alvo principal a fiscalização e a cobrança de impostos sob a exploração aurífera. Para tanto, em 1711, com a unificação de dois principais arraiais do núcleo desse acontecimento – Ouro Preto e Antônio Dias – cria-se Vila Rica, definida pelo seu Termo de Ereção, pela implantação das paróquias e presença das instituições do Poder Administrativo. (VASCONCELLOS, 1977).

Aos oito dias do mês de julho de mil setecentos e onze [...] que na forma das ordens de sua majestade determinava erigir neste mesmo arraial uma nova povoação, e vila para que seus moradores, e os mais de todo o distrito pudessem viver arreglado, e sujeitos com toda alva forma às leis de justiça [...] os quais uniformemente todos conviveram em que neste dito arraial junto com o de Antônio Dias se fundasse a vila pelas razões referidas, pois era o sítio de maiores convivências que os povos tinham achado para o comércio [...]. (BORREGO, 2004, p. 61).

Em 1720, ao se desmembrar a Capitania de São Paulo³⁷, Vila Rica passa a ocupar a sede da Capitania de Minas Gerais e a possuir o *status* de centro de autoridade e vigilância. Vasconcellos (1977) observa que a partir desse momento passa-se a exigir a produção do espaço de poder oficial e, por consequência, se faz necessário a transformação dos edifícios existentes. Houve não apenas a substituição daqueles destinados à administração e justiça, como também das moradas e dos lugares de circulação e convívio, realizando alterações na paisagem a partir das tentativas de domínio sobre o espaço urbano.

A fase de consolidação de Vila Rica ocorreu no governo do Conde de Bobadela – 1735 a 1763 – período em que foram realizadas significativas intervenções urbanísticas como proposta de expandir a malha urbana, e, especialmente, uma tentativa de controlar a ocupação

³⁷ Até 1709, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais estavam englobados em uma só capitania: Rio de Janeiro. Em novembro de 1709, logo após a Guerra dos Emboabas, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, desmembrada em 1720. Sobre o assunto, consultar: ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (Orgs.). **Modos de Governar** – Ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

oficial do espaço. Assim, foram realizadas a abertura de novos caminhos paralelos aos já existentes, as implantações de pontes e chafarizes e a configuração da praça no Morro de Santa Quitéria com a construção do Palácio dos Governadores, definindo o centro administrativo da vila e traçando uma divisão similar ao desenho urbano identificado no século XXI.

Por ocasiões dessemelhantes às elaborações das cidades ocorridas no litoral, como Salvador e Rio de Janeiro, os desenhos das vilas surgidas pelas entradas bandeiristas no sertão do Brasil não seguiram de maneira tão rígida e obediente às Ordenações Filipinas³⁸. O desenho urbano irregular de Vila Rica deu-se em conformidade com a origem portuguesa pré-estabelecida, mas, sobretudo, foi conduzido pela topografia da região, marcado por forças centrípetas de expansão e por um traçado longitudinal que levou a união dos principais arraiais: Cabeças, Caquende (Rosário), Pilar, Paulista, Antônio Dias, Encardideira, Alto da Cruz, Padre Faria, São Sebastião, Ouro Podre, Santana, São João e Piedade (MENICONI, 1999), conforme será apresentado no Capítulo 2.

Para Castriota (2009), o desenho urbano de Vila Rica ilustra a diferenciação entre as elaborações das cidades surgidas na América Colonial de origens espanholas e portuguesas:

[...]. Neste caso não vamos ter, como na América Espanhola, uma cidade planejada e organizada a partir de um traçado previamente definido. Pelo contrário: aqui a nova cidade forma-se gradualmente, como várias outras da região das minas, articulando-se ao redor de um grande eixo, que correspondia inicialmente a uma estrada antiga, que ligava os dois polos, e ao longo da qual vão se fixando o comércio e as residências. Com isso, o seu traçado também representa bem o esquema de ocupação portuguesa: ao invés de uma malha regular e ruas alinhadas, a cidade de Ouro Preto espalha-se a partir desse eixo inicial [...]. (CASTRIOTA, 2009, p. 133).

Conforme asseverado por Souza (1986), o período áureo de exploração das jazidas foi atenuado em poucas décadas. No entanto, a expansão da cidade continuou a realizar a produção do espaço em uma dicotomia social e política apresentada nas condições de riqueza acumulada pela Coroa e nas marcas de pobreza acentuadas na população local.

Já em Boschi (1986), encontramos outras descrições de produção do espaço em Vila Rica, a exemplo das construções e reformas de Capelas das Irmandades e Ordens Terceiras a partir da década de 1730. Essas obras confirmaram a continuidade da estrutura

³⁸ As Ordenações Filipinas ou Código Filipino é uma compilação jurídica que resultou da reforma do Código Manuelino, por Filipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), durante o domínio castelhano. Ao fim da União Ibérica (1580 – 1640), o Código Filipino foi confirmado para continuar a vigorar em Portugal por D. João IV. No caso aqui tratado, refere-se apenas às Legislações Urbanísticas. Entre as legislações urbanísticas do regimento, encontravam-se as que impunham a adoção de procedimentos e controle dos alinhamentos das ruas e quarteirões, a uniformização das fachadas e os volumes dos edifícios.

urbana ao longo do século XVIII, perdurando na consolidação e na expressão de poder e autonomia dos grupos locais da paisagem. Para o autor, o fausto e a opulência na produção do espaço em Vila Rica estiveram vinculados às reservas auríferas com a presença da Coroa, no entanto, a organização urbana refletiu mais a atuação das comunidades leigas responsáveis pelas funções da cidade do que a presença do Estado Português.

Para o século XIX, a historiografia se concentrou nas análises sobre a queda da exploração aurífera do período anterior, as mudanças no trabalho escravista e o aumento da população livre na região, conforme discutido por Douglas Cole Libby (1988) e Iraci del Nero da Costa (1979). Esse cenário conduziu a tímidos investimentos nas formas de elaborações de riquezas ou geração de renda na Imperial Cidade de Ouro Preto, que foram aquelas ligadas às instituições públicas, algumas manufaturas, prestações de serviços e raríssimas produções agropastoris.

Em contrapartida, a criação das escolas de ensino superior, precursoras no Brasil nas respectivas áreas de atuação – Escola de Farmácia, em 1839, e Escola de Minas, em 1876 – contribuiu para a interrupção das tímidas formas de desenvolvimento da cidade. A imagem de lugar estagnado foi adquirindo uma fisionomia particular, movida por novas atividades econômicas e sociais gerada por essas instituições de ensino. Para essa compreensão, cabe a atenção sobre a ocupação de edifícios destinados às instalações das escolas e moradias de alunos e professores – supridos pelas edificações remanescentes da cidade colonial, realizando as suas reformas e (re) utilizando-os tanto nas formas como nas funções e contribuindo para um dos primeiros atos de preservação da cidade.

Encontramos em Liliane de Castro Vieira a relativização sobre a decadência e a estagnação atribuída a Ouro Preto por meio de um estudo da evolução urbana no século XIX e contribui com as leituras sobre as produções de espaços na capital da Província de Minas Gerais. Em sua pesquisa, a autora realiza um levantamento da evolução demográfica no Oitocentos e confirma um processo de adensamento no núcleo urbano, assim como a expansão da cidade em regiões contíguas aos arruamentos do século anterior. Além disso, Vieira justifica a dinâmica da cidade enquanto centro administrativo da Província e polo educacional:

[...] ao analisarmos o papel de Ouro Preto no Oitocentos, devemos lembrar que a cidade manteve sua posição de capital da província até 1897 e essa função sustentou comércio, prestação de serviços e atividades culturais. A partir do segundo quartel do século XIX, Ouro Preto passou a ser referência na área educacional com a criação da Escola de Farmácia e Bioquímica, em 1839, e da Escola de Minas e Metalurgia,

em 1876. Em janeiro de 1888, houve a inauguração do ramal férreo. (VIEIRA, 2016, p. 148).

De acordo com a compreensão da autora, a leitura de uma cidade estagnada na produção do seu espaço ao longo do Oitocentos está associada aos relatos dos viajantes estrangeiros com algumas interpretações demográficas equivocadas. A autora ainda complementa que, ao longo do século XIX, Ouro Preto manteve-se relativamente dinâmica: cresceu e modernizou-se. (VIEIRA, 2016, p. 186).

Contudo, a produção do espaço urbano em Ouro Preto não deixou de acontecer ao longo dos dois séculos e, de forma diferente, as influências econômicas, políticas e culturais marcaram aspectos primordiais a essa consolidação na paisagem. No século XVIII, foi conduzido pelo cenário de ocupação, exploração e adaptação; no século seguinte, pelos aspectos de centro administrativo da província de Minas Gerais.

Para o final do século XIX, Ouro Preto é conduzida pelas preocupações de maiores estagnações na produção do seu espaço urbano. Os debates sobre a construção de outra capital para o estado foram instigados pela recém-instalada República, em 1889, e ocuparam árduas discussões nos campos político e social.

O ideário de uma nova capital para Minas Gerais era aspirado já no movimento da Inconfidência Mineira e durante o Império se tornou pauta entre os apoiadores de uma política desenvolvimentista e condizente com a extensão da província mineira. Assim, o regime republicano criou um cenário propício para tal discussão, gerando grupos admiradores e contrários ao processo da transferência, denominados de mudancistas e não-mudancistas. (ANASTASIA, LEMOS e JULIÃO, 1999).

A elite intelectual e política mineira, adepta ao novo regime, desenvolveu um intenso debate ideológico sobre os artifícios de legitimar outra capital para o Estado, que fosse moderna e caracterizada pelo progresso. O desenvolvimento do regime republicano estaria nas cidades com as suas possibilidades de transformação econômica, cultural e social tão necessária à prosperidade do país.

Para o grupo, a crítica pela paisagem citadina estava atrelada à sombria permanência do Absolutismo português e uma significativa parcela da população tinha resistência ao estilo arquitetônico e sua representação do espaço colonial. Assim, os arquitetos e engenheiros da nova capital deveriam adotar os ideais positivistas e a racionalidade científica para planejar não apenas uma cidade, mas a prosperidade do Estado. (ANASTASIA, LEMOS e JULIÃO, 1999).

Segundo apresentado por Natal (2007), as correntes políticas que atuaram em prol da permanência da capital em Ouro Preto buscaram a viabilidade na organização espacial e na possibilidade de progresso a partir de reformas modernizadoras e novas ocupações dos espaços. Entre os anos de 1891 e 1893, a Câmara Municipal propôs algumas intervenções urbanísticas como forma de adaptar a cidade às necessidades contemporâneas do desenvolvimento e modernidade. Criou-se a Empresa de Melhoramentos da Capital e foram realizados projetos para a expansão e o planejamento da malha urbana, construções de edifícios ao estilo da época, implantação de praças e bulevares, além de outras providências.

Os políticos e os intelectuais que integraram a corrente contra a mudança da capital se apossaram da consciência gloriosa de Ouro Preto enquanto atributos de valorização da cidade. Foram contrários à transferência sob os argumentos da posição degradante que a modernidade proposta oferecia, principalmente no campo da memória, ao realizar o rompimento com os vínculos do passado, com a história e com as próprias conquistas de liberdade, tema tão preponderante no discurso republicano. Entre os militantes contrários à transferência da capital pelo regime republicano, cabe ressaltar o depoimento de Xavier da Veiga:

[...] seria realmente triste que o velho Ouro Preto, edificado pelo despotismo português, e que, não obstante, tornou-se pouco depois o berço glorioso da primeira tentativa em prol da liberdade brasileira, tivesse que ser destruído pela República no alvorecer da sua dominação [...]. (VEIGA apud ANASTASIA, LEMOS e JULIÃO, 1999, p. 119-121).

Tais projetos e defesas ideológicas não se concretizaram efetivamente e as ações políticas de permanência da Capital em Ouro Preto diluíram-se diante da viabilidade de lugares com uma natureza e um passado menos violento à memória do estado. (NATAL, 2007).

Não obstante, as tentativas de ajustes propostas foram insuficientes para evitar a aprovação de implantação de uma moderna capital para o estado. Dessa maneira, em dezembro de 1893, a região do Curral Del Rey – Belo Horizonte – foi escolhida para ser o novo espaço de poder, realizando ali a construção do centro político e administrativo de Minas Gerais. Significativa parcela da população acompanhou a transferência da administração central, principalmente os funcionários públicos, os familiares e os comerciantes, produzindo na paisagem urbana de Ouro Preto o esvaziamento humano e a estagnação de uma dinâmica social urbana provocada pelo abandono e pela falta de investimentos em melhorias e em manutenção. (LIMA, 2009).

A fase de recuperação econômica da cidade de Ouro Preto somente se dará com a industrialização, incentivada pelo período do Estado Novo, a partir da década de 1930. Baseada no desenvolvimento metalúrgico e siderúrgico, a cidade se encontrou novamente na aspiração de reelaborar a produção do espaço pelas suas potencialidades minerais. Assim, em 1934, é instalada a Eletro-Química Brasileira S.A. – ELQUISA, que, na década de 1950, foi assumida pela Alumínio do Brasil – ALCAN, com as atividades de extração de bauxita e a produção de alumínio primário. (PIRES, 2016). Associado ao processo de implantação dessas empresas e de outras de exploração mineral, a região floresceu com o surgimento de novos empregos, com o aquecimento da economia local e a expansão urbana.

A alteração na produção do espaço foi sentida de imediato. Conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na década de 1940 a população economicamente ativa na indústria de Ouro Preto cresceu 70%. Denominado como o “Ciclo do Alumínio”, o crescimento se intensificou na década de 1960, com um recorde de 131% e tornou-se o mais importante agente da economia e do desenvolvimento da cidade. (MOTTA, 1987).

Consequentemente, as novas atividades econômicas ofereceram outras dinâmicas à cidade, solicitando espaços de permanência, como morar, consumir e circular. O crescimento também teve repercussão direta sobre a estrutura urbana remanescente do século XVIII e o desenho urbano se modificou. A ocupação dos morros pela população migrante e o adensamento do sítio histórico gerado com a ocupação dos lotes vagos e dos grandes quintais que ainda existiam, além do aumento da área construída das edificações existentes, alterou significativamente a relação de cheios e vazios enquanto características do conjunto urbano colonial.

Com o tempo, em consequência da industrialização de Ouro Preto, as condições para a conservação idealizada por Lúcio Costa se agravaram. A cidade, já não mais obra de arte, retomou seu processo de crescimento, as fronteiras se romperam, a periferia foi ocupada e os espaços do centro histórico se valorizaram também economicamente para ocupação. Não eram pedidas mais apenas uma ou outra construção e sim sucessivas residências, para atender a uma nova demanda social. (MOTTA, 1987, p. 113).

Segundo Motta (1987), esse período de crescimento econômico da cidade adensou o sítio histórico de maneira a observar que, em 1938, havia aproximadamente 1.000 edificações no núcleo urbano, e entre 1938 e 1980 foram aprovadas 3.000 novas construções dentro do perímetro tombado. Esse fato faz com que se atribua ao conjunto da área tombada

somente a categoria de conjunto preservado com tipologia urbana e arquitetônica, e não propriamente a de conjunto de edificações originárias do século XVIII.

Ressalta-se, no entanto, que durante a década de 1930, a cidade recebeu o título de Monumento Nacional pelo governo federal e o desenvolvimento urbano passou a ser conduzido não apenas pela industrialização, mas, também, pela produção de um espaço patrimonializado, com interesses e conflitos no âmbito do desenvolvimento, da exploração e da proteção dos elementos constitutivos dessa sociedade, conforme apresentaremos no próximo subitem.

1.3.2 Ouro Preto e o espaço concebido: o reconhecimento como patrimônio cultural brasileiro

Concomitante aos conflitos entre mudancistas e não-mudancistas pela localização da nova capital de Minas Gerais no final do século XIX, o espaço existente em Ouro Preto foi, sumariamente, reconhecido por sua condição de memória e valor cultural. O próprio esvaziamento humano, colocado pela transferência da população e do aparato administrativo, ofereceu o início de um discurso de preservação da cidade em virtude de sua imagem ainda imutável pelo tempo e pela carga de representação da identidade do povo brasileiro.

Em fins do século XIX e começo do XX, Ouro Preto passa a assumir uma imagem cujo principal atributo seria sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de perder um importante elemento constitutivo da identidade brasileira e mineira. (NATAL, 2007, p. 81).

As iniciativas de recuperação e conservação dos elementos representativos de Ouro Preto tiveram como uma das práticas precursora a implantação do Arquivo Público Mineiro, em 1895, cuja primordial função era recolher e organizar os documentos relativos à memória histórica de Minas Gerais. (VEIGA, 1998).

No início do século XX, em especial por ocasião do Bicentenário de Ouro Preto, em 1911, aparece uma série de artigos, publicações e debates políticos sobre a cidade, com o intuito de inseri-la no quadro geral de ideário nacionalista do regime republicano brasileiro. Os discursos irão se apropriar da produção do espaço urbano e dos valores libertários colocados pelos Inconfidentes de 1789, e irão reconhecer as potencialidades da cidade como centro científico e de produção intelectual elencado à Escola de Farmácia, à Escola de Minas e ao Liceu de Artes e Ofícios. (MENICONI, 1999; LIMA, 2009).

Na década de 1920, a cidade é percebida pelos olhares de especialistas como do arquiteto Lúcio Costa, do advogado, político e museólogo Gustavo Barroso, e pelos excursionistas paulistas do Movimento Modernista encabeçado por Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e Blaise Cendrars, que visitaram as cidades coloniais de Minas Gerais e se identificaram com as produções dos espaços encontrados, principalmente com a arquitetura urbana ainda preservada em Ouro Preto. Por meio do Movimento Modernista e dos olhares desses artistas e intelectuais, a cidade é introduzida na elaboração das narrativas sobre a cultura nacional³⁹.

[...] quando esses modernistas olharam para Ouro Preto, eles buscavam identificar a nacionalidade brasileira, e encontraram nesta cidade construções que mantinham uma unidade estilística original, que, para eles, representava essa autenticidade nacional. (PEREIRA, 2016, p. 42).

A excursão modernista inaugurou uma interpretação dos princípios de Patrimônio para o Brasil e um discurso para a valorização da identidade nacional, com objetivos claros no que se refere à conceituação do próprio movimento e da arquitetura moderna brasileira. A construção de um futuro baseado nas raízes da sociedade gerou a nova linhagem de pensamentos, transferindo a cidade de depositária de valores históricos congelados para personificar valores ativos a serem reciclados criativamente e geridos pelo Estado brasileiro.

Neste sentido, é importante lembrar que o modernismo, movimento renovador da cultura no Brasil, teve como característica geral, ao lado de uma crítica exacerbada à arte acadêmica, tradicional, a busca de raízes, colocando como parte de sua agenda a questão da identidade nacional. Assim, ao mesmo tempo em que mantêm estreito contato com as vanguardas europeias, os modernistas brasileiros desenvolvem uma peculiar relação com a tradição, recusando a ideia do rompimento radical com o passado. (CASTRIOTA, 2009, p. 71).

Os discursos e as ações políticas logo se difundiram no país, por meio dos projetos de lei para a criação de uma instituição de proteção dos monumentos edificados⁴⁰, por instruções apresentadas pelo Clero – como a Carta Pastoral dos Bispos da Provincial Eclesiástica de Minas Gerais, de 1926, ou por leis municipais – a exemplo de Ouro Preto em

³⁹ Sobre o assunto, consultar: ANASTASIA, C. M. J.; LEMOS, C. S.; JULIÃO, L. Dos Bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. **Oficina do Inconfidência**: Revista de Trabalho. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, ano 0, v. 1, p. 17-132, dez 1999. CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996. MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade monumento**: o caso de Ouro Preto. 155 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

⁴⁰ Na década de 1920, alguns projetos de Lei com propostas de conservação do patrimônio irão surgir no cenário político, propostos pelos Deputados Luiz Cedro e Augusto de Lima, em 1923 e 1924, visando impedir a exportação de obras de arte de Minas Gerais; Jair Lins, em 1925, estabelecendo pelo anteprojeto de Lei Federal o direito da coletividade sobre a conservação do patrimônio e o de Wanderley Pinto, em 1930, baseado nas propostas apresentadas por Luiz Cedro e Jair Lins.

1931 e 1932, em que aparecem recomendações para a manutenção das fachadas e menção ao turismo como uma nova vocação para a cidade. (MENICONI, 1999).

Por meio do Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, Ouro Preto é elevada à condição de Monumento Nacional e passa a ser tutelada pelo Governo Federal:

O chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no artigo 1 do Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930:

Considerando que é dever do poder público defender o patrimônio artístico da nação que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizam os grandes feitos de sua história.

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos da arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação.

Resolve:

Art.1 – Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação local vigente.

Art.2 – Os monumentos ligados à História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da cidade de Ouro Preto; ficam entregues à vigilância e guarda do governo do Estado de Minas Gerais e da municipalidade de Ouro Preto, dentro da órbita governamental de cada um.

Art. 3 – Os monumentos de arte religiosa, mediante acordos que forem firmados entre as autoridades eclesiásticas e o Governo do Estado de Minas Gerais e a municipalidade de Ouro Preto, poderão ser por estes mantidos em estado de conservação do monumento nacional erigido pelo presente decreto.

Art. 4 – Em virtude deste decreto nenhuma alteração ou modificação advirá no organismo municipal da cidade de Ouro Preto e, bem assim, em todas as suas relações de dependência administrativa com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Art. 5 – Revogam-se as disposições em contrário. (BRASIL, 1933).

Em 1934, é criada a Inspeção de Monumentos Nacionais – IMN, sob a direção de Gustavo Barroso, e as ações de recuperação da cidade e de seus valores simbólicos assumem uma dimensão nacional. Assim, na década de 1930, foi realizada uma série de projetos de conservação e restauração de elementos que marcavam a paisagem da cidade colonial – chafarizes, pontes e igrejas.

As ações foram exemplos de consolidação da IMN pelo plano de proteção do patrimônio artístico de Ouro Preto e os princípios teóricos adotados nos projetos intervencionistas buscavam recompor a unidade de estilo e de estética dos edifícios. Na ausência de documentos, adotavam-se as soluções encontradas nos monumentos semelhantes, conforme os princípios apresentados pelo francês Viollet-le-Duc. Tais critérios ficaram evidentes na Ponte dos Contos, localizada na Rua São José, pela substituição do gradil e implantação da estrutura em cantaria de acordo com a adoção de elementos e referências presentes em outras pontes da cidade. (MENICONI, 1999).

Ouro Preto, já consagrada como Monumento Nacional e abarcando as categorias de valores estético e estilísticos defendida por Viollet-le-Duc, estava preparada para ser o lugar da produção do espaço concebido pelas práticas institucionalizadas do IPHAN. Tombada e inscrita inicialmente no Livro de Belas-Artes (Inscrição nº 39, fls. 8, 20/04/1938), inicia-se uma fase de gestão urbana engendrada pelo poder público, com a adoção de uma política de análise por aquele órgão dos projetos de intervenção em edifícios particulares, normas de ocupação e, sobretudo, controle nos modos de conceber a produção do espaço na cidade pelo próprio cidadão. Assim:

[...] instaura-se ali, como de resto em todo o Brasil, uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história real. Lia Motta sintetiza de forma cáustica a prática de preservação imposta então a Ouro Preto: “Esvaziada economicamente, a cidade foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência”. (CASTRIOTA, 2009, p. 141).

Ao lado dos monumentos ou edifícios-síntese dos valores artísticos e históricos – exclusivamente àqueles do século XVIII – foram selecionados, também, os prédios a serem rejeitados, por representarem estilos arquitetônicos incompatíveis com a imagem urbana idealizada pelos intelectuais do IPHAN. A postura foi efetivada em conformidade com os propósitos e concepções dos arquitetos modernos brasileiros, que vão investir contra os edifícios ecléticos do século XIX, sob a argumentação de representarem a ruptura do desenvolvimento da genuína arquitetura nacional. (GONÇALVES, 1996).

Com a expansão das empresas mineradoras e siderúrgicas a partir da segunda metade do século XX e o expressivo aumento populacional na região, o IPHAN é alertado quanto à revisão das práticas de proteção da cidade. A necessidade de implantação de medidas urgentes e inadiáveis referentes à organização das produções dos espaços de preservação do patrimônio diante da própria sobrevivência do local esteve em pauta com o objetivo de desacelerar as rápidas transformações que vinham ocorrendo na paisagem. O processo de degradação ambiental, agravado pelo adensamento desordenado e irregular do espaço, o vertiginoso acréscimo da população em virtude da industrialização, as alterações tipológicas construtivas das habitações, e algumas modernizações provocadas pela fase de recuperação econômica da região evidenciaram a complexidade dos problemas a serem enfrentados na salvaguarda da cidade de Ouro Preto. (MOTTA, 1987; NATAL, 2007).

Todo o tecido urbano ressentiu os efeitos desse processo com as consideráveis aglomerações da população, carentes de infraestrutura e urbanização, que irão ocupar os espaços vazios encontrados no entorno da cidade colonial. Normativas e orientações técnicas conflituosas conduziram algumas intervenções em Ouro Preto de maneira difusa e extensiva ao longo de décadas. Tais aspectos expressaram a imagem do IPHAN enquanto um órgão ancorado na materialidade e nos valores excepcionais e artísticos, norteado, conforme anteriormente apresentado, exclusivamente pelo instrumento de Tombamento.

A partir da década de 1970, verificou-se no país uma descentralização dos processos oficiais de produção dos espaços considerados patrimônio. Isso possibilitou a criação de alguns órgãos estaduais e municipais enquanto instâncias ordenadoras das políticas oficiais de proteção mais próximas às realidades vivenciadas pelo extenso território brasileiro, a exemplo da criação, em 1971, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG. (SILVA, 2006). Iniciam-se, nesse período, algumas ações determinadas por políticas de tombamento e proteção guiadas pelo conceito da conservação integrada, ou seja, posturas atentas à preservação de conjuntos urbanos e à identificação dos sítios históricos enquanto lugares reais de interferência humana e produção cultural de uma sociedade, conforme cunhado pela Declaração de Amsterdã, de 1975. (CURY, 2000).

No ano de 1980, a cidade recebe o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO por solicitação do governo brasileiro. Diferente dos tombamentos isolados ocorridos por quase meio século, a cidade é inscrita, novamente, em 1986, nos Livros de Tombos Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, enquanto “Conjunto Urbanístico e Arquitetônico”, sinalizando uma alteração dos processos de compreensão no que tange ao reconhecimento do patrimônio e à preservação dos núcleos urbanos. No campo da produção do espaço concebido, Ouro Preto passou a receber orientações técnicas e investimentos financeiros mais extensivos sobre a sua proteção, com tentativas de incorporação do patrimônio edificado aos valores sociais. Da mesma maneira, com o título obtido, entrou na rota turística internacional, gerando novos domínios sobre o espaço de acordo com as expectativas econômicas mundiais.

1.3.3 As experiências do Patrimônio Cultural em Ouro Preto: uma conformidade da cidade para o século XXI

Torna-se sempre necessário reforçar que o Estado brasileiro se utilizou de narrativas de interesse político para a fundação de uma cultura nacional oficial, que foi

estabelecida na representação das raças formadoras da sociedade e peculiar aos monumentos, sítios históricos e paisagens que tivessem sido elaborados pelas interseções da ação humana.

Para findar o último quartel do século XX, tais princípios ideológicos foram considerados reducionistas e se encontravam longe de representar uma leitura significativa e plural da identidade nacional. (GONÇALVES, 1999; CASTRIOTA, 2009; FONSECA, 2009; PEREIRA, 2016). Isso ocorreu, pois privilegiava-se, basicamente, a proteção de bens reduzidos ao poderio da colonização ultramarina portuguesa, da igreja católica e da cultura erudita encontrada nos espaços distintos da sociedade brasileira, precipuamente aqueles presentes nas cidades mineiras do século XVIII.

O conjunto eleito revela o desejo por um país passado, por quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendência e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes. (RUBINO, 1996, p. 98).

Argumentos fundantes que contribuíram com as alterações desse olhar sobre o patrimônio no Brasil, calcado às experiências autoritárias e intelectualizadas, foram o reconhecimento por parte do próprio IPHAN, sob a orientação UNESCO, da necessidade de se adotar uma assimilação de que as cidades históricas possuíam expressivo potencial de informação capaz de garantir os princípios da cidadania pela identidade cultural, assim como a promoção econômica por meio do turismo. Já em 1967, a Norma de Quito faz indicação das dificuldades financeiras comuns aos países latino-americanos e considera a utilização do patrimônio de caráter histórico, arqueológico ou artístico em prol do desenvolvimento econômico, a ser tratado nos planos nacionais como ferramenta denominada de turismo cultural. (CURY, 2000).

Ao se inserir no contexto como cidade modelo para as experiências nacionais, o sítio histórico de Ouro Preto permitiu conhecer as ações de agências internacionais na produção do espaço patrimonializado e passou a sofrer influências de outros órgãos preservacionistas na produção do seu espaço concebido. Por solicitação do próprio IPHAN, a partir da década de 1960 foram enviadas missões técnicas da UNESCO destinadas a avaliar a situação da cidade, indicar critérios para a sua manutenção e investimentos. Cita-se o planejamento realizado em 1968, pelo arquiteto português Alfredo Viana de Lima⁴¹, que propôs um Plano Diretor para Ouro Preto com a implantação de áreas de expansão da malha

⁴¹ Sobre a atuação do arquiteto Alfredo Viana de Lima em Ouro Preto, consultar: Koppke, Karolyna de Paula. **Permanências setecentistas? O público e o privado no Vale dos Contos de Ouro Preto**. 2017. 273 f. Dissertação. (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

urbana, proteção do sítio histórico e o desenvolvimento econômico com base na exploração turística.

[...] a elaboração de um plano de expansão em direção a Saramenha, a interdição do trânsito de veículo pesados nas ruas do conjunto histórico, a criação de novos hotéis para estimular o desenvolvimento turístico e a criação de uma cidade universitária no morro do Cruzeiro. Desde então, a Unesco estaria presente na formulação e no financiamento das mais importantes ações de preservação do conjunto urbano de Ouro Preto. (AGUIAR, 2016, p. 103).

A Fundação João Pinheiro realizou, do mesmo modo, entre os anos de 1973 e 1975, o plano de “Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana”, que desestimulava as novas ocupações do centro urbano e fazia indicações para áreas de expansão com tratamento diferenciado conforme proximidade com o referido sítio histórico. (SILVA, 2006). Portanto, em virtude das oscilações políticas à época, caracterizadas pelos comportamentos de interesses políticos e pessoais, o plano não recebeu o devido merecimento e a suas indicações foram procrastinadas.

A continuidade de tal pretensão também se colocou presente na implementação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, em 1973. O programa buscou o desenvolvimento econômico para essas cidades, compreendendo-as como geradoras de capital e que o patrimônio seria capaz de estimular o desenvolvimento da indústria turística no Brasil, seguindo a expansão mundial. Passou-se a admitir uma dinâmica própria de exploração às cidades patrimonializadas, considerada, anteriormente, improvável. Dessa forma, afirmam Castriota, Araújo, Cardozo e Sousa:

Nesse momento, os diversos níveis de governo vão procurar alternativas de gestão para os conjuntos urbanos, que não mais podiam ser tratados sob a perspectiva da cidade como “obra de arte”, até então vigente. Neste quadro, cabe se destacar o Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1975, que introduziu mudanças nos conceitos dominantes, ao propor a reinserção de bens imóveis nas cidades como “elementos dinâmicos”, não mais os tratando apenas como objetos estéticos. Outro aspecto inovador do PCH foi o estímulo dado às atividades culturais locais, como possíveis geradoras de uso para os monumentos históricos, o que permitiu um envolvimento mais próximo da comunidade local nas ações de preservação. (CASTRIOTA; ARAÚJO; CARDOZO; SOUSA, 2010, p. 101).

A partir dos anos de 1980, iniciou-se uma revisão mais crítica dos procedimentos de produção do espaço patrimonializado, até então sujeitos às instruções técnicas do tombamento destinado por sua excepcionalidade estilística e pelos fatos memoráveis da história e de personagens. O reconhecimento e o tombamento do patrimônio passaram a ser fundamentados pelas diversidades dos valores atribuídos, pelos diversos grupos com uma visão mais próxima às experiências vividas pela sociedade nas diferentes fases do campo

histórico e político, como objeto socialmente construído e em permanente transformação. A princípio, o patrimônio deixou de ser limitado apenas as suas qualidades artísticas, acabadas, prontas ou finitas, conforme desenvolvido até o momento. (MOTTA, 2000).

Assim, ocorreu uma alteração de conceito e os sítios históricos passaram a ser concebidos como documento, uma referência cultural vinculada à história e à história da arte, à arquitetura, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a muitos outros campos do conhecimento humano. (SANT'ANNA, 1995). Para Sant'Anna (1995), a leitura realizada sob a perspectiva da Cidade-Monumento passou por alteração, e a concepção de Cidade-Documento tornou-se preponderante. A valorização dos sítios históricos foi dada pelos significados contidos em suas formas e sua historicidade e a estrutura do trabalho incidu sobre diferentes procedimentos, como a pesquisa e a investigação mais técnica e detalhada, a fim de subsidiar outros instrumentos da proteção, a exemplo do inventário.

A Constituição Federal de 1988 apresentou um novo olhar sobre o patrimônio, introduzindo a orientação pela participação direta da sociedade civil na gestão de seus desafios sociais e instituindo atribuições no tocante à preservação. A expansão da ideia de patrimônio cultural brasileiro reconheceu a existência de bens culturais de natureza imaterial e estabeleceu o registro e o inventário como instrumento de preservação desses bens.

O momento político teve importantes efeitos sobre a Paisagem Urbana Histórica em Ouro Preto. Eles se iniciaram com a regularização do perímetro urbano tombado e, em 1990, com a promulgação da primeira Lei Orgânica Municipal (LOM). Posteriormente, em 1993, cria-se o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT), experienciando uma atuação conjunta nas três esferas do poder público – PMOP, IEPHA, IPHAN e UFOP. Esse fato possibilitou a integração e a divisão de competências e recursos aplicados no planejamento urbano e, conseqüentemente, na restauração e na conservação do patrimônio.

Como resultado dessa atuação conjunta, foi aprovado, em 1996, o Plano Diretor de Ouro Preto, revisto e adaptado posteriormente de acordo o Estatuto da Cidade e a LOM. O Plano Diretor constituiu-se como o principal instrumento norteador das ações e dos financiamentos dos agentes públicos e privados no município diante das definições dos zoneamentos de áreas destinadas ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, à habitação, ao interesse social e entre outras.

Nesse sentido, em 2002, seguindo-se a LOM, implanta-se e regulamenta-se o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural – COMPATRI, órgão

colegiado de caráter permanente, consultivo e de assessoramento. Acredita-se que o conselho se elabora como um instrumento protagonista de aproximação e participação da comunidade acerca do reconhecimento e valorização do patrimônio cultural. Com foco na promoção de um amplo diálogo entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais, tal instrumento possibilita abordar o tema do patrimônio e fomentar a compreensão de elementos presentes na produção do espaço, com possibilidades de garantir valores associados à cidadania pela participação social e melhoria na qualidade de vida pelo planejamento urbano.

A atuação do COMPATRI se torna fundamental ao se aproximar dos princípios do patrimônio ambiental urbano, pois sugere associar a preservação dos conjuntos ao planejamento urbano, mas, sobretudo, que se devem agregar as dimensões sociais e ambientais à ideia de patrimônio. Cabe ao espaço urbano, com a participação do cidadão, possibilitar a análise da produção do espaço como um produto da cultura material e imaterial e ocupar lugar de destaque na memória e no imaginário social, transbordando os limites tradicionais das políticas de gestão pelos órgãos reguladores e possibilitando a inclusão de bens representativos de diversidade presente em seu espaço urbano. Esse princípio ratifica o direito à cidade, demandando maior consentimento dos órgãos e das políticas de preservação à sociedade, pois:

A cidade, como bem cultural, é aquela marcada diferencialmente por sentidos e valores, instituídos nas práticas sociais e necessários para que estas se revistam da marca específica da condição humana. Assim, a cidade culturalmente qualificada é boa para ser conhecida, [...] boa para ser contemplada [...] e, acima de tudo, é boa para ser praticada, na plenitude de seu potencial. Em outras palavras, para ser culturalmente qualificada como cidade, ela precisa ser boa como cidade, precisa de condições de viabilidade econômica, infraestrutura, políticas adequadas de habitação, transporte, saúde, educação, etc. (MENESES, 2015, p. 39).

Portanto, ao nos apropriarmos do conceito de Paisagem Urbana Histórica e sua representação pelos aspectos históricos, culturais, formais, sociais, técnicos e afetivos, reconhecemos que a produção do espaço de patrimônio em Ouro Preto encontra-se nas encruzilhadas postas por uma contemporaneidade, que exigem o fortalecimento pelas práticas de gestão diante das amplas superfícies da transformação cotidiana. Para isso, a produção do espaço na cidade necessita de comportamentos políticos e sociais de natureza como a autopreservação estimulada por parte dos próprios usuários, com o controle da urbanização e da renovação, o uso de leis mais dilatadas no planejamento urbano e a participação da sociedade civil nas decisões de projetos de desenvolvimento urbano, conforme discutido por Yáziği (2006).

Meneses (2015) reafirma que o ideal seria a existência de uma legislação e práticas unificadas entre os órgãos gestores e a sociedade civil, mesmo avaliando isso como quase uma utopia e sugere que, enquanto isso não se torna realidade, as instâncias devem ter uma atuação diferenciada, mas solidária. Enquanto não houver tal integração legal, institucional ou operacional entre os sujeitos, é necessário, de um lado, que a intervenção urbanística dos órgãos de patrimônio cultural se faça nos limites estritos do horizonte da preservação dos bens a proteger e, de outro, que se procure ativamente contribuir para o objetivo maior, introduzindo sua perspectiva própria nas diversas instâncias de tratamento dos problemas urbanísticos.

Para além da proteção do patrimônio ambiental urbano, Dominique Poulot (2009) afirma que a valorização (ou não) dos bens materiais ou imateriais que devem ser conservados e para constituir as referências culturais de uma sociedade dependem das suas próprias perspectivas diante do futuro. Ao tratar sobre o avanço da construção social do patrimônio para o século XXI, ele afirma que:

A dinâmica do patrimônio entende-se, daqui em diante, como tomada de consciência da sociedade por si mesma, graças à revelação continuada de suas “propriedades”. Tudo se passa como se a patrimonialização, concebida como o trabalho da memória de um lugar e de um grupo, se tornasse o principal fenômeno, em detrimento de uma patrimonialidade postulada, certamente, como a reserva em ouro servindo de garantia à circulação do papel moeda, mas que, na maior parte das vezes, está presente apenas no segundo plano. [...] Ainda há pouco tempo, a presença de monumentos de todas as ordens, de edifícios prestigiosos e de prédios “antigos” é que transformava o território em um patrimônio, ao passo que, atualmente, qualquer território pode ser declarado patrimônio, de acordo com a nova perspectiva de uma ética que preconiza o reconhecimento mundial das culturas. (POULOT, 2009, p. 227).

1.3.4 A palavra do lugar: o espaço concebido pelo olhar do residente local

A partir desta seção, iniciamos a inclusão dos depoimentos gerados pelos residentes locais, que foram produzidos por meio das entrevistas. Desse modo, pretendemos, ao longo da dissertação, apresentar ao leitor trechos dessas narrativas referentes à produção do espaço, de forma a integrar os princípios conceituais adotados a esta pesquisa, com as intercessões reais produzidas entre o residente e a cidade. Diante da espontaneidade dos conteúdos gerados pelo roteiro semiestruturado (Apêndice I), tomamos desse amplo universo da produção do espaço, algumas falas significativas e relacionadas com o caminho percorrido, de modo a perceber os fios que tecem a rede das práticas sócio-espaciais na cidade-patrimônio.

Em relação às narrativas apresentadas nessa seção, temos como objetivo descortinar o espaço concebido a partir das experiências cotidianas de alguns residentes, por meio das leituras que estes realizam sobre os órgãos oficiais e sobre os gestores de institucionalização da cidade como patrimônio, ou seja, pela atuação do IPHAN e da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Nesse sentido, a relevância do processo empírico aparece nas entrelinhas, mas, fundamentalmente, prioriza a linguagem e a visão dos sujeitos a partir de suas próprias leituras sobre o EPCT. Assim, os resultados gerados pelas entrevistas forneceram alguns indícios de interesse para a compreensão sobre a produção do espaço concebido, ou a representação do espaço, apoiado em uma integração operacional e institucional.

Com base nas proposições lefebvriana do espaço concebido, agenciado e burocratizado pelo campo do domínio, podemos perceber a abrangência de posturas dos residentes locais na produção de espaço. Essas posturas são identificadas por aprovações, consensos e anuências com os meios de agenciamento do espaço urbano pelos órgãos oficiais no âmbito do coletivo, e, em momentos específicos, postas por desacordos e conflitos quando se trata de interesses particulares. Pelas narrativas, a política de tombamento da cidade se encontra dentro de uma relação verbalizada e de domínio pelos órgãos gestores, porém, integra e naturaliza o cotidiano vivido na cidade pelo residente local:

“[...] Gosto muito daqui! Não me vejo morando em outro lugar. Aqui eu tenho uma relação de prazer com a minha cidade, mesmo com todos os problemas que vivemos. Eu já acostumei com essa confusão da rua, com a casa velha e nunca tive problema com o IPHAN. O IPHAN é um mal necessário. [...] Ela é uma cidade antiga, então eu preciso saber lidar com isso. Nunca vou ter garagem aqui em casa, não posso mudar as portas da frente, até para mudar alguma coisa nos fundos eu preciso de autorização deles. Mas, paciência. [...] Gosto daqui e quero muito que ela continue assim. [...]”. (Entrevista XI).

“[...] Eu não sei como foi no passado, se os nossos antepassados, pais, avós, aceitaram na paz, mas acho isso aqui ‘demais’ e o IPHAN foi importantíssimo. Se não fosse ele, não existiria nada mais. [...] Muita gente fala que foi uma imposição e continua sendo. Não acho isso não! Imagina se não tivesse acontecido isso. Tudo tinha acabado! Já não existiria mais nada. [...] Graças ao IPHAN, podemos conhecer essa parte da nossa história. Olha que fantástico! [...]”. (Entrevista IV).

“[...] Por exemplo: acho muito chato quanto vou ao supermercado e não tenho como estacionar para tirar as compras do carro. Imagina esse 21 de abril o caos que é a minha vida durante semanas com essa confusão de montar palanque na praça! [...]. Mas aprendi a lidar com isso e as coisas ficam natural, nem percebo mais. Passa como detalhe porque sei da importância desse patrimônio para nós. [...] ” (Entrevista XIII).

Ao longo de sua existência, o IPHAN se pessoalizou como uma instituição com presença íntima e direta no cotidiano daqueles que residem no espaço, criando uma relação de

interferência no cotidiano dos residentes locais e em seus comportamentos. A atuação do órgão ultrapassa os limites do espaço privado e cria interferências de poder sobre a consciência dessa sociedade, assim como produz conflitos sobre o concreto e o imaginário dos habitantes do EPCT:

“[...] O IPHAN é fundamental, precisamos, inclusive, proteger ele! Mas ele precisa chegar junto. [...]. Não pode ficar lá na praça dando ordem na gente aqui não! Coisa maluca... Só começar qualquer coisa boba aqui em casa e eles aparecem. [...]”. (Entrevista XV).

“[...] eu convivo diariamente com o IPHAN, eu moro aqui né! Ele faz parte da minha vida, engraçado, né! Quando eu faço alguma coisa que desconfio que estou errada, vejo ele como o meu pai [...] só me olhando, só fiscalizando [...]. Então, sempre que vou reformar aqui, vou lá antes para saber se estou certa ou errada, até para pintar a casa por dentro, acredita? [...]”. (Entrevista IV).

De acordo com a teoria lefebvriana, a produção do espaço concebido é composta pelas práticas intelectualizadas e burocráticas, podendo provocar a exclusão do sujeito comum na elaboração e manutenção de sua estrutura pela invocação de normas e valores sociais por representar áreas científicas para a construção teórica do espaço. (SCHMID, 2012). Assim, pelos depoimentos, observamos que a participação do residente local no EPCT, na produção do espaço concebido, reflete uma produção de maneira excludente ou com pouca participação do cidadão local. Tais comportamentos dos órgãos gestores causam, no cotidiano, alguns desencontros nas relações de aproximação do cidadão com a cidade:

“[...] a gente não é chamado para nada, poucas vezes recebi aqui alguma informação passada por eles. Sei que existe a Secretaria de Patrimônio e uma comissão, mas nem conheço quem faz parte disso. Deve ser entre eles! [...]. Então, eu, meu vizinho, o fulano da outra rua, não somos representados nessa lei. Concorda? [...]”. (Entrevista III).

“[...] o quê que acontece: eles são engenheiros e arquitetos. Eles é que entendem dos projetos e das leis lá. Só que eles são muito distantes da nossa realidade cotidiana. [...]. Eu não sei como fazer, mas sei que existem regras e eu respeito. [...]. Agora, sou eu que vivo aqui dentro e pago tudo. Sou eu que sei das minhas necessidades e dos meus filhos de morar aqui. [...]. Eles tratam como se todo mundo fosse igual, e não é! Pensa no morador idoso que vive nesse centro! Que tristeza essas ladeiras e essas calçadas! Um perigo! Todo mundo podia conversar e combinar a melhor forma de resolver essas calçadas, diminuindo os degraus, colocando corrimão. [...]”. (Entrevista XVI).

“[...] Eu confesso que nunca participei dessas coisas de patrimônio. Essas conversas na Prefeitura, no IPHAN. [...]. Eles também não fazem muita questão porque pode gerar mais problemas para eles. [...]. Mas acho que seria muito importante todo mundo participar dessas reuniões para entender como acontece a proteção da cidade, e também para eles ouvirem o nosso lado! [...]. Isso não é correto, eles de um lado e a gente do outro. [...]”. (Entrevista XII).

“[...] O IPHAN e a Prefeitura têm gente qualificada para fazer a orientação pelo menos para quem mora no patrimônio. Não tem? Por que então eles não fazem? [...]”.

Já que eles exigem e tudo mais, e tem gente formada, deveriam ajudar fazer um projeto de restauração, de uma iluminação, de um esgoto, tudo direitinho. [...]. Mas todo mundo fica nessa coisa teórica e depender do serviço público aqui não dá! Eu não entendo! [...]”. (Entrevista VII).

A partir das falas proporcionadas por esses residentes do sítio histórico, podemos observar, reflexivamente, as relações de interferências que a produção do espaço concebido gera sobre o cotidiano da vida dos habitantes na cidade. Essa leitura contrapõe depoimentos anteriormente apresentados e abrange aspectos que entram no limiar do cotidiano urbano por imposições diretas com normas e valores institucionalizados no campo da fiscalização, controle e multa, debatidos por esses residentes que, sem o poder do domínio sobre o espaço concebido, se colocam em lugar fragilizado pelas narrativas oficiais da cidade-patrimônio.

“[...] O grande problema do IPHAN é que ele é quem define as regras, no entanto, nem ele mesmo sabe o que fazer. [...]. São pesos e medidas diferentes. Isso me deixa muito chateada porque ele faz parte do meu dia a dia e da minha família. [...], isso é muito ruim para quem vive na cidade, porque preciso fazer obra na minha casa, ela é velha, vive com problemas, como vou viver aqui! Ele interfere diretamente na minha vida, né! [...]. Assim, o IPHAN quer controlar a cidade, isso é muito importante [...], mas ele precisava fazer uma cartilha, tipo orientação padrão para a reforma das casas, definir o que pode e o que não pode [...]”. (Entrevista IV).

“[...] Olha se tem cabimento eu ser multada porque estou cuidando da minha casa. Só porque substitui a madeira ali da sacada por pedra eles vieram aqui! A madeira não aguenta esse tempo, sol, chuva, sereno. Eu não tenho dinheiro para ficar trocando isso todo ano! [...]”. (Entrevista XI).

“[...] Tem famílias que deixaram de morar aqui porque não deram conta da manutenção de sua própria casa. Muita gente vendeu por conta do alto valor de manutenção. [...]. Hoje nem tanto mais porque o interesse é mais comercial, então, são pessoas com dinheiro que estão comprando essas casas! [...]”. (Entrevista VII).

O próximo capítulo realizará uma análise concreta do espaço urbano, por meio do levantamento de dados sobre os edifícios localizados no EPCT, quantificando-os e referenciando-os de acordo com as suas ocupações: residencial, comercial e misto. Assim, buscaremos apresentar as alterações do conjunto residencial e as possíveis inflexões de valores para a produção do espaço percebido e vivido na Paisagem Urbana Histórica em Ouro Preto.

2. DO OBJETO DE ESTUDO: O ESVAZIAMENTO RESIDENCIAL E A INFLEXÃO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O presente capítulo caracterizará o espaço urbano contemplado pela pesquisa. Inserir tal questão entre os campos teóricos desta dissertação se faz necessário para que o leitor possa se apropriar do objeto de estudo e compreender melhor a aplicação dos outros dois conceitos lefebvriano na produção do espaço em Ouro Preto, assunto que será abordado no Capítulo 3.

Dessa forma, a presente seção utilizará como objeto de análise o recorte espacial do “caminho tronco”, denominação sugerida por Sylvio de Vasconcellos ao eixo que corta o sítio histórico de Ouro Preto e que, conforme o mesmo autor, definiu o desenho preponderante da malha urbana. Posteriormente, trataremos da descrição perceptível das ruas dentro do recorte espacial definido à pesquisa, designado de Eixo Parcial Caminho Tronco – EPCT, tangenciando-o com algumas práticas sócio-espaciais representativas que conduzem o dinamismo da vida na cidade-patrimônio.

O levantamento de dados quantitativos a partir do mapeamento dos edifícios e de seus respectivos usos nas formas residenciais, comerciais ou enquanto organismos da gestão pública e privada foi um mecanismo fundamental nas considerações sobre as participações dessa realidade operacional e mercadológica frente às inflexões de valores atuantes no centro da cidade-patrimônio. Pelos delineamentos atuantes nas práticas sócio-espaciais existentes na Paisagem Urbana Histórica, pretendemos, com esse desenvolvimento, promover a revelação do espaço concreto, para pensarmos como ocorre o cotidiano urbano enquanto comportamentos sociais que devem ser problematizados pelas composições da produção do espaço.

2.1 O Recorte Espacial – Eixo Parcial do Caminho Tronco

A ocupação territorial onde a cidade de Ouro Preto se localiza surgiu em virtude das riquezas minerais descobertas em seu solo e que determinou, a partir do século XVIII, a produção do espaço urbano sobre uma natureza com características geográficas e climáticas muito ásperas. Tais condições exigiram do domínio humano a perspicácia de sobrevivência e adaptações que definiram qualidades próprias e singulares ao espaço.

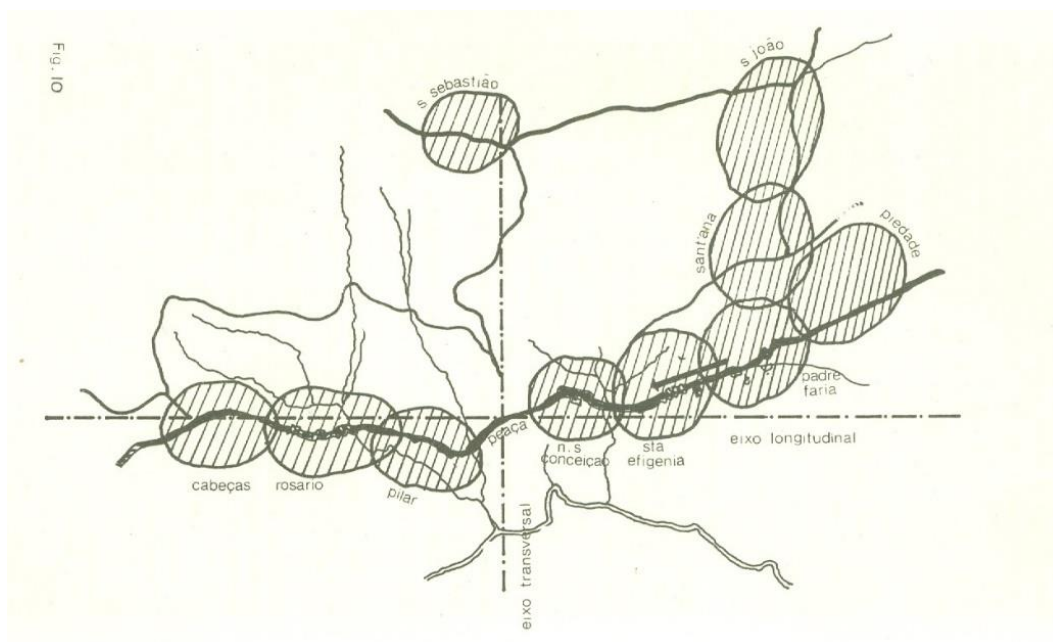
A evolução urbana se iniciou pelos assentamentos provisórios em meio aos morros e às vegetações nativas, transferindo-os a realidades mais permanentes e sólidas a

partir da formação de lugarejos, arraiais e, em virtude do adensamento populacional e instalação do poder político-administrativo, à vila e à cidade. Os caminhos e os percursos entre os núcleos de explorações minerárias se tornaram mais perduráveis e definiram, com o conjunto de edifícios religiosos, civis, pontes e chafarizes, uma caracterização urbana ainda identificada na Paisagem Urbana Histórica em Ouro Preto.

No que tange ao desenvolvimento do espaço urbano, para o arquiteto e pesquisador Sylvio de Vasconcellos (1977), o núcleo se formou por um trajeto linear e um eixo longitudinal determinante e ramificado, dando origem a outros arruamentos, vielas e becos paralelos ao principal e propiciando uma forma centrípeta ao desenho. A partir da terceira década do Setecentos, o núcleo começou a se consolidar e o crescimento urbano ganhou a forma centrífuga com o apuramento de seus limites e pelas estabilizações das construções e dos arruamentos mais duradouros ao lado seus largos centrais e suas capelas.

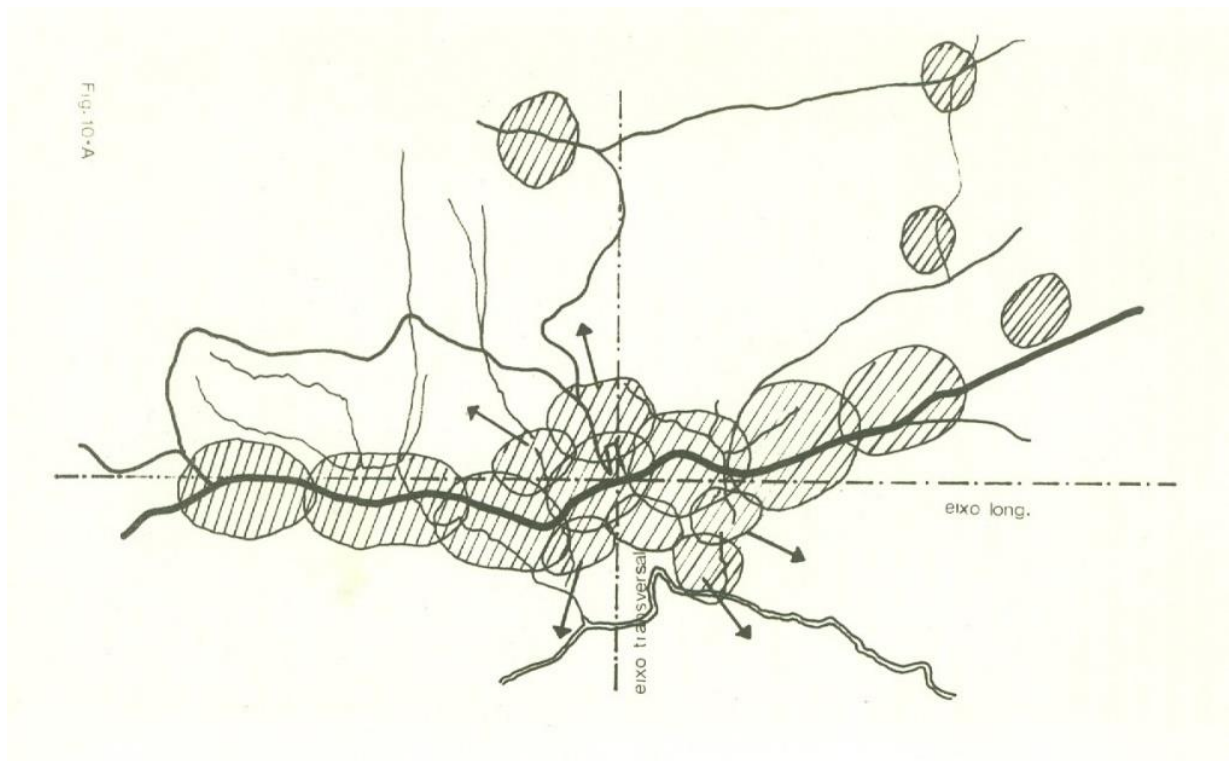
Para Vasconcellos (1977), a malha urbana foi modelada por um traçado que se tornou a via estruturante de ocupação e circulação, tendo, posteriormente, surgidos os outros em virtude do desenvolvimento da região. Com poucas exceções, todas as igrejas e os edifícios principais assentados ao longo do século XVIII tangenciavam essa ramificação linear.

Figura 4 – Representação da forma centrípeta do desenvolvimento urbano



Fonte: Vasconcellos, 1977, p. 78.

Figura 5 – Representação da forma centrífuga do desenvolvimento urbano



Fonte: Vasconcellos, 1977, p. 80.

Em seus estudos, Vasconcellos (1977) definiu, de maneira precursora, esse traçado de ocupação pelo Vale da Serra de Ouro Preto, e apropriou-se do termo “caminho tronco” ou “estrada tronco” para expressá-lo e compreender que foi a partir de uma via central que se conduziu o espraiamento da cidade por morros e encostas. O autor propõe a descrição “caminho tronco” iniciando pelos bairros Passa-Dez e Cabeças, cortando todo o sítio histórico até o bairro Padre Faria ou “vira e sai”.

Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o morro de Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana. (VASCONCELLOS, 1977, p. 71).

O percurso urbano do “caminho tronco” é delineado em três partes principais, a saber: a primeira das Cabeças ao Rosário, hoje ruas Alvarenga Peixoto e Bernardo Guimarães; a segunda compreende a centralidade urbana e se encontra entre o Rosário e Antônio Dias, que se subdivide em três trechos – do Rosário ao Pilar, do Pilar à Praça Tiradentes e da Praça Tiradentes ao Antônio Dias; e a terceira parte é compreendida “entre Antônio Dias e a Capela do Padre Faria, dividida em duas ladeiras – da Cruz das Almas ou

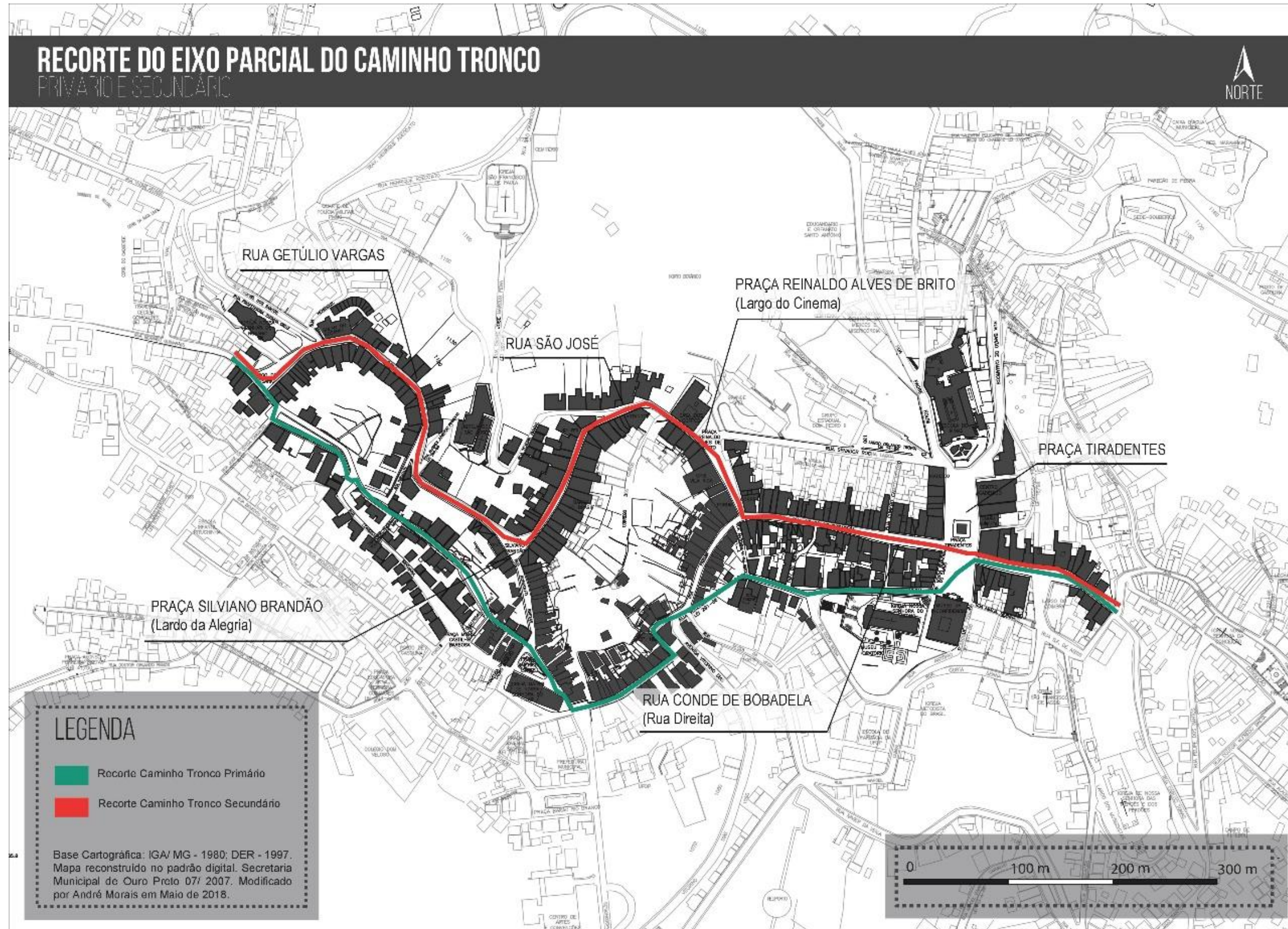
Vira-Saia, hoje Santa Ifigênia, e Capela do Rosário do Padre Faria, hoje, simplesmente, do Padre Faria”. (VASCONCELLOS, 1977, p. 76).

Por ser o percurso do recorte espacial contemplado nesta pesquisa, cabe a descrição abaixo reproduzida sobre a segunda parte do “caminho tronco” que compreende essa centralidade urbana. De acordo com o autor:

A segunda parte, a central, compreendida entre o Rosário e Antônio Dias, subdivide em três trechos – entre o Rosário e Pilar, daí até a Praça e desta a Antônio Dias. O primeiro trecho configurou-se, inicialmente, na Rua Direita da Matriz, depois chamada da Ponte Seca e do Vigário, atual Donato da Fonseca, bifurcada em Conselheiro Santana e Antônio de Albuquerque. **Abriu-se, depois, uma nova estrada, mais acima – a Rua Nova do Sacramento, transformada posteriormente, em Rua do Rosário, de São José e Direita, hoje, ruas Getúlio Vargas e São José e Tiradentes.** Do Pilar para a Praça, sobre a Ladeira de Ouro Preto até a Casa de Câmara, cujo princípio é a atual Rua do Pilar, continuada pelo Caminho Velho, depois, ruas de Santa Quitéria e do Carmo, hoje Coronel Alves e Brigadeiro Musqueira ou pelo **Caminho Novo, depois Rua Direita e hoje ruas Paraná e Conde de Bobadela.** (VASCONCELLOS, 1977, p. 75, grifo nosso).

Conforme essa descrição, podemos observar em Vasconcellos (1977) que a formação do percurso definido como “caminho tronco” possuiu suas variantes e devem ser reconhecidos pelos trajetos originários de ligação entre os núcleos centrais dos Arraiais e pelos lugares de circulação mais complacentes oferecidos pela natureza. Posteriormente, outros caminhos foram se consolidando como resultados das ramificações e das necessidades de organização sócio-espacial. Assim, nos apropriamos dessa arqueologia urbana apresentada pelo autor sobre a ocupação do espaço e denominamos os dois percursos que abrangem a centralidade urbana da cidade de caminho primitivo e secundário. Portanto, o recorte de análise aqui proposto refere-se à formação do segundo modelo, em concordância com a figura a seguir (Figura 6):

Figura 6 – Recorte do Eixo Parcial do Caminho Tronco: Eixo Primário e Secundário



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Morais, 2018.

Esta pesquisa contempla, parcialmente, o eixo do “caminho tronco”, no sentido oeste-leste, considerando as ruas Getúlio Vargas, Praça Silviano Brandão (Largo da Alegria), Rua São José, Praça Reinaldo Alves de Brito (Largo do Cinema), Rua Conde de Bobadela (Rua Direita) e Praça Tiradentes. Denominamos esse trecho como Eixo Parcial do Caminho Tronco, sendo EPCT sua sigla. Esse percurso expressa nas formas concreta e imaginária uma das representações da centralidade urbana em Ouro Preto e possui elementos determinantes para a compreensão da produção do espaço.

Do mesmo modo, justificamos a definição do EPCT pelas ocorrências fornecidas por esse percurso ao referenciar, conforme discutido pelo campo temporal da história e espacial da arquitetura, fatores elementares de elaboração de um dos principais núcleos da região no século XVIII, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar. A importância social e econômica do recorte influenciou a produção do espaço urbano no passado e continua agindo no presente e, concomitantemente com o bairro do Antônio Dias, são referências para a centralidade urbana e para as práticas sócio-espaciais na vida da população ouro-pretana.

No que tange ao tecido urbano, as principais características dos arruamentos e dos elementos integrantes ao espaço subsistem ao longo dos tempos e podem ser identificadas como cidades elaboradas a partir das conflituosas experiências locais com a postura portuguesa durante o período colonial⁴². Sobre os edifícios residenciais, remetemos a uma carta enviada pela Coroa Portuguesa ao Governador do Piauí a respeito de regras de construção nas vilas da Colônia, no ano de 1761, que possivelmente seria reverberado como modelo para as outras localidades do território colonial:

[...] sempre fabricadas na mesma figura uniforme, pela parte exterior, ainda que na outra parte inferior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve a mesma formosura nas vilas, e nas ruas delas a mesma largura, que se lhe assinar nas fundações. (VASCONCELOS, 1977, p. 88).

Contudo, para Vasconcellos, a aplicação dessas especificações detalhadas nas construções dos edifícios residenciais em Vila Rica foi realizada com um maior grau de vulnerabilidade, comportamento muito comum à região por motivos alheios às condições físicas, geográficas e, até mesmo, administrativas:

Em Vila Rica, a topografia, a desobediência dos súditos, o relativo afastamento da Metrópole, o desenvolvimento rápido e a improvisação levariam ao menosprezo normas assim tão rígidas. A mesma figura uniforme, por exemplo, só aparece em raros trechos da povoação, provavelmente em casas de um só dono [...]. (VASCONCELOS, 1977, p. 91).

⁴² Sobre o assunto, consultar: Vasconcellos (1977); Castriota (2009); Meniconi (1999).

Figura 7 – “Conjunto Alpoim⁴³”, Praça Tiradentes



Autor: Ane Souza, 2018.

Salgado (2010) realiza uma descrição da paisagem urbana a partir das caracterizações típicas originárias à formação do espaço em Ouro Preto, pelos traçados das ruas e ocupações dos lotes, com as seguintes considerações:

O traçado é irregular, composto por vias sinuosas, grandes quarteirões e alguns becos. [...] Este tecido tem seu traçado estruturado pelo “caminho tronco” que o atravessa de oeste a leste. Os lotes, em geral, possuem a testada com dimensões reduzidas, diferentemente de seu comprimento extenso, o que conduz ao aparecimento de grandes áreas livres na sua porção posterior, sendo apropriada por quintais que colaboram para a qualidade ambiental e da paisagem urbana. Estes “vazios urbanos” representam uma densidade reduzida de ocupação no interior das quadras, em contraposição a ocupação expressiva em suas bordas. (SALGADO, 2010, p. 34).

Para Lúcio Costa (1962), a arquitetura residencial nas cidades coloniais do Brasil pode ser denominada como uma “[...] construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, e um determinado meio, de uma determinada técnica e de um determinado programa”. (COSTA, 1962, p. 245). Assim, nos edifícios localizados ao longo do “caminho tronco” predomina a construção residencial de uso unifamiliar ou o uso misto – residencial e comercial. Geralmente, nos edifícios de um

⁴³ O “Conjunto Alpoim”, projeto elaborado pelo engenheiro-arquiteto português José Fernandes Pinto Alpoim, no século XVIII, é a exemplificação de rara uniformidade construtiva dos edifícios na cidade.

pavimento predomina o uso residencial e naqueles de dois pavimentos prevalece no primeiro piso o uso comercial e no segundo piso, as residências.

Por esse motivo, os edifícios apresentam em certos trechos uma volumetria harmônica que é determinada pelas condições geminadas das construções, pelos telhados de duas águas e pelos elementos de cheios e vazios. Certa uniformidade pode ser atribuída às cores presentes nas fachadas dos edifícios, com branco nas paredes e os tons mais fortes nas portas e janelas. (SALGADO, 2010).

Mesmo definindo que as fachadas dos edifícios residenciais do conjunto arquitetônico localizados na centralidade urbana possuem uma linearidade volumétrica análoga, cabe a nota apresentada por Sylvio de Vasconcellos (1977), ao descrever que a topografia foi preponderante e produziu uma ocupação diferenciada:

E enquanto as frentes das casas que cordeiam as vias públicas, de certo modo se aprumam, se formalizam, arrumadas, para o interior, os fundos se esparramam num à vontade típico, ajeitando-se como podem à difícil topografia local, resolvendo com franqueza e naturalidade os seus programas, orgânicos e funcionais. Varandas, puxados, escadas, cozinhas, o forno, o chiqueiro, pousam em qualquer lugar disponível, despreocupadamente, agarradas as construções umas às outras, ajudando-se mutuamente, como se só desta cooperação dependesse a sobrevivência. (VASCONCELOS, 1977, p. 173).

Figura 8 – Rua São José: alinhamento dos edifícios nas vias públicas



Autor: Ane Souz, 2018.

Figura 9 – Os edifícios e suas adaptações à topografia



Autor: Ane Souza, 2018.

Por essa descrição, compreendemos que as características construtivas definidas por estilos, técnicas e materiais prevalentes no século XVIII são determinantes nas construções residenciais da cidade. Já para o século XIX, alguns poucos edifícios trazem em suas elaborações construtivas elementos mais modernos enquanto ocorrência do estilo neoclássico e da própria industrialização mundial. Assim, Ouro Preto:

Sendo uma cidade do Setecentos, com sua paisagem urbana configurada ao longo do século XVIII, observam-se poucas alterações no século seguinte, seja em relação às ruas e demais espaços livres públicos, seja em relação às construções. Difunde-se, entretanto, o emprego de novas técnicas construtivas e de novos materiais (como o tijolo e o ferro fundido), embora concomitantemente à permanência de técnicas e materiais tradicionais, e constata-se ainda o aparecimento de construções ecléticas durante o oitocentos – como alguns chalés com lambrequins – e o uso de certos elementos decorativos de caráter eminentemente neoclássico nas fachadas (especialmente platibandas, pilastras e arquitraves), não obstante o distanciamento da Corte e a situação isolada de Vila Rica. (ARAGÃO, 2017, p. 272).

Para o século XX, as características construtivas residenciais permaneceram com a prevalência do estilo colonial sobre as novas construções, em virtude das regras de proteção e controle da paisagem gerada pelo tombamento nacional na década de 1930. Em alguns edifícios construídos na centralidade urbana, encontramos o estilo “fachadista”, conforme já discutido no Capítulo 1.

2.2 O concreto: uma descrição física do espaço

A descrição física da centralidade urbana identificada no EPCT e de alguns elementos que participam da Paisagem Urbana Histórica, em conformidade com o anteriormente apresentado, conduz à abordagem de aspectos concretos que oferecem partidos primordiais para compreender como se realizam as práticas espaciais [Percebido] e os espaços de representação [Vivido] no cotidiano da vida urbana pela produção do espaço na contemporaneidade. Dessa forma, o descrever do espaço urbano e suas especificidades se tornam essenciais para, posteriormente, pensarmos como acontecem as interseções entre o espaço físico e o imaginário, atrelados aos processos comportamentais e a prevalência do habitante sobre a construção do seu próprio espaço.

Nesse sentido, a relevância do trabalho empírico decorrente das entrevistas realizadas com os residentes do EPCT e que se encontram disseminadas ao longo do texto reproduz, no campo qualitativo, a visão dos sujeitos a respeito das vivências urbanas por suas próprias narrativas. Os resultados forneceram indícios de interesse para a compreensão sobre a vida na Paisagem Urbana Histórica, a partir de uma integração organizativa e vivida por esses residentes no espaço.

Associado a esse levantamento qualitativo, buscamos evidenciar neste tópico uma investigação quantitativa dos edifícios localizados no recorte determinado e como se apresentam as suas atuais ocupações físicas frente ao campo das práticas sócio-espaciais. Os dados encontrados fornecem aportes de compreensão para leituras concretas sobre a vida cidadina e conduz a possíveis diagnósticos por meio de fatores atuantes na produção do espaço urbano na cidade-patrimônio.

Assim, o processo metodológico adotado tem por finalidade confirmar a eficácia e a interação das informações geradas pelo método qualitativo, por meio das entrevistas e, ao mesmo tempo, avigorar o método quantitativo com o levantamento de dados informacionais, pois acreditamos que:

[...] alguns materiais de entrevistas podem ser suplementados por análises estatísticas e, reciprocamente, os dados estatísticos tendem a ser analisados qualitativamente em parte. Contudo, o ponto mais operacional é que coleta e análise de dados podem ser feitas das duas formas, e em várias combinações, durante todas as fases do processo de pesquisa. (STRAUSS; CORBAIN, 2008, p. 42).

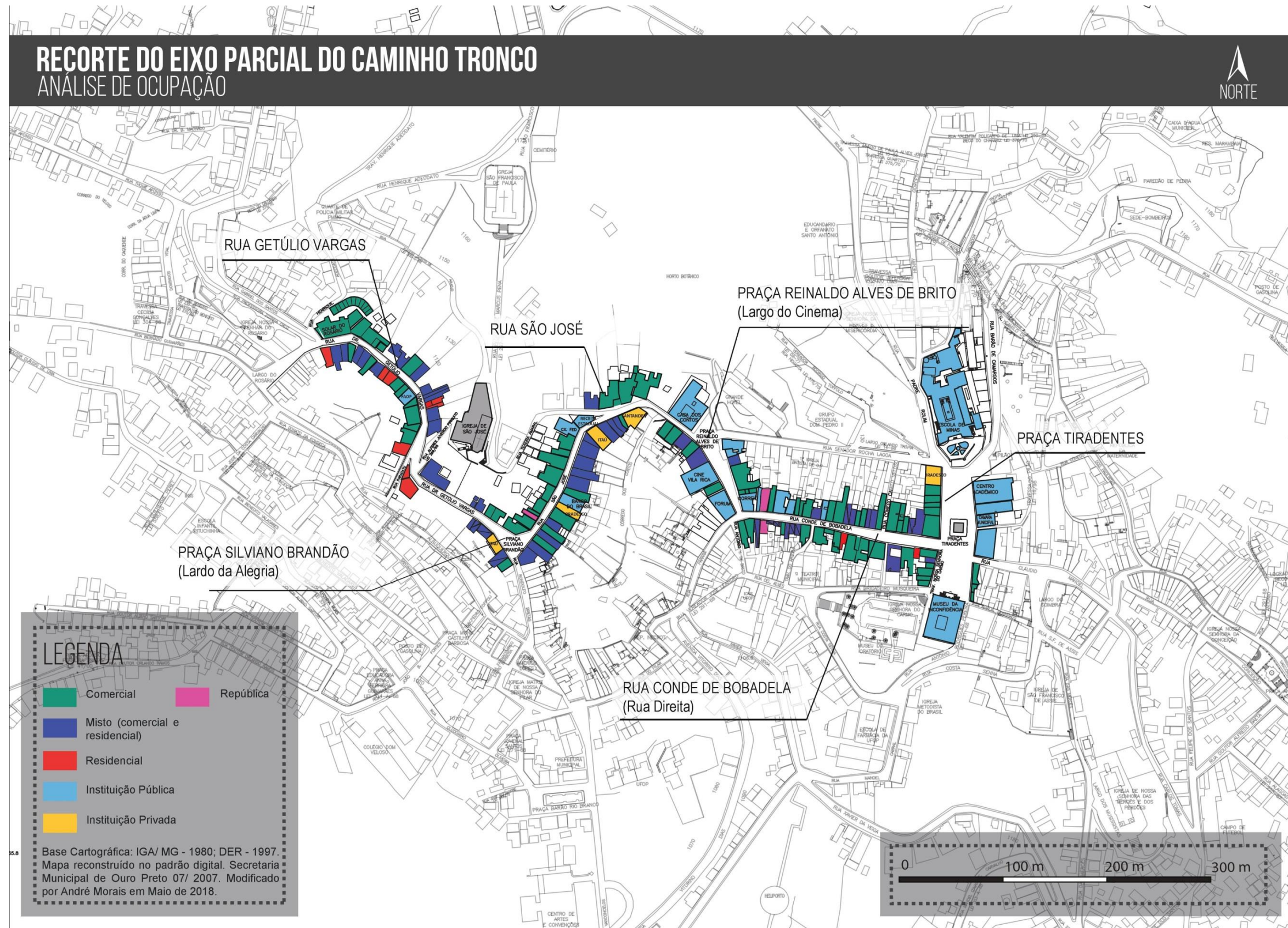
A presente etapa foi desenvolvida pelo levantamento dos edifícios existentes no EPCT, que, no primeiro momento, realizou uma identificação preliminar de ocupação entre as

formas de uso residencial, comercial, misto (residencial e comercial), institucional (público e privado)⁴⁴, repúblicas estudantis, entre outros. Essa etapa foi construída pela justaposição de dados gerados a partir das bases cartográficas fornecidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, que, posteriormente, foi conferida com a nossa constatação *in loco*.

Essas identificações foram igualmente confirmadas pelos entrevistados em suas respectivas ruas, nas quais conseguimos cruzar os dados e ratificar as informações referentes às ocupações dos edifícios. Da mesma maneira, os dados levantados sobre o quantitativo de residentes permanentes no EPCT também foram ratificados por esses entrevistados, sendo confirmados pelo cruzamento de informações geradas pelas entrevistas.

⁴⁴ A classificação de ocupação institucional compreende, expressivamente, os edifícios que abrigam as instituições: financeiras (bancos públicos e privados), judiciária (Fórum e Promotoria de Justiça), administrativa da esfera municipal, estadual e federal (Secretaria de Educação, Escritório Técnico do IPHAN, Câmara Municipal) e outras (museus, FIEMG, CAEM, Fundação Gorceix).

Figura 10 – Recorte do Eixo Parcial do Caminho Tronco: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Morais, 2018.

Com base na apresentação do procedimento metodológico aplicado, tais informações serão precedidas pelas descrições físicas das ruas, por ilustrações fornecidas pelos mapeamentos e pela identificação das respectivas ocupações dos edifícios dentro do recorte e, posteriormente, por uma planilha de dados quantificados.

2.2.1 A descrição do percurso: uma abordagem quantitativa e qualitativa no espaço

Iniciamos o percurso da descrição no sentido oeste-leste, pela Rua Getúlio Vargas. Trata-se da antiga Rua Nova do Sacramento, aberta por ocasião do traslado do Santíssimo Sacramento da Capela do Rosário até a nova Matriz Nossa Senhora do Pilar, evento ocorrido no ano de 1733, denominado de Triunfo Eucarístico⁴⁵. O percurso da rua é instalado por um corte na topografia acidentada da região, possui pouca declividade e foi inserido à centralidade urbana por possibilitar ao “caminho tronco” integração e acesso entre os bairros Cabeças, Pilar e Praça. (VASCONCELLOS, 1977). Tal fato permitiu a expansão de lugares residenciais mais requintados entre os bairros centrais e, “posteriormente, a circulação de mercadorias, a concentração de serviços e de fluxos de pessoas, seges e carros”. (CAMPOS, 2012 apud VILLASCHI, 2014, p. 78).

Atualmente, a rua é conformada pelos edifícios residenciais de um ou dois pavimentos, destinando a alguns a função comercial voltada ao consumo de roupas, calçados, perfumaria, livraria, cafeteria, lojas de utensílios domésticos, restaurante, hotel, academia e a Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP)⁴⁶. Igualmente, se encontram no percurso duas vias públicas que se ramificam do eixo: a ladeira da Rua Paracatu, oferecendo acesso à região da “Ponte Seca” e oposto a essa, e a ladeira da Rua Alferes J. Piriquito, dando acesso à Capela de São José dos Homens Pardos e suas adjacências.

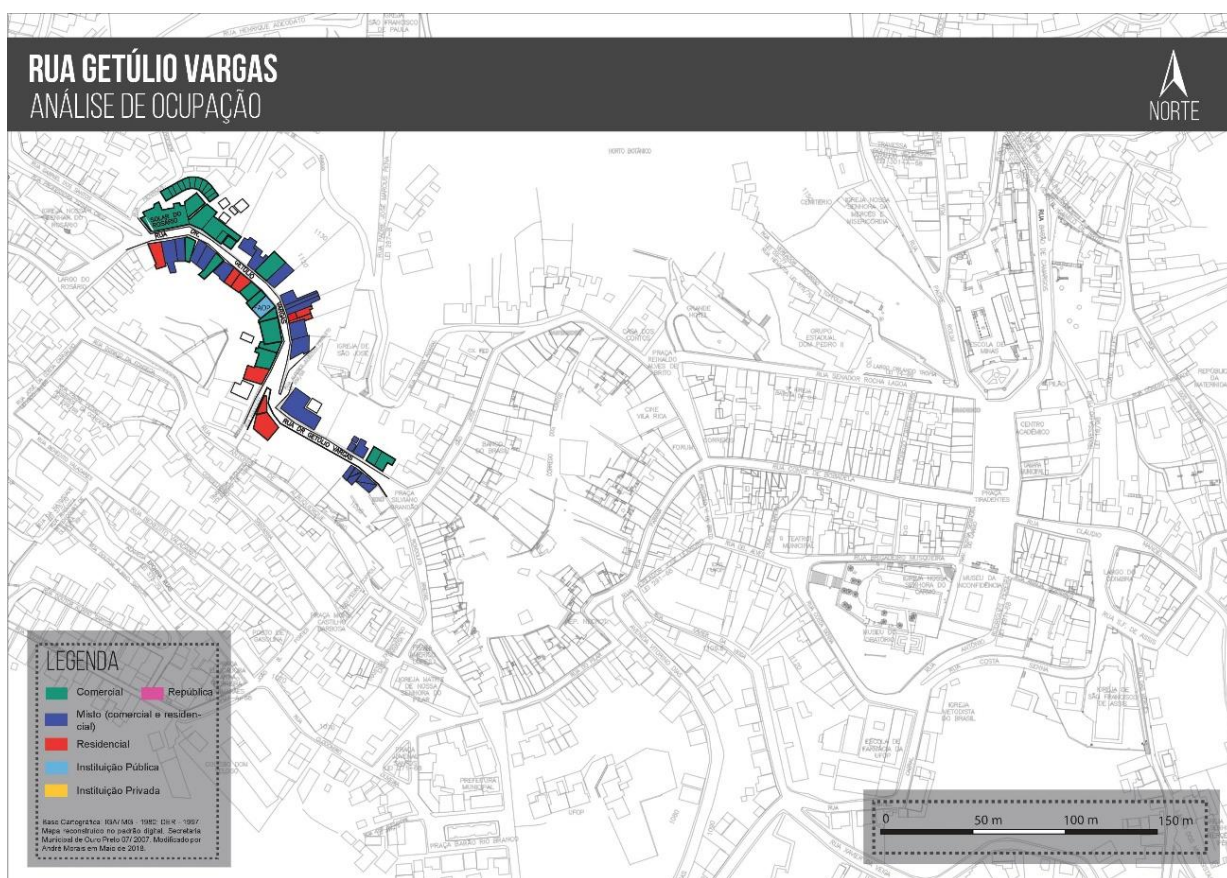
Para a entrevista X, a Rua Getúlio Vargas é uma síntese do que deveria ser a cidade, em que incumbências com a manutenção dos edifícios, as condições das calçadas e os pontos de referências para o estímulo da sensibilidade humana se tornam essenciais para a apropriação da cidade-patrimônio. Contudo, a entrevistada apresenta preocupação com o reduzido número de residentes no local e as possíveis fragilidades geradas por essa condição:

⁴⁵ Sobre o assunto, consultar Ávila (1999); Souza (1986); Sales (1965).

⁴⁶ FAOP- Fundação de Arte de Ouro Preto, ligado à Secretaria Estadual de Cultura, que, desde a década de 1970, oferece formação técnica profissional à área da conservação e restauração de bens culturais móveis e a outros tipos de produção artística. Sobre o assunto, consultar: www.faop.mg.gov.br.

“[...] Moro aqui há mais de 60 anos, 63 anos. Tenho muito amor por essa rua! Sempre vivi aqui. [...] Ela inicia ali no Largo do Rosário com o Hotel do Rosário, aquele prédio maravilhoso, depois você vem andando e são sempre casas muito bem cuidadas. Toda a cidade deveria ser assim! Seria um sonho! [...] Até a calçada é boa, tanto do passeio quanto da rua. Não é? Aí passamos pela FAOP, sempre com exposições abertas à comunidade e é um lugar que sempre produziu arte e sensibilidade. [...] Chega aqui no muro com essa vista maravilhosa do Pilar e também da Vila Aparecida, que choca a paisagem, mas que faz parte da nossa cidade! São nossa gente que mora ali! [...] Tenho muitas lembranças nessa rua, das pessoas, do convívio, da amizade, dos lugares [...]. Hoje, o grande problema é que está cada vez mais sem morador e isso nos dá um sentimento de solidão e até mesmo de perigo! [...]” (Entrevista X).

Figura 11 – Rua Getúlio Vargas: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Morais, 2018.

Tabela 1 – Rua Getúlio Vargas: análise quantitativa

Rua Getúlio Vargas	
Identificação dos edifícios	Nº. 3 ao Nº. 281
Nº de edifícios	41 edifícios

(continua)

Tabela 1 – Rua Getúlio Vargas: análise quantitativa

(continuação)	
N.º de residências na atualidade	15 residências
N.º de edifícios destinados ao comércio	31 edifícios
N.º de edifícios com uso misto	17 edifícios
N.º de instituições pública/ privada	1 instituição pública
N.º república estudantil	1 república estudantil
N.º de moradores residentes	31 residentes

Fonte: Elaborado por Edson Fialho de Rezende/ 2018.

A continuidade do percurso ocorre pela Rua São José, na qual se integra às suas extremidades a Praça Silviano Brandão (Largo da Alegria) e a Praça Reinaldo Alves de Brito (Largo do Cinema). Os largos⁴⁷ da Alegria e do Cinema, assim comumente denominados, oferecem ao percurso um alargamento espacial conferido pelo traçado da Rua São José, possibilitando a ampliação no olhar do observador na leitura sob o espaço urbano.

Figura 12 – Encontro da Rua Getúlio Vargas com o Largo da Alegria



Autor: Weide Silva, 2017

⁴⁷ Para Castriota, os Largos são, normalmente, espaços vazios urbanos e comuns às configurações das cidades coloniais americanas de origem portuguesa e que se apresentam “de forma irregular, muitas vezes articulados por uma edificação religiosa e que desempenham importante papel de articulação urbana e sociabilidade”. (CASTRIOTA, 2009, p. 143).

No primeiro largo, o Largo da Alegria, todos os edifícios são de dois pavimentos com as mesmas finalidades anteriormente mencionadas, muito embora seja singularizado por um edifício localizado na esquina com a Rua São José, datado do início do século XX, e que apresenta certa grandiosidade e composição arquitetônica diferenciada do restante. O espaço é identificado por muitos residentes da Paisagem Urbana Histórica como lugar de concentração em festas e carnavais:

“[...] O Largo da Alegria tem esse nome porque desde criança era ali que a meninada brincava, quase não tinha carro na rua, então podia brincar sem preocupação. Era também o lugar que os blocos de carnaval passavam, as bandas de serestas também tocavam ali! Todo mundo levava banquinhos para lá e ficavam esperando as bandas de serestas! Até hoje tem carnaval ali e fica muito bom!!! [...] Por isso chama Largo da Alegria! [...]” (Entrevista IV).

Figura 13 – Praça Silviano Brandão: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Morais, 2018.

Tabela 2 – Praça Silviano Brandão: análise quantitativa

Praça Silviano Brandão – Largo da Alegria

(continua)

Tabela 2 – Praça Silviano Brandão: análise quantitativa

(continuação)	
Identificação dos edifícios	Nº. 03 a Nº. 53
Nº de edifícios	7 edifícios
Nº de residências na atualidade	3 edifícios
N.º de edifícios destinados ao comércio	6 edifícios
N.º de edifícios com uso misto	3 edifícios
N.º de instituições pública/ privada	1 instituição privada
N.º de república estudantil	0 repúblicas estudantis
N.º de moradores residentes	6 residentes

Fonte: Elaborado por Edson Fialho de Rezende/ 2018.

A Rua São José possui, da mesma forma, uma topografia plana e quase a totalidade dos edifícios identificados são de dois pavimentos, com a finalidade residencial e comercial. Para a São José, podemos sugerir uma descrição do espaço semelhante a um corredor urbano, elaborado pela estreita rua contornada por altos casarios e pouca visão horizontal. O espaço é caracterizado pelo elevado fluxo de pessoas e veículos provocados, primordialmente, pelas atividades comerciais e presença de instituições bancárias que ali se encontram, assim como por conduzir a bairros vizinhos.

Essa rua constituiu por épocas a função centralizadora da vida urbana de Ouro Preto em virtude das relações sociais que o espaço proporcionou e pelos serviços de consumo oferecidos desde o século XIX⁴⁸. O *Almanaque de Ouro Preto*, em 1890, mostra que na rua havia uma variedade de estabelecimentos voltados a atender a demanda da sociedade ouro-pretana, como dentistas, fabricantes de calçados, de mobílias, ourives, farmácias, fotógrafos, alfaiates, charutarias, restaurantes, duas casas de tiro ao alvo, colchoarias, salões de barbeiros, relojoeiros, negociantes de fazendas, de ferragens, de louças, de chapéus, de gêneros, de peixes e frutas e o Depositário de Tecidos da Companhia Cedro e Cachoeira.

Ainda na atualidade, são observados os serviços voltados ao público local com presença das agências bancárias, lojas de roupas, calçados, mobílias, perfumaria, padarias,

⁴⁸ Sobre esse assunto, consultar a tese de doutorado de Villaschi (2014, p. 69-82), no subcapítulo 1.2.1, intitulado: “Centralidades urbanas desdobradas em Ouro Preto”.

mercearia, farmácia, açougue, entre outros. A vocação de cidade turística reforça a dinâmica do espaço pela destinação de alguns edifícios voltados ao atendimento turístico, com museu, restaurantes, cafeterias e lanchonetes.

A Ponte dos Contos e o Museu Casa dos Contos, este último edificado pelo inconfidente João Rodrigues Macedo e, atualmente, pertencente ao Ministério da Fazenda, encerra de forma suntuosa o percurso pela sua elaboração construtiva e o requinte em cantaria.

Os residentes da Rua São José, confirmam que em tempos pretéritos, essa rua foi referência para a centralidade urbana, que atingia o imaginário da juventude enquanto lugares de encontros e descobertas, assim como fornecia uma infraestrutura necessária à subsistência e ao consumo da própria população local.

“[...] Eu tenho, assim, muito boa lembrança da Rua São José, do tempo que eu vim da Fazenda. Morava na Água Limpa e aqui era o centro para gente passear. Era o urbano! Não era a Praça Tiradentes, não! Não era Rua Direita, era a Rua São José. Tinha, antigamente, o footing que todo mundo falava, antigamente. A gente, também, participou disso. [...]. Realmente, tinham bandas, que vinham para rua, faziam uma “retretazinha” no Largo do Cinema até no Rosário. Então, aquilo ali, né? E a gente tinha, também, vários encontros. [...]. Quase tudo que a gente precisa encontrava aqui, olha: padaria, farmácia, supermercado, lojas, açougues, banco, boteco, bares, lugar de jogo, sorveteria. Tinha de tudo nessa rua! [...]. Por isso que eu acho que ela foi muito importante! [...].” (Entrevista IV).

“[...] Não tinha essa coisa de buscar fora. Tudo era resolvido, e muito bem resolvido aqui! As pessoas dos outros bairros vinham para cá e havia um movimento diferente desse que encontramos hoje, é claro que o modo de consumo é diferente, mas, havia muitas pessoas da cidade pela rua, utilizando o comércio. [...]. Pensa bem, todas essas casas moravam famílias na parte de cima e na parte de baixo eram o comércio, e grandes! Essa era a rua do comércio. [...]. As famílias que moravam aqui tinham cinco, sete filhos, então, tinha muita gente! [...]. Isso aqui, ou pelo menos esse centro, fazia parte da vida de todo mundo[...].” (Entrevista IV).

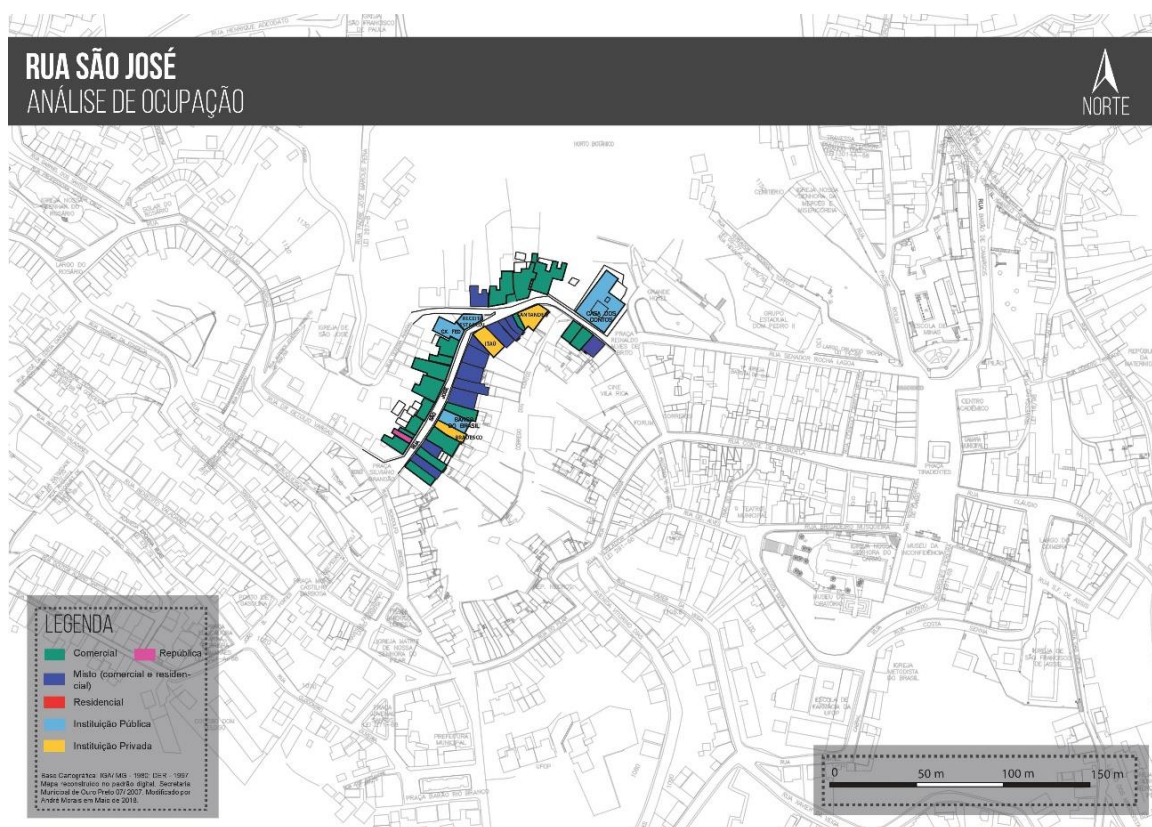
“[...] Todo o social da cidade acontecia na Rua São José. Lá, era o centro de toda vida social da cidade. Então, os fins de semana, o nosso programa naquele tempo, praticamente não se tinha televisão, muito pouco. É! A grande diversão era o cinema e depois ficar pela Rua São José. E era muito interessante porque nos sábados e domingos à noite era uma multidão que ficava na Rua São José, passeando em filas. As pessoas iam em grupos, andando pra lá e pra cá [...].” (Entrevista VII).

Figura 14 – Vista da Rua Tiradentes, atual Rua São José em 1875–1880



Fonte: Ferrez, 1946, p. 231 apud Salgado, 2010, p. 80.

Figura 15 – Rua São José: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Morais, 2018.

Tabela 3 – Rua São José: análise quantitativa

Rua São José	
Identificação dos edifícios	Nº. 01 a Nº. 233
Nº de edifícios	35 edifícios
Nº de residências na atualidade	11 residências
N.º de edifícios destinados ao comércio	34 edifícios
N.º de edifícios com uso misto	12 edifícios
N.º de instituições pública/privada	7 instituições – públicas e privadas
N.º de república estudantil	1 república estudantil
N.º de moradores residentes	32 residentes

Fonte: Elaborado por Edson Fialho de Rezende, 2018.

Para o próximo largo, o do Cinema, encontramos importantes focos que caracterizam a representatividade do espaço urbano. Partimos da inserção de um dos principais chafarizes da cidade, o Chafariz dos Contos, datado de 1745. Este contém em seu acabamento frontal a seguinte inscrição em latim: *Is quae potatum cole gens pleno ore Senatam, securi ut sitis nam jacit ille sitis* (tradução: “Povo que vais beber, louva de boca cheia o Senado, porque tens sede e ele faz cessar a sede”). Tal epígrafe pode ser compreendida como a expressão do poder administrativo no século XVIII sobre a população colonial.

Nesse espaço também são identificados edifícios com características dessemelhantes ao estilo preponderante, como os prédios da 4ª Promotoria da Justiça da Comarca de Ouro Preto e o Antigo Liceu de Artes e Ofícios, atual Cinema. Nessas construções, datadas do século XIX, deparamos com fortes manifestações do IPHAN, no começo de sua atuação na cidade, ao promover as remoções dos elementos ecléticos presentes nos detalhes construtivos e produzir uma aproximação estética ao estilo colonial em tais edifícios.

Figura 16 – Liceu de Artes e Ofícios (1886–1946). Detalhes dos elementos ecléticos da fachada do edifício



Fonte: Coleção Luiz Fontana, Instituto de Filosofia, Arte e Cultura/ UFOP, [s/d].

Figura 17 – Vista do Largo do Cinema. Detalhes das alterações no edifício do Cine Vila Rica, antigo Liceu de Artes e Ofícios



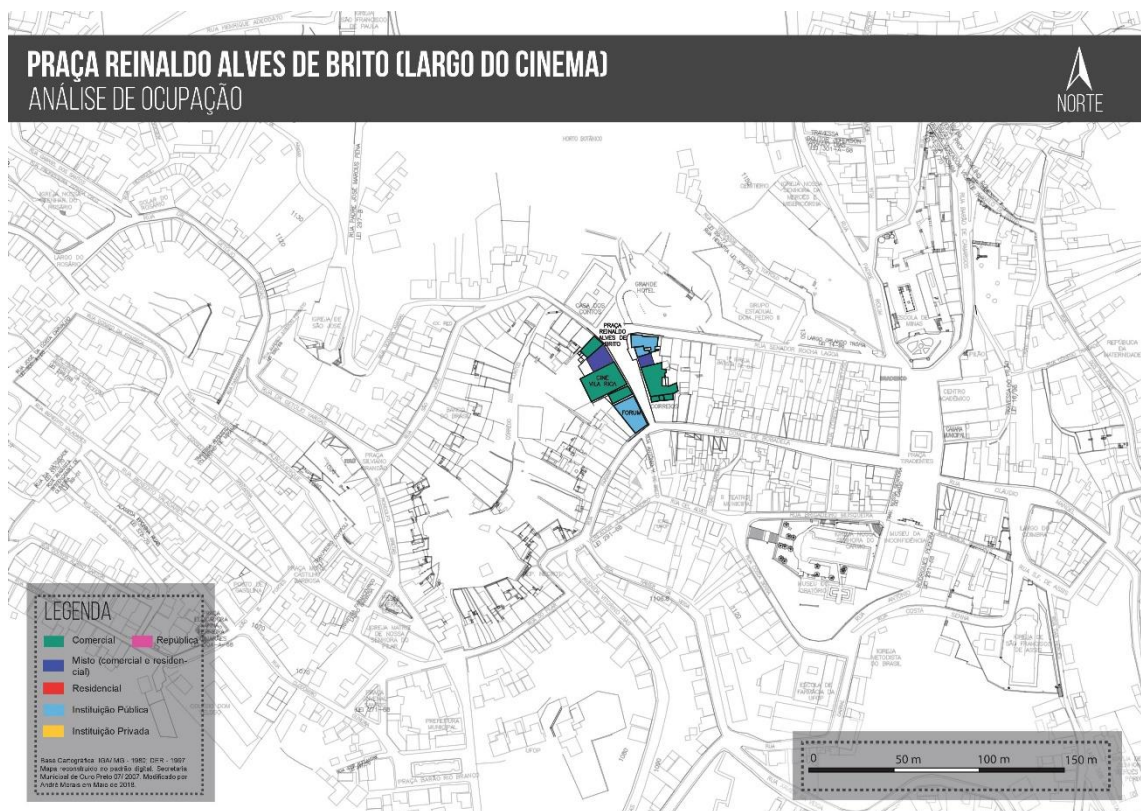
Autor: Weide Silva, 2017

Desse espaço, observamos a inserção do Grande Hotel de Ouro Preto na paisagem colonial, projeto realizado pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer, na década de 1940, e inserido ao pé da Rua das Flores. O largo é encerrado com a presença dos prédios do Fórum e dos Correios, que se localizam nas esquinas das ruas Paraná e Direita, respectivamente.

“[...] Sabia que vejo nesse largo o coração da cidade! [...] Nele você ganha energia para respirar e continuar, ou subindo a Rua Direita ou das Flores, ou descendo para o Rosário, Pilar, Cabeças e vai. [...] Aquele chafariz é a coisa mais linda. E tem o cinema, que eu adorava e sempre fez parte da nossa juventude. Até acho que agora nem tanto mais! [...] A noite adoro a visão da igreja de São Francisco de Paula, até parece que ela flutua ali naquela mata! [...] Agora, a cidade toda virou um inferno por conta dos carros, veja só lá! Que confusão que é durante o dia! [...]” (Entrevista XVI).

“[...] Ali tem uns prédios diferentes, o cinema e aquele de cima que nem sei direito o que funciona ali, é coisa do Fórum. E eles eram ainda mais bonitos, já vi umas fotos antigas! É um tipo diferente das casas mais antigas, não é? [...]” (Entrevista XV).

Figura 18 – Praça Reinaldo Alves de Brito: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Morais, maio de 2018.

Tabela 4 – Praça Reinaldo Alves de Brito: análise quantitativa

Praça Reinaldo Alves de Brito – Largo do Cinema	
Identificação dos edifícios	Nº. 11 a Nº. 81
Nº de edifícios	8 edifícios
Nº de residências na atualidade	1 residência
N.º de edifícios destinados ao comércio	5 edifícios
N.º de edifícios com uso misto	2 edifícios
N.º de instituições pública/privada	3 instituições públicas
N.º de república estudantil	0 repúblicas estudantis
N.º de moradores residentes	1 residente

Fonte: Elaborado por Edson Fialho de Rezende, 2018.

No prosseguimento do percurso e diferentemente dos anteriores, a Rua Conde de Bobadela, denominada de Rua Direita, possui em sua composição física uma íngreme ladeira que já se inicia com a finalização do Largo do Cinema até o acesso à Praça Tiradentes. Sua caracterização é identificada pela totalidade dos edifícios de dois pavimentos, residencial e comercial, e pelo expressivo número de serviços voltados ao turista, com museu, restaurantes, lojas de *souvenirs*, joalherias, hotéis e cafeterias.

Com a Rua São José, a Direita ocupou um importante espaço centralizador na vida urbana e ainda possui, mesmo que no imaginário da população, essa representação. Como exemplo, citamos a curiosa maneira com que moradores de bairros mais distantes dessa centralidade se referem, comumente, ao núcleo urbano pela denominação de “Ouro Preto”, promovendo uma distinção entre os espaços urbanos centrais e periféricos de forma apartada, diante da sua unidade municipal.

Figura 19 – Rua Direita e a movimentação do trânsito local



Autor: Ane Souza, 2018.

Por essa centralidade, a Rua Direita foi, até períodos recentes, local de apropriação de espaço público pela população nas práticas sócio-espaciais, com presença dos habitantes na rua ou em seus bares e restaurantes. Atualmente, vem se observando alterações de apropriação por parte da população local em virtude das vocações dos estabelecimentos que estão se destinando ao um público de poder aquisitivo mais elevado. A rua também é lugar prioritário de visitação turística e rota de circulação da população nos grandes eventos ocorridos na cidade.

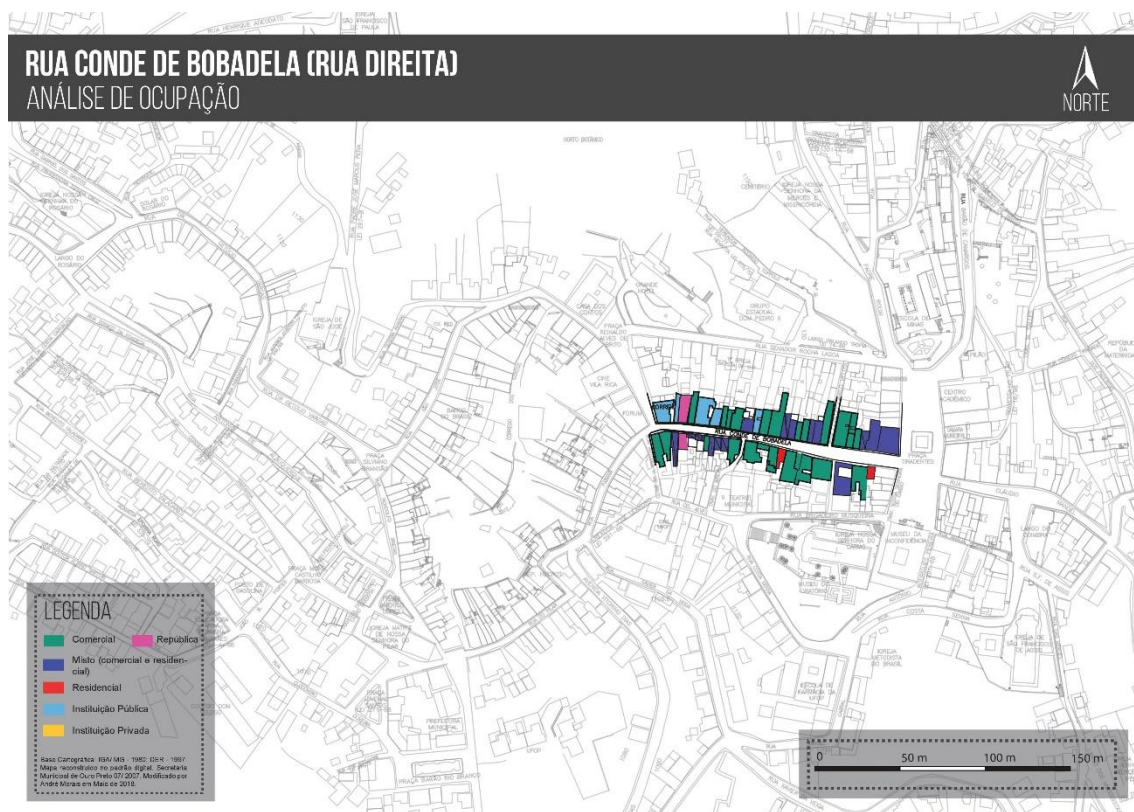
Na entrevista V, a moradora descreve a rua como um lugar em que a cidade se realiza como patrimônio por apresentar elementos urbanos específicos do período colonial e que perdura ao longo das épocas com a função de cumprir um papel fundamental para a memória da sociedade brasileira.

“[...] A rua é muito interessante! As casas são belíssimas e tem muita história para a memória do povo brasileiro. [...] Aqui encontramos como falar, as formas de construir no passado, as formas de viver, de pensar, de comportamento das pessoas [...], a religião [...], o poder, o lado ruim com os escravos e o tempo todo estamos aprendendo com isso aqui! É olhar, pensar e aprender! [...] Eu acho que essa é a rua mais importante da cidade, não é porque está no centro não, mas, porque aqui todas as casas são antigas e trazem isso com elas, ou quase todas! [...]”. (Entrevista V).

Já para a residente da entrevista XIII, a Rua Direita apresenta uma estrutura urbana local em transformação, observada pelas alterações do cotidiano vivido pelos moradores, provocado pelo esvaziamento residencial e representado pelos comportamentos atuais de cidade-patrimônio na contemporaneidade. Assim, descreve:

“[...] A Rua Direita sempre foi uma das principais ruas da cidade. Sempre com muita gente, muito movimento de turista e gente da cidade também! [...]. Esse trecho aqui tinha muita gente morando, gente nova, gente velha, criança, estudante. [...]. Ao mesmo tempo que tinha muita bagunça, também tinha, assim, o convívio de vizinhos, de pessoas conhecidas que a gente conversava. [...]. Hoje eu praticamente não tenho vizinhos, mas, ainda conheço todo mundo aqui na redondeza. [...]. O comércio aqui é cem por cento voltado para as pessoas de fora, eu não uso nada mais aqui. [...]”. (Entrevista XIII).

Figura 20 – Rua Conde de Bobadela [Rua Direita]: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Moraes em maio de 2018.

Tabela 5 – Rua Conde de Bobadela [Rua Direita]: análise quantitativa

Rua Conde de Bobadela – Rua Direita	
(continua)	

Tabela 5 – Rua Conde de Bobadela: análise quantitativa

(continuação)	
Identificação dos edifícios	N.º 04 a N.º 189
N.º de edifícios	47 edifícios
N.º de residências na atualidade	11 edifícios
N.º de edifícios destinados ao comércio	40 edifícios
N.º de edifícios com uso misto	14 edifícios
N.º de instituições pública/privada	4 instituições públicas
N.º de república estudantil	2 repúblicas estudantis
N.º de moradores residentes	18 residentes

Fonte: Elaborado por Edson Fialho de Rezende, 2018.

A Praça Tiradentes, último percurso contemplado pela pesquisa, forneceu uma singularidade à produção do espaço. Isso provém não apenas do fato dela ocupar uma das partes mais alta na topografia da região, mas por realizar a junção dos dois principais núcleos do período colonial, Antônio Dias e Pilar, e fundar a centralidade urbana como espaço de poder político-administrativo que ali se instalou com a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio dos Governadores. Atualmente, o espaço ainda recebe dois órgãos públicos e de poder na cidade, a Câmara dos Vereadores e o Escritório Técnico do IPHAN.

Para Castriota (2009), a Praça Tiradentes expressa rara exceção em que a natureza se conformou às exigências construtiva no século XVIII, devido à realização do platô no morro de Santa Quitéria para a instalação do espaço oficial de poder na cidade. Portanto, esse espaço:

[...] vai ter, assim, um caráter eminentemente político, não sendo de se estranhar, portanto, que o espaço da vida social local naquela parte da cidade se representado não por essa praça, que sempre mantém seu caráter de espaço oficial, mas pelo Largo do Coimbra, alargamento das ruas em frente à Igreja de São Francisco de Assis [...]. (CASTRIOTA, 2009, p. 135-136).

Contudo, no que tange à função da centralidade urbana na organização espacial, podemos compreender a Praça Tiradentes não apenas como uma ocupação do espaço físico ordenado, mas como “um sistema polarizado por um núcleo central, no qual se desenvolvem

determinadas categorias de atividades, que estabelecem formas de controle sobre as áreas periféricas.” (REIS, 2006, p. 88).

Para além de tais características, no espaço também se encontram dois expressivos museus da cidade, o Museu da Inconfidência, instalado na antiga Casa de Câmara e Cadeia e categorizado enquanto unidade museológica nacional na cidade-patrimônio, e o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP, instalado no antigo Palácio dos Governadores enquanto unidade acadêmica. Também se encontra abrigado nesse espaço o prédio da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), edifício que foi totalmente destruído após um incêndio no ano de 2003 e que a sua reconstrução gerou polêmicas no âmbito dos princípios da restauração do patrimônio na cidade e das posturas autoritárias provenientes dos órgãos gestores públicos e privados.

Simbolicamente, a Praça Tiradentes representa para o imaginário social da população ouro-pretana um local gerador da centralidade urbana oficial, precipuamente, em virtude da expressividade arquitetônica dos edifícios e pela presença de instituições de poder ali instaladas. Porém, não cumpre a sua função de estímulo à urbanidade nos habitantes, pois, no cotidiano, a dinâmica do espaço se encontra enquanto local de circulação e ligação entre os bairros da cidade. Essa condição de ausência dos habitantes na produção do espaço urbano na Praça Tiradentes é alterada apenas pelas festividades religiosas e cívicas, carnavais, eventos culturais e esportivos que ocorrem no local e propicia momentos de encontros e conflitos socioculturais. A quase totalidade de ocupação dos edifícios de propriedades privadas endereçados na Praça Tiradentes é destinada a restaurantes, lojas de *souvenir*, joalherias e outros voltados ao público turístico.

Figura 21 – Praça Tiradentes/ Carnaval 2018



Autor: Ane Souza, 2018.

Em contraponto a essa leitura da Praça Tiradentes, temos aquela que destina a centralidade não necessariamente a essa praça, mas aos dois principais arraiais formadores da cidade no século XVIII, com suas especificidades originárias de atuação sobre o cotidiano de seus habitantes. Assim, consideramos:

A Praça Tiradentes representou a primeira centralidade urbana planejada para Vila Rica, com ênfase na afirmação do poder colonial e que, ainda hoje, predomina como imagem oficial da cidade. Principal elemento de articulação da totalidade urbana, essa praça nunca chegou a centralizar a vida cotidiana, longamente concreta e expressa no uso, ocupação e apropriação dos núcleos de seus principais arraiais: Pilar e Antônio Dias. Cada um deles adquiriu configuração territorial e morfologia urbana próprias, resultado das diferentes origens étnicas e da especialização econômica do espaço: no Pilar predominou a atividade comercial e, no Antônio Dias, a mineração. (VILLASCHI, 2014, p. 73).

Figura 22 – Praça Tiradentes: análise de ocupação



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto. Modificado por André Moraes, maio de 2018.

Tabela 6 – Praça Tiradentes: análise quantitativa

Praça Tiradentes	
Identificação dos edifícios	Nº. 04 a Nº. 140
Nº de edifícios	20 edifícios
N.º de residências na atualidade	1 residência
N.º de edifícios destinados ao comércio	13 edifícios
N.º de edifícios com uso misto	2 edifícios
N.º de instituições pública/privada	7 instituições – públicas e privadas
N.º de república estudantil	0 repúblicas estudantis
N.º de moradores residentes	1 residente

Fonte: Elaborado por Edson Fialho de Rezende, 2018.

2.3 As formas de ocupação e a inflexão de valores

Ao tratarmos das formas de ocupação dos edifícios localizados no EPCT, fomentamos discussões sobre a valorização do patrimônio edificado pelos residentes locais na esfera do uso e da troca. Para essa compreensão, partimos de uma percepção que habitar os edifícios inseridos na Paisagem Urbana Histórica é aceitar circunstâncias distintas de moradia e, assim, trata-se de ocupar espaços apreendidos por condições físicas restritivas ou, por certas ocasiões, adaptados, pois a gestão dos edifícios tombados, carregados simbolicamente de valores históricos, estéticos ou herdados familiarmente, coíbe, em diversos momentos, as formas de resi-di-lo pelo alto investimento na periódica manutenção e restringe alguns anseios humanos em pleno século XXI.

Da mesma forma, e, expresso a partir da lógica do pensamento capitalista, percebemos que os elementos urbanos patrimonializados possuem fortes desejos da indústria do turismo e do mercado imobiliário, direcionados pelos campos da exploração, qualificação e consumo de um cenário que possa solidificar na região o valor de troca tão operacional da sociedade contemporânea. Esse comportamento no EPCT ocorre pela concentração de mecanismos urbanísticos presentes na paisagem, como os mais induzidos pela vocação da

cidade e por incitar indicações de lugares com valorização do espaço e rentabilidade financeira.

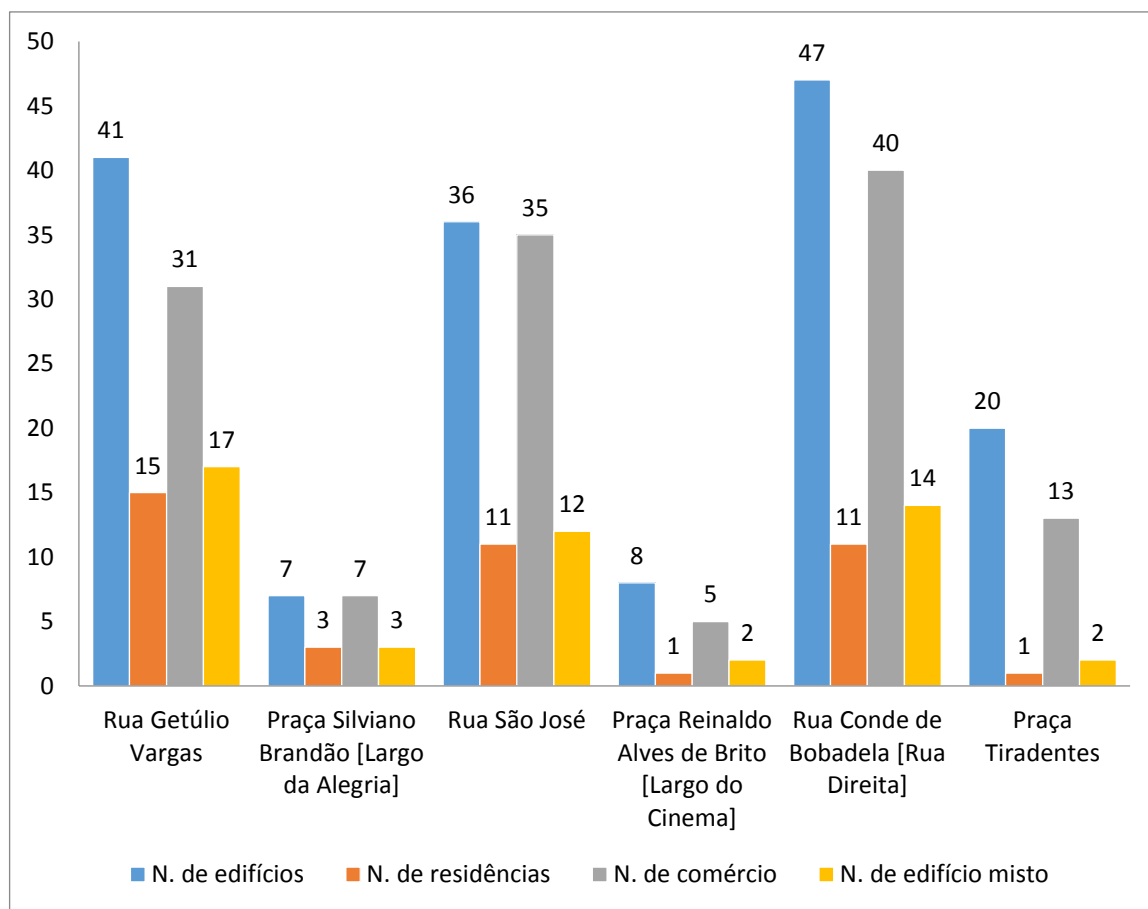
Por essa lógica, compreendemos que o antagonismo econômico e a racionalidade capitalista globalizada atingem diretamente os indicadores das práticas sócio-espaciais da vida cotidiana perene aos elementos materiais. Como consequência, a cidade institucionalizada como Patrimônio Cultural da Humanidade se torna foco de atenção pelas transformações dos mecanismos urbanísticos e pelos valores de uso como um todo. Para Harvey (2005), os lugares qualificados como *city marketing* são elaborados pelo potencial de formação de renda de monopólio sobre as singularidades encontradas em seus principais atrativos simbólicos e determinam os interesses globais de investimentos e consumidores.

Ao seguir esse viés de compreensão, assistimos no sítio histórico de Ouro Preto uma tendência às adaptações dos edifícios residenciais por novas ocupações destinadas aos estabelecimentos comerciais e voltada à absorção desses padrões gerados pela lógica econômica e capitalista presentes na cidade. As utilizações dos espaços de morada pela rede hoteleira e por lugares de serviços e consumos vêm, gradativamente, se propagando pelos edifícios do sítio histórico. Indubitavelmente, tal ocorrência vem garantindo recuperações e manutenções de uma expressiva parte dos edifícios, oferecendo à cidade-patrimônio vantagens referentes à proteção do seu patrimônio arquitetônico.

Contudo, essas mesmas adaptações têm impulsionado o processo de esvaziamento residencial e, conseqüentemente, provocando a ausência do residente permanente e gerando estímulos às inflexões de valores na centralidade urbana, propiciando outros significados nas formas de produção do espaço citadino. Essa modificação pode ser ilustrada pelo gráfico a seguir (Gráfico 1), no qual se registra uma comparação entre os edifícios existentes e o número de residências e comércios na atualidade.

A força motriz gerada pela indústria do turismo e do mercado imobiliário insere pressões que não apenas problematizam a produção do espaço na coletividade urbana vigente, mas interferem no campo privado dos cidadãos e nas projeções futuras da cidade. Isso ocorre, pois, em virtude das necessidades de altos investimentos para a recuperação, adaptação e manutenção, e o habitante economicamente fragilizado ocupa, cada vez menos, lugar na discussão de moradia, de permanência, de encontro e elaboração do espaço urbano. Por outro lado, os grandes investidores atendem a uma demanda cada vez mais elitizada do público externo consumidor e anseiam por um retorno econômico mais efetivo, disponibilizado pelo mercado comercial.

Gráfico 1 – Levantamento quantitativo de edifícios e ocupações



Fonte: Elaborado por Edson Fialho de Rezende, 2018.

Atualmente, registramos pelo levantamento quantitativo a presença de apenas 79 residentes permanentes habitando os edifícios do EPCT, ocupando, um número de 42 edifícios residenciais no conjunto de 159 existentes. Esses edifícios estão caracterizados, em sua maioria, um perfil de ocupação com somente um ou dois moradores por cada residência. Assim, a partir dessa descrição quantitativa no EPCT, podemos supor que os habitantes dessa área e toda a comunidade local assistem a essa adaptação e absorção de novos paradigmas e, como resultado, a possíveis desaparecimentos de elementos simbólicos de uso e ocupação residencial do espaço. Conforme indica Lemos:

Esse morador enfrenta diferentes tipos de conflitos, que oscilam entre o apego a valores culturais tradicionais e as imposições de um estilo de vida moderno. **Num outro nível, a história, que é sua, é redefinida a partir do olhar do estrangeiro.** [...] Esses sujeitos carregam uma ambiguidade que se traduz em sentimentos antitéticos – se, por um lado, suas habitações estão impregnadas de lembranças do passado, por outro, são atraídos pelos imperativos dos símbolos de consumo, [...]. (LEMOS, 1994, p. 102, grifo nosso).

Pelos depoimentos, encontramos interessantes corroborações dos residentes locais, que apresentam conjecturas geradoras de conflitos sociais e econômicos, interferindo diretamente nas vontades de habitar e elaborar o espaço urbano também pelas vivências residenciais. Tal realidade enfrentada pelos moradores são decorrências, cada vez mais, impulsionadas pelos interesses do mercado exploratório atuante na cidade-patrimônio:

“[...] O centro é cada vez mais visto como um centro comercial. Então, por exemplo, eu ainda tenho alguns vizinhos, moradores. Famílias mais antigas que moram próximas, mas se você olhar, percorrer a Rua São José e a Rua Direita, são poucas as famílias que se mantêm em suas casas. E a gente é sempre pressionado de alguma forma a outra a deixar a casa. É seduzido para: Ah, vende a sua casa. Aqui pode ser uma pousada. Gente interessado em fazer hotel, em fazer pousada. Ah, tá muito barulhento, vai morar não sei aonde. Vai morar lá em São Bartolomeu. Vai, entendeu? É sempre essa pressão. [...]” (Entrevista VII).

Do mesmo modo, o processo de esvaziamento residencial pode descortinar práticas sócio-espaciais conflituosas para a vida urbana, no âmbito das relações entre o cidadão e o aparato de preservação do patrimônio, por meio de comportamentos alinhados com o distanciamento, a incompreensão, a indiferença e o descaso perante a coparticipação nos meios de salvaguarda. Tal fato acontece, pois os valores atribuídos ao patrimônio edificado deixam de fazer parte da produção dos espaços individuais e passam a não mais atingir o campo de pertencimento concreto e imaginário do cidadão a partir das experiências vivenciadas, não criando, assim, afinidades de correspondências com essas vidas.

As entrevistas realizadas trouxeram indícios que possibilitam observar pensamentos e práticas significativas da vivência dos residentes remanescentes no EPCT. São olhares provocados tanto pelo sentimento de crescente ausência de edifícios habitados quanto por uma atuação do residente permanente cada vez mais vulnerável aos meios exploratórios dados por investimentos de empresários externos destinados aos agenciamentos dessa produção do espaço. Nas falas desses residentes, encontramos claras compreensões sobre as estruturas originárias dos edifícios e suas destinações ao comércio e à habitação. Contudo, essas mesmas palavras destacam o risco do espaço urbano e das casas serem tomados por lugares comerciais e conduzir ao desaparecimento das práticas sócio-espaciais de uma vida doméstica e cotidiana urbana.

Abaixo, seguem algumas colocações dos residentes locais sobre a atuação mercadológica nos edifícios e o processo de esvaziamento residencial:

“[...] A vida aqui mudou demais! [...]. Antigamente tinha o comércio na parte de baixo e as casas eram em cima. Como muitas são até hoje! Mas era assim: o dono morava e trabalhava, geralmente, era comerciante! O que que acontece? Eu acho que

as pessoas estão deixando de morar aqui, vão lá para a Vila dos Engenheiros, por exemplo, e alugam a sua casa para qualquer coisa. É porque isso dá mais dinheiro e eles passam a viver melhor na casa lá em cima, com mais conforto. Será? [...]. Agora para a cidade mesmo, isso é péssimo! [...].” (Entrevista XIV).

“[...]. O pior que tem muito comerciante que não tem nada a ver com a cidade e nem com o patrimônio. Nem falo que essas pessoas não podem morar aqui, trabalhar aqui, de jeito nenhum! Mas só querem ganhar dinheiro. [...]. A gente tem um sentimento de como a cidade está sendo transformada por esses comerciantes. Eu não compro nada mais aqui, tudo é um absurdo! [...].” (Entrevista XV).

“[...]. Está tudo muito voltado para o turismo, né! Essa questão da vida que tudo depende do dinheiro, e se a gente não tomar cuidado isso aqui vai se transformar em um lugar cenográfico, quase de novela! [...]. Eu já noto que cada vez mais tem menos gente morando aqui! [...].” (Entrevista X).

“[...]. Então, isso muda a rotina da vida da gente. [...]. Antigamente, tinha os encontros. Até os encontros familiares não existem aqui mais, sabe? Não tem esse negócio de contato familiar. Dou uma festa, convido vizinho. Não tem mais isso. A vida, aqui, social, é muito decadente. Muito difícil! [...]. Não tem uma sala que você possa ir com a família, né? Fazer um encontro qualquer. [...].” (Entrevista XI).

“[...]. Na verdade, eram famílias grandes que moravam, né? E com isso, o pessoal foi saindo. Eu cheguei a morar aqui sozinha seis anos. Então, tem gente que não aguenta, né? Aí vai embora. E aí, aluga para banco, para alguma coisa. [...] E como isso perde o vizinho, a amiga vai morar lá longe [...].” (Entrevista VI).

Esses depoimentos revelam as percepções dos residentes locais no que tange às transformações sócio-espaciais influenciadas pelo esvaziamento residencial cada vez mais eminente e pelos processos exploratórios do comércio turístico e financeiro que se instalam nos edifícios da região. Percebe-se que a razão de algumas famílias procurarem bairros mais nobres e confortáveis para morar, assim como o interesse de comerciantes externos em se beneficiar das condições do espaço, propiciam incertezas ou ambiguidades para os residentes locais no que tange ao futuro próximo da vida cotidiana no EPCT. São condições que se fragilizam pelo alto custo da sobrevivência, pelas alterações da rotina da vida doméstica e das relações com os vizinhos ou mesmo pelo isolamento humano que se evidencia no espaço urbano.

Tais ambiguidades geram, na mesma proporção, produtos e produtores de conflitos ao reconhecer atitudes individuais e coletivas. São atitudes apoiadas na perpetuação de um discurso genérico sobre a cidade concebida e a necessidade de tais adaptações do espaço na contemporaneidade, nas oportunidades propiciadas pelas condições comerciais e pelos instintivos de que o sítio histórico em Ouro Preto já está destinado aos conflitos entre a habitação e a exploração econômica turística.

Assim, os residentes a seguir debatem:

“[...] Isso é assim mesmo que acontece. Muitas casas já nem tem como morar! Vê aqueles prédios do “Pires”, tudo foi transformado em loja, depósito, etc.! Vai me dizer que eles não estão dominando a Rua São José! Agora, é claro que o comércio é importante, é fonte de renda de muita gente que trabalha aqui! [...]” (Entrevista XV).

“[...] Eu acho tão triste ver isso acontecer nos lugares em que a gente conhecia os moradores, as famílias. Mas não tem outro jeito né! Até acho que precisa colocar limite, tipo, ponto de comércio, comércio; lugar de morar, morar. [...]. Eu acho que o centro aqui vai cada vez mais se esvaziar. Os velhos estão morrendo e os novos não querem isso aqui para morar, são poucos, como a Aline, que é uma menina nova e faz questão de morar aqui porque ela é da cidade. [...]. Passa nessa rua às nove horas da noite, não tem ninguém mais, é perigoso! [...] As casas estão deixando de ser casas, e aí chega a noite não tem ninguém na rua, na janela, na porta! [...]” (Entrevista XVI).

“[...] Eu vejo assim: precisamos conservar, é muito importante! Precisa ter comércio e hotel para o turista? Sim! Mas o ouro-pretano também precisa continuar aqui, senão daqui a pouco esse centro vai virar Tiradentes! Você conhece? [...]. É ruim pensar que a cidade, tipo, corre o risco de não ter mais morador que tem essa relação de afeto, de identidade mesmo! [...]” (Entrevista V).

Aqui, encontramos nas falas dos residentes um discurso sobre as inflexões de valores devidas aos processos de esvaziamento residencial no EPCT, que se volta para um significativo risco de descaracterização intrínseco às referências culturais e às relações sociais de identificação do morador com o seu habitar. Um habitar que se encontra além do ocupar a residência com os comportamentos da sua vida íntima e dos seus bens materiais.

Associamos o habitar à produção do espaço no campo do viver, do elaborar, do integrar e confrontar os processos transformadores atuantes e complementares à vida urbana. De modo consequente, acreditamos que o equilíbrio da preservação e da conservação da Paisagem Urbana Histórica, em toda a sua abrangência social e cultural, poderia advir de posturas compatibilizadas com as práticas realizadas no cotidiano, sendo a presença e a participação do residente consciencioso primordial no processo de conciliar os valores de ocupação, apropriação, exploração, transformação e proteção do patrimônio.

“*Construir, Habitar, Pensar*”, habitar não se confunde com o “morar em uma residência”. O *habitar* humano se estende a todos os lugares onde o homem se reconhece como homem e pode exercer a sua atividade e sua dimensão existencial, portanto aquilo que ele constrói para a plenitude de sua existencialidade. Habitar e construir estão ligados em essência, uma como contra-parte da outra, “parece que só é possível habitar o que se constrói”. (HEIDEGGER, 2001, p. 125). Dessa maneira, é possível habitar não apenas a casa, mas tudo aquilo que o homem constrói [...]. (CARSALADE, 2007, p. 107).

Os valores atribuídos ao cotidiano urbano na cidade-patrimônio assumem um perfil pré-determinado que se desloca para as funções voltadas às políticas identitárias e preservação oficial e ao mercado cultural. Portanto, o uso dos espaços pelas práticas sócio-

espaciais não deve se desvincular da realidade comum e próxima do habitar enquanto um ambiente construído a favor das condições íntegras de fruição dos espaços pelos habitantes locais. Ao favorecer a lógica capitalista do mercado turístico e imobiliário associado à valorização da cidade-patrimônio, corre-se o risco de sucessivamente negar o espaço de morar e, conseqüentemente, negar o espaço do habitar. São esses equívocos tão comuns aos comportamentos de preservação dos sítios históricos urbanos que, por via de regra, provocam a gentrificação pela exclusão de permanência da população local a favor das atividades altamente qualificada ao turismo e excessivamente elitizada.

O processo de esvaziamento residencial expressa, assim, pontos de adversidades na produção do espaço urbano no EPCT, no qual o diminuído número de residentes permanentes na região favorece a espaços com significados em graus de conflitos humanos menos eminente ao cotidiano sociocultural na centralidade urbana. As circunstâncias promovidas por essa condição resultam em limitadas formas de consumir o espaço urbano como um lugar realizado pelas práticas e pela memória; com interpretações do passado, composto por edifícios e elementos integrantes da vida e preservada em sua materialidade, no tempo e no espaço.

Por essas questões, a cidade-patrimônio exige princípios políticos e sociais que instituem condições vitais de uso e apropriação do seu espaço urbano, e que garanta o direito à cidade pelos princípios da justiça social. Pois, a cidade-patrimônio e a cidade habitada devem ser estruturadas pelas divergências das práticas sócio-espaciais enquanto condição necessária para pulsá-las e mantê-las como organismo vivo e em constante (re) elaboração, conforme apresentado por Simão:

Pois a cidade consentida e a cidade patrimonializada existem sobre o mesmo território, nelas vivem as mesmas populações, são palco de conflitos sociais, políticos e culturais, carecem de melhorias urbanas, de planejamento e gestão territorial. Finalmente, são elas, as duas, um só lugar urbano que se desdobra em muitas espacialidades e muitos significados, são múltiplas e diversas, conflituosas e dialógicas. (SIMÃO, 2016, p. 193).

3. AS PRÁTICAS DE DOMÍNIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ENTRE O PERCEBIDO E O VIVIDO EM OURO PRETO

Após o tratamento dos dados apresentado em relação ao objeto de estudo, frente às possíveis inflexões nas formas de utilização do patrimônio urbano no sítio histórico de Ouro Preto, o terceiro e último capítulo desta dissertação volta às questões teóricas lefebvrianas para discutir os outros dois aspectos da produção do espaço – percebido e vivido – nas particularidades do EPCT. De tal maneira, a estrutura do capítulo é de cunho teórico descritivo para debater, de forma imbricada, a produção do espaço urbano pela prática social, ao mesmo tempo em que um espaço de representação. Assim foi feito, pois a tríplice dialética proposta por Léfèbvre é integrada pela ocorrência de uma sobre a outra, determinando a unicidade de análise do espaço urbano.

Abordando as relações entre o vivido e o concebido, Lefebvre mostra-nos que o vivido, âmbito de imediatidades, não coincide com o concebido. Entre um e outro opera uma zona de “penumbra” na qual opera o percebido. O percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades. [...]. O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações, e, portanto, situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido. (SEABRA, 1996, p. 80).

Assim, nesta seção, a produção de espaço urbano é dada pela linguagem do percebido e do vivido, e atinge os campos físico e social, encontrando na organização do direito à cidade os princípios conceituais a partir dos comportamentos gerados pelos residentes locais. Esses conceitos, também introduzidos por Léfèbvre, compõem as equivalências de valores humanos com a centralidade urbana e, no caso específico, com foco na emblemática cidade de Ouro Preto e seus desafios de habitá-la e preservá-la. Com isso, a leitura descritiva do percurso físico e funcional do EPCT apresentado no Capítulo 2 se faz essencial quanto à leitura produzida pelas “vozes” daqueles que percebem e vivem as transformações de uma centralidade urbana no campo íntimo da vivência cotidiana.

De tal modo, buscamos constatar se essa centralidade ainda permanece como um lugar de produção da vida urbana e da urbanidade pelos encontros, pelos conflitos e pelas diversidades sociais; e se a mudança de valores no EPCT geram desafios de permanência no espaço para os residentes. Acreditamos que é na dimensão do vivido que produzimos a ligação entre a teoria e a experiência e, por diversas abordagens, consideraremos o espaço do EPCT uma amostra sobre a construção do espaço concebido, mas, sobretudo, uma elaboração social e determinante para a manutenção da cidade-patrimônio.

3.1 Sobre a produção do espaço percebido e vivido

Explicitar os conceitos teóricos lefebvrianos para as práticas sócio-espaciais no campo do percebido e do vivido são considerações fundamentais para o desenvolvimento deste capítulo. Assim sendo, é necessário observar que tais conceitos são elementos conduzidos pelo domínio humano, material e abstrato, sobre as formas de produção do espaço.

No primeiro caso, o conceito refere-se às práticas espaciais (*les pratiques spatiales*). Ocupa-se dos comportamentos que atuam sobre o espaço físico ou espaço percebido e acontecem a partir da realidade urbana, a exemplo dos percursos e das tramas da vida privada e cotidiana associada aos lugares de trabalho e às produções econômicas necessárias a subsidiar a manutenção da vida. Por se tratar das experiências pessoais de domínio sobre o espaço, tais práticas são compreendidas por “uma coesão que implica o espaço social e a relação do indivíduo com o seu espaço e a competência e as permanências espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente”. (LÉFÈBVRE, 2006, p.39).

Além disso, para Léfèbvre (2006), as práticas espaciais definem, concomitantemente, os lugares, as relações de interseção entre o ambiente público e o privado, a representação da produção real e simbólica dos espaços comuns e dos privilegiados. Enfim, correspondem à relação estabelecida entre as ações humanas e os suportes materiais dos espaços configurados. Assim, esclarecemos que prática espacial:

[...] designa a dimensão material da atividade e interação social. A classificação espacial significa focar no aspecto da simultaneidade das atividades. A prática espacial, em analogia com a dimensão sintagmática da linguagem, denota o sistema resultante da articulação e conexão de elementos ou atividades. Em termos concretos, poder-se-ia pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana (ex. a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca). (SCHMID, 2012, p. 11).

Para Léfèbvre, designar de “percebido” o espaço em sua extensão material e concreta é compreender as formas em que trabalhamos e modificamos a própria natureza, o meio prático-sensível, e por consequência, como recebemos o seu retorno e as suas reações. Para tanto, o autor defende que o comportamento humano é capaz de apreender a matéria independente das sensações e do controle da própria consciência. Para Soja (1993), Léfèbvre aceitou a tese de Marx a qual a vida material tem primazia sobre a produção do pensamento e da ação consciente, produzindo o homem em vez de ser produzido pelo homem.

Já que a dimensão do espaço percebido se refere ao aspecto físico e concreto da realidade, então como se referir ao espaço por uma denominação próxima a algo tão particular como é a percepção? Conforme afirma Cheptulin (1982), essa questão tem relação com a concepção filosófica materialista que Léfèbvre se guiou a respeito da própria matéria, reconhecendo sua existência objetiva independente da consciência ou do espírito. Dessa forma, o espaço percebido não diz respeito às relações individuais com a realidade, mas refere-se às percepções do espaço pelo domínio sobre a matéria tal qual ela é e nos apresenta. (LÉFÈBVRE, 2006).

Assim, dentro do recorte espacial proposto para a análise, couberam incitar não apenas os olhares referentes aos comportamentos sociais, econômicos e culturais que movem a dinâmica da vida urbana no EPCT, em seus diversos aspectos, mas, também, e da mesma forma, como acontece a participação do residente local na produção do espaço, pela percepção, ao se apropriar (ou não) das estruturas urbanas como o emprego, o consumo e o lazer.

Para completar a tríade proposta por Léfèbvre, o espaço de representação (*le espace de représentation*) faz referência ao espaço simbolicamente vivido. Corresponde às imagens, às impressões, às opiniões elaboradas pelos indivíduos após vivenciar o lugar. É o espaço dos habitantes, dos usuários e daqueles que descrevem por ser o espaço dominado, que a imaginação apropria e insere à vida, de modo que “esses espaços de representação possuem uma tendência para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais”. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 40).

Também de acordo com Léfèbvre (2006), os espaços de representação podem aparecer como uma transfiguração que privilegia o consumo e a mercadoria, por meio do turismo, do lazer ou do deslocamento; ou consumido produtivamente pelas aglomerações urbanas ou, então, pelos investimentos de significativa envergadura, constituindo a unicidade do espaço concebido com o vivido. Em concordância com Schmid (2012):

Espaços de representação: a terceira dimensão da produção do espaço é definida por Lefèbvre como a inversão (terminológica) da “representação do espaço”. Trata-se da dimensão simbólica do espaço. De acordo com isso, espaços de representação não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais: um poder divino, o logos, o Estado, o princípio masculino e feminino e outros. Esta dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material). Os símbolos do espaço poderiam ser tomados da natureza como as árvores ou formações topográficas proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos; eles poderiam também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, as “paisagens”. (SCHMID, 2012, p. 11).

Nesta dimensão, buscam-se identificar as referências simbólicas dos espaços de representação para os habitantes residentes do EPCT, considerando os olhares pela coletividade ou pelo particular. Para isso, há permissões para expressar os domínios sobre o espaço pelas relações de memória, de referências, de normas, de valores e de experiências sociais que permeiam as relações desses habitantes com o espaço vivenciado, memorizado, transformado e patrimonializado.

A partir dessas considerações e com base no processo de esvaziamento residencial do EPCT como ponto de análise, procuraremos evidenciar a implicação que tem essa realidade urbana sobre as dimensões espaciais e atuantes nos comportamentos daqueles que reproduzem a vida no cotidiano do EPCT, os residentes. O esforço para uma compreensão diversificada sobre a cidade-patrimônio não se esgota em tal unicidade dialética, assim, esta dissertação tem em vista somente contribuir no amplo campo de análises do desenvolvimento e da apropriação do patrimônio urbano enquanto uma ciência multidisciplinar que se constrói, diariamente, na vida ouro-pretana.

3.1.1 O EPCT e a produção do espaço percebido e vivido

Discutir a cidade pelos comportamentos sociais presentes na Paisagem Urbana Histórica de Ouro Preto, por meio das práticas sócio-espaciais cidadinas representadas no EPCT e por seus residentes é, antes de tudo, se apoiar em múltiplas considerações de como se realiza a vida em um sítio histórico concebido oficialmente como Patrimônio Cultural da Humanidade, símbolo de uma identidade nacional e suas respectivas dinâmicas de produção na contemporaneidade. Para mais, pretendemos nesse momento, pensar a produção do espaço gerado pelo cidadão local a partir da prática espacial e pelo espaço de representação. Apoiado em Léfèbvre, consideraremos o campo da percepção e da vivência na cidade como instrumentos de apreciações e, assim, propomos analisar o espaço do EPCT como produto social, resultado do concreto e do abstrato praticado no espaço citadino a partir das vivências dos seus habitantes.

O trecho do EPCT foi escolhido como objeto de análise por considerar o percurso uma síntese das transformações ocorridas no espaço a partir do século XVIII e por expressar, no que tange ao escopo da produção do espaço da cidade-patrimônio, o que há de mais simbólico. Sob a ótica do cidadão, o EPCT possui características concretas e imaginárias no que se refere à produção da centralidade urbana em Ouro Preto, mesmo sendo historicamente

comprovado que os primeiros assentamentos não ocorreram na região, mas em outros pontos como no Morro São João, São Sebastião e Santana.

Conforme apresentado no Capítulo 2 desta dissertação, as características urbanas e arquitetônicas do EPCT são marcadas pelas construções em estilo e técnica do período colonial⁴⁹, em excelentes condições de preservação, com o predomínio de sobrados de dois pavimentos, contíguos às ruas e pontuados por alguns suntuosos edifícios de caráter público, como a Casa dos Contos (antiga Casa de Fundação), Museu da Inconfidência (antiga Casa de Câmara e Cadeira), Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP (antigo Palácio dos Governadores), Passos da Paixão⁵⁰, Ponte e Chafariz dos Contos e outros elementos constituintes da Paisagem Histórica Urbana. Para além dos locais remetidos à visitação turística, também podemos destacar a presença daqueles que expressam os poderes oficiais na cidade inseridos ao espaço, como a Câmara Municipal de Vereadores e o Escritório Técnico do IPHAN, ambos localizados na Praça Tiradentes.

Figura 23 – Rua Getúlio Vargas: Exemplo construtivo de inserção no edifício residencial de pequena capela denominada “Passo da Paixão de Cristo”



Autor: Ane Souza, 2018.

⁴⁹ Sobre o assunto, conferir: ARAGÃO, Solange de. Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2017.

⁵⁰ Os Passos da Paixão são pequenas capelas construídas entre os séculos XVIII e XIX, pelo percurso urbano da cidade, embutidas nas paredes externas de construções residenciais, e que representam os principais momentos da Paixão de Cristo. É uma tradição que veio de Portugal, estando as capelas abertas à visitação durante a Semana Santa, quando são decoradas com flores, fitas e toalhas de rendas para reviverem os passos da Paixão de Cristo. Durante as procissões, há momentos de paradas na frente dos Passos, quando são realizadas orações e entoados cantos religiosos. Sobre o assunto, consultar: Oliveira; Campos (2010).

No EPCT, se concentra uma expressiva quantidade de pontos comerciais e os mais tradicionais serviços voltados ao consumo local e turístico do município. Sua situação geográfica corta parcialmente a cidade no sentido oeste-leste e o percurso é realizado com pouca declividade, contrariando a leitura topográfica natural da região, entremeado apenas pela ladeira da Rua Conde de Bobadela (Rua Direita). Esse fato que acrescentamos, utilizamos como leitura para a justificativa da centralidade urbana e os serviços ali concentrado, visto o benefício de uma organização espacial e uma razoável condição de circulação e acesso.

Figura 24 – Rua São José: detalhe da vida diurna no EPCT



Autor: Ane Souza, 2018.

Figura 25 – Rua São José: detalhe da vida noturna no EPCT



Autor: Ane Souza, 2018.

Torna-se sempre fundamental percorrer essa compreensão do trajeto para evidenciar a produção do espaço no EPCT a partir das outras duas vertentes de investigação lefebvriana, completando a tríade proposta a esta pesquisa e intensificando a compreensão da produção do espaço pelas práticas sociais, espaciais e simbólicas, no campo do espaço percebido e do espaço vivido. Para tanto, primeiramente, transcorreremos pela compreensão da dimensão percebida do espaço, ilustrando sua relação com a dimensão concebida, para atingir, em seguida, os resultados no plano do vivido.

Já sabemos que o espaço percebido pode ser considerado como o conjunto de práticas espaciais materializadas, oferecendo possibilidades de ser observado e mapeado enquanto objeto empírico compreensível em sua forma e processo. Para isso, compreende-se que o concreto não existe em campo isolado e neutro apenas pela configuração do espaço, mas somente existe e é percebido pela atuação da prática espacial.

É o espaço tal como ele se apresenta, com suas especificidades e complexidades, sendo sempre produto das ações tomadas a partir de concepções e da experiência cotidiana. Em outras palavras, existe uma intrínseca relação entre a configuração espacial, das formas naturais às construídas, e a prática sócio-espacial da sociedade. (CATALÃO, 2008, p. 23).

A partir de então, compreendemos que a prática espacial no espaço “percebido” é designada pelo exercício das atividades e interações sociais e denota um sistema de articulação e conexão entre os elementos que formalizam a vida urbana em uma lógica de ações que, naturalmente, fazem parte do cotidiano. (CATALÃO, 2008). Pode-se pensar na complexidade que se ergue no espaço urbano a exemplo das relações de produção, consumo e troca, ou até mesmo das organizações do espaço urbano diante das relações entre o público e o privado, o coletivo e o individual.

Para Schmid (2012, p. 102), o espaço percebido, além de possuir aspectos perceptivos que se relacionam diretamente com a materialidade dos elementos que o constituem, também pode ser apreendido por meio do sentido visual, assim como pela audição, olfato, tato e paladar. O espaço percebido é uma associação da realidade cotidiana abstrata à realidade urbana concreta que, ao mesmo tempo, possui condições de realizar o distanciamento entre esses lugares por uma harmonia que ocorre de maneira naturalizada – a casa – o trabalho – a rua. Isso significa que apenas se considera a percepção do espaço a partir do momento em que nele se vive socialmente, interconectando o físico, o mental ao social e vice-versa, pois:

Gerar (produzir) um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando, apesar de não coincidir com ela e mesmo que seu espaço seja sua queda quanto o seu berço, isso não se realiza num dia. Trata-se de um processo. É necessário que a capacidade prática dessa sociedade e suas potências soberanas disponham de lugares privilegiados [...]. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 36).

Assim, ao considerarmos uma configuração do EPCT pelo espaço concebido na cidade-patrimônio como produto advindo das idealizações e dos interesses individuais, de grupos intelectualizados e do próprio Estado brasileiro, analisamos, também, a percepção da relação estabelecida entre a prática espacial e as formas existentes na contemporaneidade – produto da relação entre o homem e o espaço. Todavia, nos propomos a exemplificar como acontecem, na atualidade, as práticas sociais e a espontaneidade da vida no EPCT na percepção do seu espaço pelo residente local. Assim, estruturamos esta seção elegendo três tópicos abordados pelos entrevistados para o espaço percebido, sendo eles o trabalho, a casa e o consumo.

De acordo com os depoimentos dos residentes do EPCT, o espaço percebido que ocorre no âmbito da elaboração da vida cotidiana pelo trabalho é dado por expressivas condições que se associam à disposição da cidade-patrimônio e suas condições de mercado

ligado ao capital turístico ou à sensibilidade artística. Dessa forma, a prática espacial está sempre próxima à realidade funcional e concreta desse espaço:

“[...] Assim como eu tenho o privilégio de morar aqui no centro, eu tenho de trabalhar. A minha profissão, por estar ligado ao meio das artes, propiciou essa condição. Por isso acho que sou muito privilegiado! [...]. Eu sei que acabo tendo uma relação de percepção da cidade de forma diferente, porque me identifico, profissionalmente, com tudo isso aqui! Cada detalhe que vejo na rua, nas pessoas, nesse turbilhão de coisas que acontecem diariamente eu posso trazer como material para o meu trabalho, se torna fonte de pesquisa e de produção. Quantas oficinas educativas eu ofereço aqui no museu usando o espaço urbano, a cidade! [...]. Então, isso faz eu criar esse vínculo ainda maior com a cidade, né? [...]. Eu gosto do que faço, me sinto produtivo para a cidade, dou a minha contribuição. Só não faço mais porque não me permitem! [...]”. (Entrevista VII).

“[...] Por ser comerciante e o meu público é diversificado, porque atendo o morador, mas também atendo o turista, e a crise está pegando para todo mundo, acabo vendo que vai ficando difícil manter essa lanchonete! Caso eu venha fechar isso aqui, eu vou embora morar com as minhas filhas. Eu não tenho como me manter aqui! [...]. A essa altura do campeonato a cidade não me oferece mais nada para ganhar dinheiro e sobreviver! [...]. Acho que o centro oferece um vínculo de trabalho muito forte para o comerciante, principalmente com o turista! [...]”. (Entrevista III).

“[...] Como eu sou aposentada, eu já não trabalho mais! Mas, durante toda a minha vida trabalhei por aqui mesmo, como servidora pública. [...] Como trabalhei na área da restauração, todo esse patrimônio foi fonte de trabalho por mais de 40 anos! [...]. Agora eu acho que o centro está cada vez mais sendo percebido pela visão do turismo. Então, quase que você só acha serviço se for para atender esse pessoal. Ou então, ser servidor público! [...]”. (Entrevista X).

“[...] Esse centro aqui dá muito emprego, pelo menos é o que eu acho! Olha só a quantidade de gente trabalhando nessas lojas, restaurantes, pousadas que tem! [...]. O que acontece é que os moradores daqui do centro mesmo, como estão todos na maioria mais velhos, já tem muitos aposentados, não precisam mais de trabalhar tanto. Mas acabam ganhando sua vida porque é o aluguel do comércio, é uma coisinha ou outra. [...] Agora, emprego não está fácil para ninguém, agora como esse centro aqui depende só do turista, então, está difícil para todo mundo! [...]”. (Entrevista XV).

Nos depoimentos, podemos constatar que o residente do EPCT examina de forma direta a produção do espaço percebido e que a vocação da cidade-patrimônio potencializa a fonte primordial de trabalho na região. Assim, em todas as falas, a oferta de trabalho está ligada, em sua maioria, à prestação de serviço voltada ao turismo e suas possíveis instabilidades, superando, cada vez mais, as ofertas de trabalho direcionado aos interesses e às necessidades da população local.

O outro tópico, a casa – o lugar da morada e junção das referências com as experiências vividas – também é fonte primordial que avigora a relação de percepção na produção do espaço no EPCT pelos residentes locais. São referências concretas que atingem não apenas o campo da materialidade, como também o imaginário, e conduzem ao domínio do residente sobre o seu próprio espaço:

“[...] A nossa casa é o que mais nos traz o sentimento de que somos parte desse patrimônio. [...] Aqui mantemos a relação de saudades com o passado e com tudo isso aqui! Quando olho ali nos fundos, que dá para o horto, lembro das nossas brincadeiras de hortinha com as meninas que eram vizinhas! Brincando aqui na frente da rua. [...] Essa coisa que podia misturar a parte de dentro da casa com o lado de fora, era muito bom! [...] Mesmo quando eu olho pela janela do meu quarto, e vejo os mesmos lugares que eu via quando criança, isso é importante demais, trazer na lembrança essas coisas é criar o elo com isso aqui. [...] Por isso que me vejo no dever de conservar esse patrimônio! [...]”. (Entrevista VI).

“[...] O lugar que eu moro está dentro do contexto da cidade, então, assim, por ela ser tombada, e muito antiga, eu sei que somos os proprietários, mas ela também acaba sendo pública! Não é? [...] Eu nasci aqui, então minhas lembranças nela são desde muito nova e todas as fases da minha vida foram passadas aqui, as boas e as ruins também! [...] Hoje ela também me possibilita trabalhar e sustentar meus filhos com essa loja! [...] Então, assim, eu conheço cada canto dela, já dormi em todos os quartos, lembro de todas as reformas que mamãe fez aqui! [...] E é nela que dou a segurança para a minha família. [...]”. (Entrevista V).

Como lugar de segurança e garantia da vida, o espaço percebido encontra na casa a produção de sentimentos interconectados entre o concreto e o imaginário. São percepções que propiciam elos fundamentais com o tempo passado e justificam, de maneira mais evidente e coerente para esses residentes, a preservação do patrimônio edificado.

No que se refere às práticas contemporâneas de absorção do espaço pelas formas de consumo e lazer, o espaço percebido oferece para a maioria dos residentes uma estrutura que atende de forma particular às expectativas do cotidiano urbano. Portanto, essas perspectivas estão destinadas às caracterizações da cidade-patrimônio com a sua lógica urbana voltada, expressivamente, aos campos culturais e turísticos:

“[...] É uma cidade tombada! Então não é uma cidade qualquer! Ela oferece muito o que fazer, mas não tem condição de oferecer tudo que a pessoa quer. Essa carência da pessoa acontece com a cidade do interior e com a cidade grande, pensa! [...] Aqui no centro não encontramos de tudo porque muita coisa é voltada para o visitante, mas, aquele básico sempre encontra. [...] Tem padaria, farmácia, algumas lojas, mercadinho de frutas, médico. Então assim, acho até que tem muita coisa. [...]”. (Entrevista II).

“[...] Normalmente eu compro fora daqui, vou lá para cima na Bauxita ou até mesmo em Cachoeira do Campo, Mariana. Não tenho mais o costume de comprar nada aqui no centro, a não ser assim, uma padaria, uma farmácia quando você tem mais urgência, coisas desse tipo! [...] O meu lazer mesmo são essas coisas que o turista vem ver e a gente acaba entrando na onda, mas sempre tem alguma coisinha para fazer! [...]”. (Entrevista III).

“[...] Sobre o lazer a cidade me oferece até a mais do que eu preciso! [...] É porque também estamos participando cada vez menos das coisas! [...] Além dos eventos tradicionais da cidade, como carnaval, Semana Santa, feriados, tem tanto seminário bacana que acontece aqui. [...] Tem os festivais, agora mesmo vai acontecer o Festival de Jazz, tem o Festival das Letras, de Inverno, em qual outra cidade essas coisas acontecem? Isso é maravilhoso! [...] Eu acredito que esses eventos são, de alguma forma, um caminho de apropriação do patrimônio pelos moradores da

cidade. Porque isso faz com que eles frequentem alguns lugares pelo menos nesses eventos! [...]”. (Entrevista I).

“[...] Se você viver com o básico, você até encontra isso aqui. Mas se procurar coisas mais sofisticadas e baratas, tem que buscar fora. Fora da cidade! [...]. A vida cultural aqui é bem intensa, eu acho isso porque também gosto muito daqui. [...]. Agora, aqui no centro você só encontra mesmo restaurantes, e tem alguns que são bem caros. Então, não dá para frequentar. [...]”. (Entrevista XII).

Dessa forma, tais depoimentos vão ao encontro de uma afirmação que o espaço percebido no EPCT se encontra, para os residentes locais, caracterizado como um centro urbano que contempla necessidades específicas de consumo e lazer aos seus habitantes. Contudo, essa mesma realidade transfere ao espaço urbano experiências conflituosas de aproximação e distanciamento dos residentes locais pelas condições de participar de eventos culturais, diversos e gratuitos, ao mesmo tempo, não consumir determinados lugares pelo alto custo e perfil voltado ao turismo.

Para finalizarmos o tratamento do conteúdo, o “vivido” apresenta-se como a fusão dialética da tríade lefebvriana e condiz ao espaço de representação, pois se trata da própria representação da vida que se (re) produz cotidianamente a partir da articulação entre o concebido e o percebido. Na corporificação do real e do imaginário, encontramos as condições de análise entre os planos conceitual e empírico; assim sendo, é no espaço vivido que se identifica a dimensão geográfica do cotidiano e a dimensão temporal da existência. (LÉFÈBVRE, 2006).

Também compreendemos que é nesse espaço em que as experiências do “banal” conservam as representações identitárias de cada habitante e se elaboram as peculiaridades do espaço urbano definidos nos caminhos traçados pelas ações de códigos, planos utópicos, paisagens imaginárias e espaços simbólicos. (CARVALHO, 2012). As práticas espaciais no vivido geram a fusão entre o “real, o concreto e o imaginado, pois é a dimensão dos momentos únicos em que o espaço é produzido e nos quais se tornam materiais as abstrações e se percebem as modificações resultantes da práxis”. (CATALÃO, 2008, p. 10).

Na intimidade do cotidiano urbano, Ferreira (2007) denomina o espaço vivido de ordem próxima à apropriação da cidade pelo cidadão, estando mais ligada ao valor de uso e distante da dominação ligada ao valor de troca. Portanto, evidenciar, por meio de conceitos, ideias, dados e constatações, o espaço vivido, é adentrar ainda mais na escala do cotidiano dos habitantes e apresentar como estes se apropriam das condições do espaço enquanto produto social (Carvalho, 2012); é apontar quando o espaço vivido se torna real; e perceber como se

realiza a conexão daqueles que supostamente estão integrados ao espaço, encontrando nos traços das produções os traços de representação de suas vidas.

“[...] Você acaba criando uma relação muito íntima com tudo isso aqui! [...]. Tem coisas aqui que remetem ao seu passado de maneira muito forte, e são detalhes que só você entende. [...]. A minha imaginação acaba não sendo muito modificada porque a cidade é quase a mesma, muito pouco que muda, né! As vezes eu tenho sonhos com o passado, da minha infância, adolescência, que o lugar ainda está ali! [...]. E eu acredito que isso aqui está muito na nossa personalidade e que vai refletir lá no nosso futuro. [...]. Da mesma forma que minha imaginação volta no passado, em 1800, penso no futuro, daqui há cem anos. [...]. Então, essas ligações do passado com o agora, do patrimônio com as nossas vidas, com certeza refletem como somos. [...]” (Entrevista IV).

Para a apreciação da produção do espaço vivido no EPCT, não é possível se distanciar da ótica utilizada ao considerar a realidade da cidade com as interferências do tombamento do seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, mesmo não sendo esse o foco para o momento, mas, conforme Léfèbvre, o vivido não pode ser compreendido historicamente sem o concebido. (SCHMID, 2012). Assim, propomos realizar uma compreensão do espaço a partir do cotidiano, do espaço vivenciado e transformado pelos residentes locais. Em outras palavras, buscamos entender o processo de produção do espaço sob aqueles aspectos fundantes da Paisagem Urbana Histórica, na expressão turística, símbolo nacional e oficialmente protegido pelo Estado, mas, especialmente, a partir das expressões daqueles que lidam na intimidade com os elementos essenciais ao processo de construção da vida urbana.

[...] as representações do espaço entram na prática social e política, as relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço representado dependendo de uma lógica que os faz [...]. Os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais à coerência, não mais que a coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. (LÉFÈBVRE, 2006, p. 42).

Assim, o que significa para os residentes habitantes do EPCT elaborar o seu próprio discurso espacial em um espaço marcado pelo processo agenciador no campo social, político e econômico? O que traz para a organização da vida a produção do espaço vivido em meio à Paisagem Urbana Histórica? São questionamentos como esses que complementam o caminho aqui percorrido pelas contribuições de Léfèbvre, visto que, para o autor, as relações entre a materialidade e a sociedade possuem seus espaços específicos que podem se realizar tanto pelas mudanças quanto pelas permanências sociais a partir das transformações na produção do espaço.

“[...] A minha vida e da minha família, em muitos momentos, é muito organizada pela condição da cidade ser uma cidade patrimônio da humanidade. Com muitas interferências, mas, não tem como ser diferente! [...]. E nem por isso me vejo

vivendo uma vida limitada e sem transformações, muito pelo contrário! Isso aqui me possibilita viver uma transformação também interna. [...]. Agora, a gente acaba também criando uma coisa que é muito própria da gente mesmo para lidar com tudo isso aqui, do nosso universo particular e que permite distanciar daquelas condições que nos limitam, que a gente acaba não concordando tanto. [...]. Então, assim, isso aqui faz parte da minha vivência aqui na cidade, e eu não tenho nenhuma resistência e por isso acaba ficando mais fácil viver aqui. Você não acha? [...]”. (Entrevista V).

Referente aos consensos e dissensos possíveis no cotidiano vivenciado na cidade de Ouro Preto, os diálogos atuantes na realidade local, trata-se, lado a lado, em pensar o espaço patrimonializado como produto social e a representação do vivido, levando-se em conta o grau de determinação que ele tem sobre as relações sociais dos habitantes. Portanto, a ruptura do espaço concebido, percebido e vivido existe e Simão (2016) declara que a marcante atuação do Estado brasileiro autoritário e dos olhares conflituosos dos moradores na vivência desse espaço patrimonializado destitui a produção do espaço urbano de valores de uso e aversão ao próprio patrimônio.

Dessa forma, em Ouro Preto, a ruptura entre o espaço concebido – o patrimônio institucionalizado, protegido, tombado – e o espaço percebido e vivido – a cidade do cotidiano, dos serviços, da fruição das belezas estéticas – é nítida e revela a ação do Estado ao longo do tempo. A rigidez e a forma como a cidade foi controlada, na perspectiva da preservação do acervo tombado, resultou num sentimento de aversão em relação à institucionalidade desses bens, conflitando com o valor atribuído a esse mesmo acervo quando destituído do título patrimonial, ou seja, ao patrimônio vivido e percebido. (SIMÃO, 2016, p. 214).

Contudo, a tarefa de analisar as dimensões que cotidianamente existem de maneira articulada e imbricada para melhor compreender os processos e estabelecer as correlações entre as partes estudadas não é uma empreitada fácil. Isso ocorre, pois, como também sabemos, os vínculos de identificação dos residentes com a Paisagem Urbana Histórica no EPCT são fortes, categóricos e variam de um indivíduo para o outro, de acordo com a etapa do ciclo de vida em que se encontra.

A maioria dos residentes, por viver a produção do espaço há mais décadas, está sempre associando o seu próprio espaço vivido às suas relações mais íntimas do cotidiano, que vão das rotinas ao simbólico, do concreto à imaginação. Portanto, esses residentes alertam para algumas observações e discutem sobre o risco da falta de interesse de gerações futuras em permanecerem inseridas nas condições de habitação em tal cotidiano, pelos desafios cada vez mais conflituosos de associar a tradição à modernidade.

“[...] Eu não acho que essa moçada de hoje tem muita vontade de morar por aqui não, nessas casas. [...]. Isso aqui vai tudo virar local comercial, vai ser um ou outro que vai querer. Eu nasci aqui e vou morrer aqui! [...]”. (Entrevista VIII).

Como propusermos, para ilustrar o espaço percebido pelas narrativas dos residentes, estruturamos, a partir das entrevistas, o espaço vivido pelas configurações dos signos não verbalizados, das paisagens imaginárias e dos espaços simbólicos no EPCT, para, assim, concluirmos este subcapítulo.

Dessa forma, o cotidiano vivido no EPCT encontra um sentido de existir no meio de realização concreta, cuja importância está no fato de ser o lugar da cidade-patrimônio uma fonte (ou não) de transformação social e urbana. Portanto, nas entranhas do espaço vivido, sob nuances contraditórias e conflituosas do cotidiano, que signos não verbalizados surgem ou são identificados como tal, tendo em vista a perspectiva alinhavada por Léfèbvre (2006) como “vivência sensível”.

“[...] Ouro Preto é uma cidade interiorana e cosmopolita ao mesmo tempo! Isso nos traz uma relação com a cidade, assim, de maneira muito específica para quem mora aqui e consegue ver isso! [...]. Aqui da minha sacada eu sei identificar quem são as pessoas lá embaixo, se moram aqui ou se são famílias ouro-pretanas, se são turistas, estudantes, ainda consigo identificar, e o mais engraçado, o que elas estão indo fazer! [...]. Isso que é ter intimidade com a cidade. [...]. Até falam que é tomar conta da vida dos outros, mas não é! Isso é entender as entranhas da cidade que só quem vive aqui, com a sensibilidade da cidade interiorana, mas cosmopolita, sabe! [...]”. (Entrevista IX).

“[...] Eu consigo encontrar aqui os lugares mais fortes das minhas lembranças, da minha vida e da passagem dela por esse mundo! Sempre vivi aqui. [...]. Vem sempre na minha lembrança quando poucos carros passavam na rua, quase não tinha carro por aqui. Então, se ouvia muito as conversas das pessoas na rua, daqui da sala ouvia tudo que acontecia lá na rua, isso era um problema! [...]. As igrejas, os sinos, os lugares que a gente ia brincar aqui pela rua, as músicas da época que tocavam, isso marca muito a nossa lembrança. [...]. Eu te falo que aqui vivi da maneira mais intensa a minha felicidade! [...]”. (Entrevista XIII).

Conforme expressado pelas entrevistas acima, o espaço vivido no EPCT apresenta aos seus residentes uma condição relevante de experienciar uma vida urbana com características típicas das cidades de pequeno porte, ao lado de um ambiente que é, cotidianamente, frequentado por um importante fluxo de visitantes e de várias nacionalidades. Essa condição apresenta à produção do espaço uma relação única do residente com o espaço vivido, pois é preenchida com experiências simbólicas e de valorização do espaço em que se vive.

Também, encontramos em tais narrativas as sensibilidades dos intervalos da produção do espaço, em que o cotidiano urbano emerge, se estabelece e fica mais proeminente a função mediadora que o espaço vivido exerce sobre a realidade, por meio da qual as ações surgem, se encontram e se interagem com as paisagens imaginárias:

“[...] Eu sempre digo: se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar! [...] Isso na verdade é expressão de uma imagem que eu acho maravilhosa, essa coisa do tempo parado em pleno século XXI e você poder perceber isso nas casas, nas igrejas. [...]”. (Entrevista VI).

“[...] A minha imaginação sempre se pega na quantidade de verde que temos aqui nesse centro, né! Se você olha de cima, você percebe como aumentou o verde! Acho isso importante para a cidade, tipo o Horto dos Contos. [...]. Então, quando estou andando pela cidade e observando as coisas interessantes, sempre me encontro contemplando a natureza. [...]. Essa coisa da cidade protegida junto da vegetação é fabulosa! [...]”. (Entrevista XII).

“[...] A coisa que acho mais divertida são as fotografia aqui da rua! Fico doida para ver os detalhes que mudaram, quem fez e quando foi feita, claro que não pode ser foto muito antiga, tem que ser da minha época! [...]. Por isso aqui fazer parte do meu dia a dia, a minha sensação é de muita proximidade com as coisas. [...]”. (Entrevista XVI).

No que tange aos espaços simbólicos presentes no espaço vivido, os elementos necessários são criados, modificados e preservados pela interconexão dos campos mental, físico e social nessa sociedade. Assim, as representações são concebidas, se implicam e se materializam no espaço urbano da cidade-patrimônio; o cotidiano se efetiva pelas relações de valores e se insere à vida ao incorporar as condições e os conflitos necessários para possibilitar o movimento do espaço vivido:

“[...] Ouro Preto tem uma áurea que é muito doida. [...] você tem sensações que a cidade interfere muito na sua vida diariamente! [...]. Ouro Preto precisa pensar em seus moradores de agora, porque são eles que deixam a cidade viva! São os que moram, que trabalham, enfim! [...]. Preservar a cidade é muito importante, ela é uma cidade patrimônio da humanidade, com coisas importantíssimas para a nossa cultura, nossa história. [...]. Mas, a cidade viva é muito mais importante que a cidade estagnada, parada no tempo. [...]”. (Entrevista X).

“[...] A cidade é tombada! Mas o que faz a cidade são as pessoas que vivem nela. Não adianta nada ela ser preservada e não ter ninguém vivendo nela. Eu acho que é isso! [...]. Por exemplo: essa coisa de vizinhança tem mudado muito, antigamente, havia intrigas demais aqui na rua, intrigas de família, vizinhos, coisa de política, hoje não tem mais. É estranho! [...]. Mas sinto falta dessa coisa de contar e ajudar um vizinho, um amigo próximo! Por isso que sempre vou atrás dos vizinhos, busco conviver, tomar café lá com eles. [...]”. (Entrevista V).

Ao imergir no cotidiano dos residentes do EPCT, descobrimos a intimidade mediada pelo espaço e pelo tempo, o lugar onde o instante da vida se prova concreto, se dinamiza e se transforma. Ao emergir desse mesmo cotidiano, retornamos conscientes da importância e da dinâmica concreta da produção do espaço, em que o cotidiano se modifica na medida em que sua realização, ao menos em parte, é apreendida e desvelada com espaço de representação.

3.2 O direito à cidade e o domínio sobre a cidade: uma conjectura na produção do espaço

Desenvolvido por Léfèbvre no final da década de 1960, o conceito do direito à cidade⁵¹ é um princípio a ser interpretado nos traços da justiça social e das transformações humanas na formação da sociedade contemporânea, inserida à produção do espaço nos campos social, ideológico e político, a partir das experiências cotidianas comuns à vida urbana. A elaboração do conceito ministrado pelo autor se origina, substancialmente, na reforma urbanística de Paris no século XIX, realizada pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, que remodelou o espaço urbano nos ideais de cidade moderna e expulsou para o subúrbio a população “comum” e trabalhadora, destituindo-as da centralidade, da urbanidade e da vida urbana com as possibilidades de vivenciar e experimentar a elaboração cotidiana sócio-espacial.

Para Léfèbvre, esse processo estimulou a anulação dos espaços comuns a que “pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (LÉFÈBVRE, 2008, p. 22), incentivando os interesses da crescente mercantilização do solo e instigando a alterar os valores sociais urbanos em valores de mercado. Equivalente a esse fato, as insurgências francesas ocorridas pelos conflitos estudantis e pelas greves em maio de 1968⁵² ampliaram a discussão sobre o direito à cidade pelo que Léfèbvre recriminou de cidade concebida aos anseios dos planejadores autoritários, tecnocratas e retalhadores do espaço. (LÉFÈBVRE, 2006).

Ao utilizar a lógica capitalista da produção das cidades, pelo domínio do espaço urbano e pelas transformações dos lugares em uma engrenagem a serviço do capital, o pensamento lefebvriano ataca o que se denomina de uma vida melhor e mais digna que, equivocadamente, se faz pela conduta social em que a coerência de produção do espaço está cada vez mais dependente das relações exploratórias do consumo e do domínio financeiro. Por isso, experimentar e usufruir da vida urbana com base no direito à cidade exigiria, necessariamente, uma constante avaliação crítica dos princípios capitalista de produção do

⁵¹ Em 1967, Léfèbvre publica *Le droit à la ville* (O direito à cidade) para as comemorações do centenário do volume I d’*O Capital*, de Karl Marx. A obra trata de um estudo antropológico sobre o espaço urbano e busca compreender e interpretar as contradições do capitalismo a partir do olhar da vida cotidiana das pessoas comuns da sociedade.

⁵² Em meio à crise política e social francesa de 1968, com manifestações, greves e ocupações ocorridas em fábricas e universidades, Léfèbvre escreveu sobre a necessidade de “criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida” e não menos “conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível!”. (HARVEY, 2014, p. 11).

espaço enquanto unidade de consumo, uma concepção instrumental e funcional das forças de trabalho e das reproduções nos espaços sociais.

No campo crítico, Cardoso coloca questionamentos das práticas sócio-espaciais comuns ao cotidiano que a cidade produz e (re) produz no “como, onde, por quem, por quê e para quê” o espaço urbano é utilizado e apresenta em suas conclusões que cada vez mais o “espaço tem o seu valor de uso subordinado à lógica do valor de troca que expressa a transformação do espaço em uma mercadoria como outra qualquer e define os limites e as condições de sua utilidade a apropriação”. (CARDOSO, s/d, p. 17). A autora ainda reflete sobre as relações de exploração e de dominação na práxis social urbana e se utiliza da argumentação de Léfèbvre para debater que a reprodução não acontece somente no espaço físico e público, mas, fundamentalmente, nas especificidades internas da vida cotidiana.

As relações de produção, características da sociedade capitalista, carecem elas mesmas de ser reproduzidas. **Uma sociedade é uma produção e uma reprodução de relações sociais e não só uma produção de coisas.** [...] Ora, as relações sociais não se produzem e não se reproduzem apenas no espaço social em que a classe operária age, pensa e se localiza, isto é, a empresa. Reproduzem-se no mercado, no sentido mais amplo do termo, na vida quotidiana, na família, na “cidade”, reproduzem-se também onde a mais-valia global da sociedade se realiza e se reparte e é dispendida, no funcionamento global da sociedade, na arte, na cultura, na ciência e em muitos outros sectores, mesmo no exército. [...] nas condições em que a reprodução das relações sociais é desconhecida e em que o problema do seu controle não é levantado sequer, reproduzem-se as relações antigas. (LEFEBVRE, 1973, p. 109-110 apud CARDOSO, s/d, p. 5, grifo nosso).

Como já apresentado, o pensamento lefebvriano reconhece as inquietações geradas pelas injustiças sociais na produção do espaço urbano e se ampara no direito à cidade a partir dos valores de liberdade e das condições de partícipes do homem na transformação da sociedade a favor da própria dignidade humana. David Harvey (2013) definiu, de forma esclarecedora, o princípio lefebvriano sobre o direito à cidade, interrogando o desenvolvimento do espaço urbano como cenário de aceitação do capital excedente, e se justificando ao incorporar o conceito da justiça via os novos conteúdos de natureza política e social nos processos de urbanização, que, urgentemente, solicitam.

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmos por mudar a cidade. É, sobretudo, um direito coletivo, ao invés de individual, pois esta transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. O direito a fazer e refazer nossas cidades e nós mesmos é, como quero argumentar, um dos mais preciosos, e ainda assim mais negligenciados, de nossos direitos humanos. (HARVEY, 2013, não paginado).

Dessa forma, podemos, ainda, compreender que o “[...] o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado [...] A própria definição de ‘direito’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo”. (HARVEY, 2014, p. 20). Na proposição de Léfèbvre, o direito à cidade não se refere a um conceito institucionalizado no arcabouço jurídico do Estado e, para tanto, é preciso ter esse esclarecimento dos espaços multifacetados que compõem a sociedade para não exigir algo que o autor não se propôs a responder ou problematizar. (TRINDADE, 2012).

Nossa tarefa política, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana do nosso cotidiano. (HARVEY, 2014, p. 20).

Assim, o direito à cidade, diante das expectativas do mundo contemporâneo, pode ser compreendido como resultado do somatório das diversas especificidades de ideias que conduzem à produção do espaço pelas resistências e pelos conflitos urbanos, ou seja, pelo direito de reagir às imposições autoritárias do Estado, à segregação capitalista e à produção fragmentada da vida – no campo mental; pelo direito de produzir, acessar e apropriar do espaço – no campo social e; pelo direito de lutas específicas de moradia, infraestrutura, mobilidade e transporte público – no campo físico, além de outras tantas. (HARVEY, 2014). Nesse sentido, a participação na produção do espaço urbano deve acrescentar forças e estimular comportamentos de reavaliação social diante do Estado e do mercado exploratório capitalista.

Para Léfèbvre, o direito à cidade propõe o direito a reinventar e recriar a cidade pelos consensos e dissensos, trocas, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos dos modos de viver, que determinam, coletivamente, os rumos e os processos de urbanização. A isso, reverbera, sobretudo, “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (diferente do direito à propriedade)” (LÉFÈBVRE, 2001, p. 134), com uma nova abordagem em relação às necessidades sociais inerentes à sociedade urbana ao diferenciá-la da atual sociedade de consumo. Para o autor,

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. [...] Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de

informação, de simbolismo, de imaginário e de atividades lúdicas. (LÉFÈBVRE, 2001, p. 105).

É dentro dessa perspectiva, portanto, que devemos conduzir o sentido lefebvriano que pressupõe tomar os conflitos pelo direito à cidade no seu aspecto mais transformador e humano, para além das conquistas imediatas e como parte de um desafio que confere à sociedade uma organização realizada pela presença da justiça social.

3.2.1 A centralidade urbana em Ouro Preto, a produção do espaço e o direito à cidade

Para a concretude da produção do espaço pelo direito à cidade, deve-se “considerar a centralidade [urbana] como qualidade ou propriedade fundamental do espaço urbano. É impossível o direito à cidade sem a afirmação dessa centralidade” (CARDOSO, s/d, p. 16), pois esta é uma síntese que possibilita, enquanto energia do cotidiano, a reunião de todas as diferenças no espaço; a concentração em um dado centro de diversidade das relações que constituem a vida urbana como o lugar do encontro; e como uma potência que só se realiza enquanto um espaço múltiplo e não homogêneo, visto que os aspectos da homogeneidade social são um reflexo da era industrial à padronização da produção do espaço. (CARDOSO, s/d). Assim, Léfèbvre elucida que “não existe realidade urbana [...] sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’”. (LÉFÈBVRE, 2008, p. 32).

Para compreendermos a centralidade urbana em Ouro Preto e, mais especificamente, o espaço concreto e abstrato que determina o EPCT em tal centralidade, consideramos que, comum às várias cidades de pequeno e médio porte⁵³, esse espaço exerceu papel decisivo na vida cotidiana e econômica de seus habitantes. Não somente enquanto uma referência funcional pela condição monopolizadora que desempenhou por gerações nas funções comerciais, administrativas, de lazer e por sua própria densidade populacional, mas, também, por possuir referências estruturantes da composição urbana que tratam da função simbólica da memória e da opulência do local. (VILLASCHI, 2014).

Ao longo do EPCT, se localiza uma vigorosa expressão do conjunto arquitetônico e urbanístico preservado que a cidade-patrimônio possui, integrantes à Paisagem Urbana

⁵³ De acordo com o censo realizado no ano de 2017, pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), a estimativa da população em Ouro Preto foi de 74.659 habitantes. De acordo com o mesmo instituto, é considerada cidade de pequeno porte aquela com até 100.000 habitantes e de médio porte, entre 100.000 habitantes e 500.000 habitantes. Sobre o assunto, consultar: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>.

Histórica e identificados pelos arruamentos, casarios, chafarizes e prédios públicos que transmitem valores simbólicos compostos por múltiplos indícios formadores dessa produção do espaço e integrante da vida urbana ouro-pretana.

Figura 26 – Expressão do conjunto arquitetônico e urbanístico no EPCT



Autor: Ane Souza, 2018.

Para Villaschi (2014), essa centralidade urbana sofreu desdobramentos a partir das últimas décadas do século XX e a produção do espaço vem tomando outras configurações em virtude dos procedimentos de reprodução capitalista inseridos sobre o EPCT, o qual se desassocia das condições limites atribuídas à preservação dos elementos urbanos presentes na Paisagem Urbana Histórica e do próprio esvaziamento residencial, conforme diagnosticado no capítulo anterior. A exemplo dessa experiência de desdobramentos e/ou deslocamento promovido na centralidade urbana, podemos citar as novas perspectivas de se habitar, de se produzir, de se consumir, de se acessar e se vivenciar os espaços conforme as expectativas dos habitantes e os valores de uso e troca na contemporaneidade.

O deslocamento dessa centralidade urbana, instalada ao longo do “caminho tronco”, foi gerado pelo direcionamento das atividades comerciais e residenciais para outros bairros, principalmente para os novos como Bauxita, Saramenha e adjacências. Tal fato é consequência do oferecimento de certas vantagens de localização, de melhores condições de

moradias, de construções e de acessibilidade regional, e, sobretudo, de um controle menos operativo do IPHAN sobre o espaço.

Alguns fatores se tornaram fundamentais a essa nova organização territorial. Eles determinaram a fragmentação das práticas espaciais no espaço central e único por uma produção da lógica urbana do cotidiano distanciada da Paisagem Histórica Urbana, como a expansão populacional provocada a partir das instalações industriais na região, principalmente com a instalação da Alcan na segunda metade do século XX; a ampliação estrutural da UFOP e os fatores necessários a sua subsistência no local; e o próprio espraiamento natural da cidade.

O processo incipiente de industrialização em Ouro Preto, a partir dos anos de 1970, também se diferencia do modelo clássico de reorganização territorial e de adaptação à modernidade tardia, na medida em que a localização da planta industrial para beneficiamento de bauxita e alumínio, foi direcionada a áreas distantes do núcleo histórico. [...]. Assim se deu a estruturação dos bairros Saramenha e Bauxita, configurando nova centralidade urbana, rigorosamente diferenciada do restante da cidade pela diversidade funcional e pela falta de unidade estética e formal, já que exterior ao perímetro de tombamento, sob controle do Iphan. (VILLASCHI, 2014, p. 80).

Da mesma forma, a nucleação em tais bairros altera as expressivas modalidades de apropriação cotidiana no centro da cidade e, conseqüentemente, fragiliza a produção do espaço enquanto direito à cidade pelo convívio dos lugares de encontros, conflitos e diversidades. Em certas condições, os fornecimentos do consumo e serviço à vida cotidiana nos bairros diluem a centralidade urbana ao destiná-la apenas as funções administrativas e institucionais. Assim, conferimos a análise de Costa (2011) apud Villaschi (2014):

A frequência semanal de moradores da periferia de Ouro Preto ao centro histórico [...], revela que 30% o fazem raramente, 24% de 1 a 2 dias [...]. Agregando esses dados, verifica-se que 46 % se deslocam ao centro mais de 3 dias por semana, aí incluindo os que lá trabalham ou estudam. Também chama a atenção os 30% que raramente se dirigem ao centro e que são, portanto, atendidos em suas necessidades diárias nos próprios bairros. (COSTA, 2011, p. 370 apud VILLASCHI, 2014, p. 79).

Da mesma forma, ressaltamos que a permanência das funções institucionais na centralidade urbana são indícios primordiais de articulação entre o espaço urbano e a vivência social, por ser a burocracia condição indispensável à organização concreta da sociedade. As instituições bancárias tão efetivas no dinamismo da Rua São José, por exemplo, trazem ao espaço a presença e a circulação do cidadão e, consigo, valores particulares que influenciam, ainda, comportamentos sobre o espaço urbano.

“[...] Há serviços, ainda, essenciais que funcionam aqui, né? Por exemplo, se você quer banco, você ainda vai no centro, né? As agências centrais ainda são todas aqui

[...]. As centrais bancárias ainda estão aqui, né? [...]. Na Rua São José eu encontro as pessoas, porque é um percurso que eu encontro o pessoal da roça que eu conheço, dos distritos que vem aos bancos. [...]. Acho isso maravilhoso para a Rua. Por isso defendo o papel dos bancos na Rua São José! [...]" (Entrevista VII).

Em muitos momentos, analisar espacial e dialeticamente a alteração da centralidade significa reconhecer a estratificação social transferida à dimensão do espaço e, assim, (re) produzida. Como resultado de um núcleo urbano que se volta cada vez mais ao consumo turístico, essa transferência – não teórica, mas empiricamente experienciada – resulta na alteração da centralidade única e, conseqüentemente, na segregação sócio-espacial de camadas da população.

Excluir do urbano grupo, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão [...] anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. [...] O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. (LÉFÈBVRE, 2008, p. 32).

Segregada, a população local de mais baixa renda e disposta em núcleos periféricos e desprovidos de algumas qualidades urbanas, distantes dessa produção da cidade patrimonializada, restritiva e intelectualizada, reproduz em escalas cada vez mais amplas certas impossibilidades das diferentes classes sociais conviverem no mesmo espaço, ainda que a dependência de ambas para a reprodução da vida seja um traço comum. Essa realidade, experiências vividas outrora e presente, aponta desconforto nos diálogos entre o cidadão e a cidade-patrimônio no que tange à justiça social e ao direito à cidade pelos valores de uso e troca atuantes no EPCT, conforme os olhares das entrevistas IV e XII:

“[...] Antigamente as lavadeiras de roupa moravam lá no Morro São Sebastião, São João, lá para cima. As empregadas domésticas também! Então, eu acho que essas mulheres sempre foram vistas como pobres, negras, assim, em muitos momentos elas não cabiam nas coisas aqui do centro, vamos dizer: mais elitizada, né! [...]. Hoje, isso não é mais modo de tratar as pessoas! Concorda? [...]. Agora, quais são os lugares de fato que essas mulheres frequentam aqui no centro? A farmácia é cara, a loja de roupa é cara, a comida é cara [...]. Acho que isso está muito ligado com a nossa educação. [...]. Ouro Preto é uma joia que pertence ao mundo, e não vai pertencer ao morador da cidade? Como assim? [...]. Eu acho que cidade não pode fazer essa distinção com as pessoas. [...]. Precisamos pensar sobre isso! [...]" (Entrevista IV).

“[...] A princípio, eu até acho que todo mundo aqui de Ouro Preto é dono dessa cidade, isso assim, nós temos as nossas obrigações em cuidar e proteger, mas também deveríamos usufruir com mais prazer disso tudo aqui! [...]. Mas no fundo, muita gente não reconhece como sendo seu patrimônio e para ele tanto faz! [...]. Eu acho que às vezes essa conversa é muito complicada, porque tem tanta gente morando em lugar ruim aqui na cidade, não tem rua com calçamento, não tem

esgoto, a pessoa sobe e desce morro porque não tem nem como chegar lá de carro! Tem muita gente morando em área de risco. [...]. Você já viu a quantidade de policial que fica aqui na praça à noite? [...]. Vai nesses morros e olha se tem um policial lá! [...]. Isso que gera essa revolta das pessoas com o patrimônio. [...]”. (Entrevista XIII).

Contudo, a centralidade urbana de Ouro Preto ainda se encontra presente no “caminho tronco”, sem perder o prestígio e nem a sua materialidade simbólica, pois é inerente a sua condição especial de espaço central da cidade-patrimônio. Dessa maneira, elaborado cada vez mais pelos interesses do mercado turístico e imobiliário, o patrimônio edificado não está conduzido à sua deterioração, mas uma das consequências mais evidentes está na produção do seu esvaziamento residencial (VILLASCHI, 2014), análise de interesse fundante desta pesquisa.

3.3 Ouro Preto pelo olhar do direito à cidade e sua preservação

Prevalecendo dessa elucidação sobre o direito à cidade, ao investigar a produção do espaço na centralidade urbana em Ouro Preto e, ao incitar a observação sobre o processo de esvaziamento residencial identificado no EPCT, buscamos estimular algumas ponderações sobre as produções sócio-espaciais no campo do direito e do dever à preservação do patrimônio urbano.

Diante disso, propomos alguns questionamentos: o cidadão ouro-pretano reconhece o seu direito e o seu dever à cidade-patrimônio pela sua produção do espaço? Como acontece nessa centralidade urbana estabelecida na região do EPCT a garantia do direito à cidade? Onde se estabelecem as práticas de preservação da cidade por aqueles que no EPCT residem? São questões nas quais Léfèbvre conduz ao exercício de análise pelas experiências percebidas e vividas pelos habitantes na produção do espaço urbano e aplicáveis às possíveis práticas sócio-espaciais encontradas em Ouro Preto.

No Brasil, por sua vez, desde a década de 1980, os movimentos principados por novos atores sociais e pela afirmação da diversidade cultural, a exemplo dos índios, dos negros, das mulheres, entre outros, vêm estimulando o direito à cidadania que, equivalentemente, se associa ao direito e ao dever à cidade. A Constituição Federal de 1988 realiza, no campo jurídico, o reconhecimento e a apropriação dessa abrangência cultural, elencando ao direito os princípios da construção da memória plural e colaborativa, a diversidade de instrumentos de preservação, a municipalização da política patrimonial com posturas participativas e a multiplicidade de sujeitos/atores na elaboração e defesa do patrimônio cultural. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 outorga ao cidadão o direito à cultura ao prescrever que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Artigo 215). [...]. Embora a Constituição Federal de 1988 outorgue o direito à cultura (e ao meio ambiente), **delega ao cidadão deveres de preservação e colaboração na gestão do patrimônio cultural (e do meio ambiente), ou seja, estabelece direitos-deveres.** (HENKES; GASTAL; MIELKE, 2013, p. 233, grifo nosso).

Tantas outras abordagens sobre a produção do espaço dentro do contexto do direito à cidade podem ser estabelecidas a partir do conceito lefebvriano, mas, sobretudo, nos interessa, neste momento, somente os aspectos de incidências na cidade-patrimônio e a sua dinâmica cotidiana de uso e preservação da Paisagem Urbana Histórica. Assim sendo, o enfoque valorativo da cidade Ouro Preto é debatido por Ribeiro e Simão (2014) ao tratar o conceito do direito à cidade pelos parâmetros do direito à memória no âmbito das relações existentes entre as políticas públicas de gestão municipal, a proteção do patrimônio cultural, o cidadão e suas práticas sócio-espaciais, e a manutenção do tecido urbano.

Para os autores, alguns “deslocamentos sociais” comuns à sociedade brasileira, diante dos princípios do direito à cidade e à memória, são resultados das produções dos espaços patrimonializados controlados pelas institucionalizações de condutas oficiais, burocratizadas e distantes da vida, com a valorização do patrimônio material ainda no campo isolado. Tais deslocamentos estão associados à deficiência ou a equívocos dos planejamentos urbanos que, normalmente, não são elaborados a partir dos valores de uso ou enquanto processo de integração entre os cidadãos, provocando nos habitantes o afastamento e “o abandono ou a substituição destes lugares, acirrando a perda do sentido de lugar e, conseqüentemente, a apropriação e sentido de pertença”. (RIBEIRO; SIMÃO, 2014, p. 2).

Com apoio em Léfèbvre, Ribeiro e Simão (2014) realizam, ainda, uma crítica às condutas geradas pela industrialização, pelos processos exploratórios do mercado e pelas mudanças ocorridas nas relações sociais cidadinas. Avaliam as implicações desses comportamentos na esfera da preservação do patrimônio cultural e a fragilização dos instrumentos de gestão dos sítios históricos que, de forma descomprometida com o direito à cidade, são realizadas sob o domínio do Estado, de maneira segregadora e não capaz de gerir os elementos de integração da vida cotidiana em tal realidade urbana.

No entanto, o direito à cidade em ambientes patrimonializados deve ser algo sempre aprofundado nos debates que tratam do espaço enquanto obra e produto da condição humana, pois o espaço histórico deve possuir em sua estrutura as permanências do tempo, da diversidade e das transformações realizadas pelo próprio homem em seu habitat. Por meio das

práticas sociais, que muito são influenciadas pelas condições vivenciadas no momento presente, a noção de patrimônio histórico deveria ser transfigurada à noção de direito à cidade e à memória. Entretanto, sabemos que essa transfiguração é um processo em construção recente no Brasil pelas novas narrativas sobre o patrimônio e que ainda representa as relações de disputa, a ausência de diálogo e a injustiça social. Assim, Ribeiro e Simão (2014) afirmam ao considerar:

Não pode haver direito à cidade se a história não compuser a construção deste direito, pois isso configuraria a naturalização do direito à cidade. Com isso, queremos dizer que a própria maneira de representação do patrimônio histórico e, por consequência, os próprios elementos considerados como patrimônio, são históricos e, portanto, disputáveis social e historicamente. **A memória construída pela narrativa oficial não pode ser excludente e, para que isso seja garantido, ela deve necessariamente ser mais uma prática que garanta a promoção de justiça social.** (RIBEIRO; SIMÃO, 2014, p. 4-5, grifo nosso).

Pensar a cidade-patrimônio é pensar na sustentabilidade dos espaços de referências do passado e associá-los às contradições culturais e às transformações sociais. Para tanto, é necessário existir uma dinâmica urbana composta pela integração do cidadão local à produção do espaço patrimonializado com base no direito a produzir, a acessar e a constituir os elementos da própria história.

O campo da preservação, em diversos momentos, tem se comportado de maneira formal e, conseqüentemente, restritiva e (re) produzindo espaços segregadores na sociedade. A preservação do patrimônio não se deve orientar apenas pelos valores atribuídos – históricos, artísticos e estéticos –, mas se basear na condição de agregar à vida os valores sociais e culturais que são constantemente ressignificados nos campos da materialidade e imaterialidade. Dessa forma, recorrer aos sítios históricos e ao patrimônio urbano é um pressuposto para compreender que o direito à cidade é também um direito à memória.

Ao regressar aos questionamentos acima inseridos, encontramos nas falas dos residentes do EPCT válidas considerações de posturas pessoais e participativas na produção do espaço pelo direito e dever diante da preservação da cidade-patrimônio. Dessa forma, em alguns momentos, identificamos comportamentos automatizados ou imperceptíveis pelos residentes no que tange a sua integração na produção do espaço e, em outros, foram apresentados contrapontos a essas configurações naturalizadas, distinguindo conflitos mais rígidos sobre a centralidade urbana estabelecida na região do EPCT enquanto lugar limitador ao próprio direito à cidade e, conseqüentemente, ao direito à memória. Também houve afirmação que as verdadeiras práticas de preservação da Paisagem Histórica Urbana estão na

possibilidade de vivenciar e integrar o cotidiano do EPCT pela moradia, vivência e formas de usar o espaço.

“[...] Assim, agora pensando melhor, eu me vejo enquanto cidadã cumprindo o meu papel de tal forma pelo meu trabalho de jornalista. Tenho um *blog* que procuro fazer a divulgação da cidade, chamando a atenção para as questões da história, da preservação, curiosidades importantes mesmo! [...]. Muita gente da cidade, morador mesmo, acessa o conteúdo, faz comentários. Isso é uma forma de participação da preservação da cidade, e acaba sendo um direito meu de usar essa ferramenta de comunicação e um dever de fazer enquanto moradora e jornalista! [...]. Sabia que além de morar aqui no centro, de viver aqui, a área do jornalismo me integra a essa questão. [...]”. (Entrevista I).

“[...] A minha participação na cidade acaba sendo quase que uma coisa automática! Só conversando assim é que a gente se vê como somos importantes para a proteção disso aqui! [...]. Eu procuro participar de tudo, pode ser na igreja, no carnaval, de aniversário, enterro, na rua, dentro de casa. [...]. Tem coisas que é um dever meu, assim como conservar essa casa, ir a um enterro, a um aniversário, conviver com as famílias daqui; mas tem coisa que é um direito! [...]. Mas é a gente participando de tudo que as coisas acontecem e não acabam! Já pensou se eu ficasse só aqui nessa janela vendo o movimento da rua! [...]”. (Entrevista IV).

“[...] Eu tenho esse amor por aqui porque vivi sempre aqui! Então sou quase íntima da rua, das casas. [...]. Mas aquele que nem passa por aqui, não cria relação nenhuma com isso aqui, né! [...]. Então, tipo assim, essa questão do comércio como supermercado indo lá para cima e as outras coisas também, muita gente vai deixando de vir para cá e com isso elas vão cada vez menos reconhecendo esse centro histórico como parte da sua vida! Coisa de lembrança mesmo, sabe! Vai limitando essas pessoas dentro da própria cidade! [...]”. (Entrevista VI).

Por esses depoimentos, os residentes admitem que o direito e o dever à preservação da cidade-patrimônio são circunstâncias que devem ser, fundamentalmente, produzidas pelos meios de integração do cidadão com o seu próprio espaço. De tal modo, tais circunstâncias exigem o exercício de reconhecimento e participação por parte do próprio residente, que, ao utilizar da sua experiência profissional para uma divulgação de curiosidades da cidade em um *blog*, ou, então, ao questionar o deslocamento das funções centrais da cidade, se fazem agentes partícipes na produção do espaço urbano e atuante em discussões no âmbito da preservação e salvaguarda da cidade e da memória.

3.4 Ouro Preto para além dos mapas

Ouro Preto para além dos mapas é uma orientação metodológica que propomos para desenvolver este subcapítulo, no qual nos apropriamos da experiência de Cristina Freire (1997)⁵⁴. A autora realiza um mapeamento de São Paulo por meio de monumentos e museus que se encontram presentes na cidade, como elementos urbanos que referenciam os espaços

⁵⁴ Na obra *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*, publicado em 1997, a autora realiza uma leitura da cidade de São Paulo, por meio dos seus monumentos e suas referências com o imaginário da cidade e suas correspondências com os aspectos simbólicos e distintos dos lugares equacionado no cotidiano e na estética urbana.

imaginários próximos dos habitantes e que, inevitavelmente, marcam as relações de aproximação e apropriação com o lugar. Com isso, intencionamos, neste momento, nos distanciar das bases cartográficas do EPCT, concretas e diagnosticadas no Capítulo 2 com os dados quantitativos e formas de ocupação dos edifícios, para apresentar um mapeamento no campo da interpretação invisível do recorte urbano a partir das vivências com o espaço pelo residente. Para além da cidade-patrimônio, a produção do espaço deve ser alcançada pelos aspectos concretos e simbólicos e revelar uma relação quanto mais íntima desses habitantes com o espaço pelo imaginário e sua produção. Para a autora:

[...] sabemos que a cidade não se dá àqueles que a ocupam como uma entidade abstrata ou como instrumento destinado apenas a certos usos técnicos (circular, trabalhar, morar, etc.). Ela possui uma realidade espessa de sentidos particulares relacionados às pulsões mais profundas do próprio sujeito. Nesse caso, a cidade é cor ou ausência de cor, luz ou ausência dela e assim por diante, além de uma dimensão biográfica da cidade, que confere à “minha cidade” o sentido de “meu lugar”. (FREIRE, 1997, p. 25).

Por essa apreensão, o interesse maior é pontuar outros sentidos à cidade-patrimônio, já monumentalizada e institucionalizada, e apresentar algumas experiências dos residentes pelas realidades e representações, que somente cabem ao mundo particular e por isso não são introduzidas ao mundo formal e visível. Por outro lado, também buscamos refazer algumas características da existência urbana no EPCT, que, obrigatoriamente, tem sido percebida e vivida de maneira compatível com o próprio abalo da modernidade. Por esse motivo, reconstruir o percurso sob as perspectivas invisíveis que se preservam ou não mais, que se misturam na espacialidade visível e espessa de sentidos simbólicos do lugar, alenta outras perspectivas nas particularidades do residente com a produção do espaço em questão.

Para Freire (1997), espaços em que as apreciações de um habitante externo ou visitante não observam ou não se assemelham a um sentido, são possíveis de reconstituição pelas perspectivas de uma cidade invisível que permanece e se preserva pelas imaginações e lembranças ativas dos residentes locais. O espaço é insinuado das formas mais diversas em cada vida e a possibilidade de apropriação ocorre onde:

[...] muitas vezes onde julgamos não haver sentido, direção, ele se insinua, pois, a possibilidade de reconstrução lateja, sutilmente, e se anuncia das maneiras mais diversas. A tentativa de restabelecimento do “valor de uso do espaço” numa sociedade que privilegia o “valor de troca”, a possibilidade de restauração do “espaço abstrato” com “lugar de vida” passa necessariamente por uma “experiência estética”. (FREIRE, 1997, p. 29-30).

Em Ouro Preto, a produção do espaço é fértil em experiências estéticas. Sua paisagem urbana apresenta condição singular aos que vivem e transitam pelo espaço,

oferecendo configurações e expressões de valores históricos e sociais, referências no espaço e no tempo como “lugares de memória” oficiais, conforme discutido por Pierre Nora (1993) àqueles lugares com a capacidade de condensar diferentes níveis de sentidos, como o material, o simbólico e o funcional. São motivos que nos levam a pensar a relação dos residentes da cidade-patrimônio com o próprio patrimônio urbano, além de sua funcionalidade imediata, assim como pelo viés de apropriação e interferências de um sobre o outro, que evocam valores e realidades no imaginário. Por esses motivos, acreditamos que:

O entorno material, os objetos que nos circundam, as ruas, os quarteirões e a casa em que vivemos são os quadros materiais da memória e possibilitam que as pessoas permaneçam unidades enquanto grupo, e não mais do que isso, é a permanência das coisas que dão o suporte necessário para a memória coletiva e alimentam a tradição. O passado, que se faz presente através dos objetos, possibilita que nos reconheçamos neles, faz com que encontramos uma proximidade com as gerações anteriores nessa linha de transmissão dos conteúdos coletivos. (FREIRE, 1997, p. 129).

Nesse sentido, as sensações imaginárias atingidas pelos afetos, lembranças e identificações, possibilitam articular as dinâmicas dos espaços reais como lugares carregados de expressões pessoais e coletivas, valorizando-os e compondo-os como um todo, por meio do percurso de cada habitante e, conseqüentemente, garantido a sua proteção. Da mesma forma, enquanto referência de apropriação do lugar, o mapa imaginário da cidade examina a memória dos seus habitantes e transforma os espaços em lugares contemplativos, primordial para a articulação dos enredos das vidas e dos sentidos daqueles que a vivem. Para Walter Benjamim:

[...] a cidade – onde os homens se exigem uns aos outros sem a menor consideração, onde os compromissos e telefonemas, as reuniões e visitas, os flertes e a luta pela vida não concedem ao indivíduo nenhum momento contemplativo – na hora da recordação, se vinga e o véu que ela tece ocultamente da nossa vida mostra menos imagens das pessoas que a dos lugares onde nós nos encontramos com os outros ou conosco mesmo. (BENJAMIN apud FREIRE, 1997, p. 131-132).

Ao solicitar aos residentes uma descrição sumária do EPCT, pela forma imaginária do percurso e a representatividade enquanto espaço de produção urbana integrada à sua vida, eles, em sua totalidade, trouxeram referências por meio dos valores de aproximação com o vivido e com o experienciado nos lugares e pelas sensações de interferências pontuais marcadas em seus cotidianos. Para tanto, foi interessante perceber que o patrimônio urbano material, politicamente concebido por suas práticas de representação do espaço, é compreendido em sua condição naturalizada pelos valores de cidade-patrimônio. E, o descortinar dos modos de apropriação do residente com a produção do seu espaço urbano

está associado na forma particular de cada residente, no âmbito da relação próxima do espaço vivido.

“[...] A primeira coisa que me marca, aqui é o sorvete do Crispim, que é o pai da Regina. Não existe mais. Fabuloso! Ele me traz à lembrança de viver o lugar por meio do prazer que era ir a rua para tomar sorvete! [...]. Um lugar, também, que eu achava maravilhoso, eu subia a ladeira até o adro da Igrejinha de São José e ali tinha um bambuzal, do vizinho, imenso. Eu ficava ali, sentado, vendo a cidade do outro lado, que é a praça, o Carmo, aquele casario. Eu achava ali delicioso! [...]. Não passava quase ninguém, então, era um lugar, assim, que você podia meditar, podia ficar! Meditar sem saber que estava meditando. [...]. Deitar no muro de pedra, tomar sol, ler um livro. Ficar quieto ali! [...]. A luz da cidade é muito marcante, chega agora outono, inverno, isso me traz muita paz. [...]. Toda vez que passo ali perto da Rua Paracatu, me vem na lembrança o sapateiro que tinha ali. O cheiro da cola marca até hoje aquele lugar na minha lembrança. [...]. Largo da Alegria era um lugar que eu ia muito porque tinha uma quitanda. [...]. Nossa, que saudade! Eu me identifico com a cidade por cada detalhe desse! Era uma quitanda deliciosa. Chegava no Largo da Alegria, você já sentia aquele cheiro de fruta fresca, com legume, com verdura. [...]. É uma lembrança que eu tenho! Seguindo, o bar Toffolo, né? Tradicional Toffolo. Adorava ir e conversar com Dona Gracinda e aquele mau humor aparente que, na verdade, por trás, era divertidíssima. [...]. Subindo para praça, na Rua Direita, tinha o Gravindo, barbearia. Sempre muito movimentada pelos homens da cidade que faziam as suas fofocas. Mas também era um ponto de encontro! [...]” (Entrevista XI).

“[...] Eu consigo descrever esse percurso muito mais pelo que vivi aqui e pelo que busco sempre fazer, do que assim, a cidade como patrimônio. Então, assim, a minha relação com a cidade parte da minha lembrança de brincar no adro da Igreja do Rosário com minhas colegas, a gente levava tudo para lá e passava a tarde toda brincando. Sempre que temos visitas, levamos lá e isso vem sempre na minha lembrança. [...]. Os lugares também tinham cheiro de comida, né! Era na hora do almoço, cheiro de bolo, então quando passava ali perto da FAOP, tudo cheirava! Tinha também muito cheiro de flores, porque as pessoas tinham flores em casa! [...]. O comércio da Rua São José, da região, era ótimo, porque ali que gente comprava tudo. Então, tem aquela sensação gostosa quando você passa no lugar e lembra daquelas lojas, né! [...]. Adorava sentar nos muros, assim, nas portas das casas para conversar com os amigos. Então, quando passo por uma porta, fico sempre lembrando das coisas. [...]. Eu vejo a cidade às vezes com outros olhos, porque eu vivi toda a minha vida aqui! [...]” (Entrevista I).

“[...] O negócio era brincar de rolimã nessas ladeiras! [...]. Isso faz com que a gente olha para esse lugar com mais afeto e saudade. [...]. E por aqui, perto do Sr. Milton, também tinha um beco que saía ali na “Ponte Seca”, todo mundo passava por ele ali! Essa coisa da rua, da porta aberta, das pessoas conversando na porta da sua casa, isso, assim, integrava mais a gente com a cidade. [...]. Eu adorava sair com mamãe porque ela ia conversando com todo mundo e tinha muita conversa. [...]. Eu também vejo isso aqui por conta do frio, dessa névoa que desce sobre a cidade e dá esse ambiente tão charmoso. [...]. Como a religião sempre foi muito forte aqui, o toque dos sinos das igrejas me traz muito essa identificação com a cidade, porque eu conheço os toques, inclusive com os dias dos santos. [...]. Assim, eu acho que a cidade para nós moradores é mais do que o patrimônio porque ela carrega essa lembrança que só nós temos daqui, né? [...]” (Entrevista X).

Pelos depoimentos, observamos o quão importante são as experiências cotidianas para as relações do cidadão com a cidade. Ao expor olhares íntimos sobre o espaço urbano, que muitas vezes se encontram na visão, no olfato e no tato, esses residentes expressam

valores pessoais que (re) estabelecem um patrimônio e que interagem com o coletivo. O sorvete, o cheiro das flores, o sentar na porta da rua para uma conversa, o toque dos sinos, a luz do outono, a névoa do inverno são os significados que trazem à consciência o passado estratificado e não pode ser evocado apenas pela capacidade concreta do espaço, mas pelas lembranças vividas e que são carregadas de conteúdos afetivos, valores simbólicos e de identificação com a cidade.

Assim, concluímos que a cidade, para além dos mapas, das fotografias, das ilustrações, dos roteiros qualificados e dos dados quantificados, deve se encontrar projetada nas relações pessoais, imaginárias e simbólicas, com os espaços que propiciem e que estimulem a sua apropriação muito mais pelos valores de usos do que, propriamente, pelos valores de trocas tão experienciados pelo capitalismo na sociedade atual. Nessa direção, muito poderia ser dito sobre o EPCT pelos seus residentes, acima de tudo, sobre os espaços que, de fato, são habitados e transformados pelos sentimentos de pertença e domínio; sobre as relações de cumplicidade existentes com a cidade-patrimônio, que atravessam os desafios sociais, culturais, políticos e econômicos e se aproximam dos sentidos da cidade pelas experiências de cada residente em seu cotidiano vivido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As particularidades urbanas em Ouro Preto se materializam pelas experiências da cidade-patrimônio que, ininterruptamente, mesclam o cotidiano da vida dos habitantes com os valores atribuídos, sobrepondo e conferindo à produção do espaço um dinamismo singular e próprio. Por essa compreensão e entre as orientações de interesse para a elaboração desta dissertação, foram debatidos a produção do espaço urbano na cidade com base na tríade lefebvriana das práticas sócio-espaciais pela linguagem filosófica do espaço “concebido”, “percebido” e “vivido”. Tal estrutura teórica foi aplicada tendo como foco de análise o recorte do Eixo Parcial do Caminho Tronco – EPCT e algumas inflexões de valores identificados nessa centralidade urbana.

Como sabemos, muita atenção foi dada à institucionalização da cidade de Ouro Preto, a partir da década de 1930, pelo reconhecimento de sua qualidade simbólica para a identidade nacional e como experiências conceituais e práticas no estabelecimento do órgão gestor oficial do patrimônio no Brasil, o IPHAN. O momento forjou o que consideramos a produção do espaço concebido, atingindo, primordialmente, o campo mental da sociedade ouro-pretana pelos processos agenciadores e burocratizados do Estado perante o espaço urbano e a vida dos habitantes. Esses processos foram marcados com posturas caracterizadas por influências externas e verticalizadas, com objetivos que foram mais ao encontro dos interesses políticos e intelectualizados atuantes em tempos pretéritos, do que propriamente uma construção legítima da sociedade civil.

A ampliação do conceito de patrimônio no último quartel do século XX, que deslocou o reconhecimento do bem isolado à paisagem, do material ao imaterial, proporcionou aos novos tempos apreciações culturais até então não utilizadas para representar a identidade de um determinado grupo ou comunidade. Houve a inserção de diferentes olhares sobre o patrimônio, com novos valores e o envolvimento de novos atores. A instrumentalização dos meios de identificar e proteger o patrimônio passou a se realizar com a colaboração integrada entre os entes da federação e a sociedade no campo do direito e do dever de produzir e acessar a cultura e sua preservação. (HENKES; GASTAL; MIELKE; 2013).

A Constituição Federal de 1988 trouxe aporte legal a essa afirmação, contudo, após três décadas de promulgada a Carta Magna, a gestão e a difusão do patrimônio cultural nacional continuam esbarrando em crises de cunho político, social, econômico e, sobretudo,

em sua representatividade no campo concreto e simbólico na sociedade. Tais interferências na eficácia da produção desse espaço o caracterizam fortemente pelos aspectos do concebido como verbalizado, tecnocrático e que atinge a consciência social por regras e censuras, muito mais que, propriamente, enquanto uma política que integra as relações do homem com a produção e apropriação do seu próprio espaço.

Consideráveis atenções são voltadas às pesquisas que constataam as ineficiências dos diálogos entre o Estado e a sociedade civil no que tange ao patrimônio. (CASTRIOTA, 2009; RIBEIRO, 2009; MOTTA, 1987). Da mesma forma, são percebidas inabilidades do patrimônio cultural perante à produção do espaço urbano como uma oportunidade de promoção da igualdade social, constituído pelas elaborações dos lugares de ideias, experiências de vida e referências. A exemplo de tal discussão, torna-se interessante utilizar-se de algumas práticas adotadas pelas políticas controladoras de gestão do patrimônio em Ouro Preto ao longo de décadas e seus respectivos efeitos de enobrecimento da centralidade urbana do sítio histórico e, conseqüentemente, o desencadeamento da segregação nas práticas sócio-espaciais sustentada a partir da espetacularização da tradição do lugar. (LEITE, 2004).

Tal realidade cidadina contrapõe a base do princípio de Henri Léfèbvre, no qual a produção do espaço na cidade deve ser auxiliada pela existência de uma centralidade urbana articulada com a vida local, com lugares que possibilitam os encontros, os conflitos e as mudanças em seus cidadãos e que garanta o direito à cidade como fonte de equilíbrio e justiça social. (LÉFÈBVRE, 2008, 2006; HARVEY, 2014, 2013).

Diante disso, a construção desta dissertação se deu a partir de uma instância descritiva primordial, que foi o processo esvaziamento residencial dos edifícios presente no recorte e as interferências nas conformidades do habitar a cidade-patrimônio, com base nas relações sócio-espaciais cotidianas e nas vivências dos residentes com o espaço urbano. O levantamento quantitativo realizado apontou os edifícios no EPCT com suas destinações residenciais, comerciais, mistos e finalidades com as instituições públicas e privadas. Assim, conforme as planilhas e o gráfico apresentados, constatou-se uma expressiva alteração sobre as experiências urbanas em virtude de um diminuído número de residências e residentes permanentes no recorte. São apenas 42 edifícios com a presença de residentes em um total de 159 edifícios, ou seja, apenas 26% desses edifícios são ocupados como residências. Tal realidade expressa mudanças de funções na centralidade urbana do sítio histórico, por um perfil voltado, cada vez mais, ao comércio, turismo, ao mercado imobiliário e ao consumo imediato.

Dessa maneira, as transformações das práticas sócio-espaciais no sítio histórico de Ouro Preto vêm atribuindo, progressivamente, uma conformação homogênea à centralidade da cidade; com usos e sentidos mais próximos à lógica capitalista e uma internacionalização da cultura cada vez mais evidente pelos meios de mercantilização e consumo dos lugares de memória. Com base nas experiências do esvaziamento residencial no EPCT e a destinação dos edifícios ao mercado comercial, podemos apontar que a gestão do patrimônio urbano em Ouro Preto também passa a apresentar profundos contrastes; tanto em sua concepção, realização e implantação, como na qualidade de síntese de uma cidade orgânica e heterogênea que, ainda, a encontramos. É dentro dessas condições de cidade-patrimônio, viva e dinâmica, que as reflexões em torno da preservação da Paisagem Urbana Histórica devem existir, no sentido de garantir a permanência do cidadão ouro-pretano na participação da produção do seu espaço urbano.

Também, a partir do processo de esvaziamento residencial averiguado no EPCT, buscamos compreender as relações existentes entre o residente local e as práticas sócio-espaciais cotidianas urbanas, no sentido de realizar uma síntese do vivido pelas articulações entre o espaço concebido e percebido. Os dados qualitativos produzidos pelas 16 entrevistas efetivadas com os residentes – em um total de 79 que habitam o recorte (aproximadamente 19,5% dos habitantes) – confirmaram que a produção do espaço na centralidade da cidade-patrimônio exige mais que a proteção e a fiscalização dos seus bens patrimoniais urbanos. É necessário associar, dentro de uma determinada condição relativizada pelos paradoxos da contemporaneidade, as formas e os elementos necessários à integridade da vida cotidiana no espaço urbano e sua associação à preservação do patrimônio edificado.

Assim, consideramos que as práticas sócio-espaciais existentes são em decorrências das relações construídas pelos sentimentos de pertencimento e integração que o espaço percebido e vivido permite a essas vidas. Tais práticas estão integradas às experiências cotidianas desses residentes com o espaço, encontradas nas relações materiais com a casa, a rua, o trabalho, o consumo, o lazer, as celebrações e as festividades, assim como nas formas simbólicas e abstratas que a memória guarda e se desperta na paisagem existente, estimulando a aproximação com espaço pelos sentidos e pelas lembranças. Constantes ao tempo e ao espaço, a produção do espaço percebido e vivido coloca o residente permanente em condição integrante na (re) produção desses espaços, justificando a sua preservação dentro de um sentido real e valorizado como algo unificador desse cidadão com a cidade.

Por meio das entrevistas, foi possível constatar que o espaço ainda não está esvaziado de conflitos concretos e simbólicos, realidade essa garantida pela presença participativa dos residentes nesse espaço urbano. Caso contrário, o espaço corre considerável risco de se tornar um cenário deslegitimado pela própria população, pois “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.” (SANTOS, 2012, p. 81).

A abordagem dada, então, buscou privilegiar um entendimento sobre o espaço urbano na cidade-patrimônio, o cotidiano no EPCT e o residente local de maneira mais próxima, em íntima relação na prática sócio-espacial na contemporaneidade. Ao agregar à discussão as aberturas teóricas e metodológicas concernentes à produção do espaço urbano, no campo do concebido, percebido e vivido, buscou-se exatamente evidenciar o quão evidente se encontra uma possível fragilização da centralidade urbana em Ouro Preto. Essa possível condição frágil é dada pelas inflexões dos valores de uso a favor dos novos valores, ou pela causa, cada vez mais pronunciada, da ausência de residentes experienciando a produção do espaço urbano.

Assim, acreditamos que a reflexão valorativa do patrimônio urbano possa reverberar de forma mais decisiva na (re) significação da cidade por seus residentes. Que a cidade-patrimônio possa representar um movimento efetivo a favor do aprimoramento da cidadania, ou da construção de uma relação social mais consistentemente pautada no fortalecimento dos espaços pela sua produção de lugares de vivência, encontros e conflitos e que se consolide pelos aspectos do direito à cidade e ao patrimônio.

Também, confiamos que as vivências e os diálogos articulados entre os residentes e as políticas públicas gestoras instituem condições vitais para garantir a apropriação do espaço e para estimular o direito à cidade em sua parcialidade, mas, sobretudo, contribuem por ecoar comportamentos de cidadania e justiça por toda a sociedade. Compreendemos que a cidade habitada deve se manter sobre a cidade-patrimônio e vice-versa, dentro do processo que se completa pelas divergências das práticas sócio-espaciais e necessárias para pulsá-la enquanto organismo vivo, dinâmico e em constante elaboração.

Dessa forma, a pesquisa atendeu aos limites possíveis da investigação e outras análises são pretendidas em estudos futuros. Espera-se que a abordagem reflexiva proposta nesta dissertação possa colaborar para a construção de ponderações críticas a respeito da sociedade ouro-pretana contemporânea, sobretudo, à luz do cotidiano urbano e sob o olhar do residente local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800) & Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938 – 1975. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, p.87-106, jan. /abr. 2016.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANASTASIA, C. M. J.; LEMOS, C. S.; JULIÃO, L. Dos Bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. **Oficina do Inconfidência**: Revista de Trabalho, Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, ano 1, v. 0, p. 17-132, dez 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Revisão** – dez livros de poesia. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ANDRADE, Rodrigo M.F. de. A defesa do patrimônio histórico e artístico dos brasileiros. In: **Rodrigo e o SPHAN**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARAGÃO, Solange de. **Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX**. São Paulo: Blucher, 2017. Livro eletrônico. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391787/completo.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018

ÁVILA, Afonso. (Org.) **Resíduos seiscentistas em Minas**: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**: Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Tradução: Paulo Mugayar Külh e Beatriz Mugayar Külh. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. 63 p. (Coleção Artes & Ofícios, v. 3).

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **Código e práticas**: o processo de constituição de Vila Rica Colonial (1702-1748). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

BRASIL. **Estatuto das Cidades**. Brasília: Senado, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza o patrimônio histórico e artístico nacional. **Portal IPHAN**, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 22.928, de 12 de junho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento-nacional. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, jul. 1933.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas Culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALOVI, Cláudio Pereira. **Critérios da arquitetura e prática de projeto em Leon Battista Alberti**. Porto Alegre: FA-UFRGS, 2000.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica. **Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Social – Programa da Pós-Graduação em Serviço Social**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, ago./dez. 2011. Disponível em: <<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1663/1159>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Desenho contextual: uma abordagem fenomenológica-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem**. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CARVALHO, Delza Rodrigues de. As práticas espaciais do percebido, concebido e vivido nos municípios de Lisboa e Sintra. **Revista de Geografia da UFPE**, Recife, v. 29, n. 3, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; ARAÚJO, Guilherme Maciel; CARDOZO, Kelly; SOUSA, Vilmar Pereira de. PAC Cidades Históricas – oportunidade para a conservação integrada? **Locus – Revista de História**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 93-117, 2010. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/1054>>. Acesso em: 7 jan. 2018.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

COSTA, Iraci del Nero da. A estrutura familiar e domiciliária de Vila Rica no alvorecer do século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 19, p.17-34, 1977.

COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa**: sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários da Arquitetura, 1962.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária (1938). In: _____. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.

CUNHA, Claudia dos Reis e. Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, maio/out. 2006.

_____. **Restauração**: diálogos entre a teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN. 2010. 171 f. Tese. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU/USP, São Paulo, 2010.

CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

ELIAS, Gabriel Santos; MEDEIROS, João Telésforo. A luta pelo passe livre sob a perspectiva do direito à cidade no distrito federal. In: VI ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP – DIREITOS HUMANOS, CIDADES E DESENVOLVIMENTO, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2010, p. 1-27. Disponível em: <<http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/46205733-A-Luta-Pelo-Passe-Livre-Sob-a-Perspectiva-do-Direito-a-Cidade-no-Distrito-Federal-Gabriel-Telesforo.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação, um olhar sobre os movimentos sociais. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 11, n. 245 (15), ago. 2007.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPh/UEM, v.10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. **Tópicos em Conservação Preventiva 2 – Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento, ensaios contemporâneos. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio, ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: D.P&A, 2003.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**, São Paulo, jul. 2013. Tribuna livre da luta de classes. Não paginado. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 12 fev. 2018

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução: Carlos Szlac. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A condição pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

HENKES, Silvana Lúcia; GASTAL, Alexandre Fernandes; MIELKE, Priscila Venzke. O direito-deveres à cultura e à preservação do patrimônio cultural. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 10. n. 20, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/383>>. Acesso em: 20 jan. 2018

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

_____. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Edusp, 1969. (Brasiliana, v. 333).

ISNARD, Hidelbert. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982. 257 p.

KOPPKE, Karolyna de Paula. **Permanências setecentistas? O público e o privado no Vale dos Contos de Ouro Preto**. 2017, 273 f. Dissertação. (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e a arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação.** São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria da Cultura, 1998. 436 p.

_____. **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LANGER, Johnni. O mito de Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). **Revista de História**, FFLCH- USP: São Paulo, n. 136, p. 25-40, 1997.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____ **Memória e História.** Campinas: Unicamp, 1990.

_____; BESSA, Ana Maria. **A nova história.** Lisboa: Edição 70, 1983.

LÉFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços público na experiência urbana contemporânea.** Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEMOS, Celina B; ALBANO, Maria C. Entre os limites do passado e as demandas do futuro: uma análise da cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, n. 2, p. 87 – 113, 1994.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo. Brasiliense, 1988.

LIMA, Kleverson Teodoro de. Reconstrução identitária de Ouro Preto após a mudança da capital. In: II ENCONTRO MEMORIAL: NOSSA LETRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2009, Mariana. **Anais do II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais: nossa letra na História da Educação**, Mariana, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996

MELLO, Suzy de. **Barroco Mineiro.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. In: MORI, V. H et. al. **Patrimônio: atualizando o debate**. 2. ed. São Paulo: IPHAN, 2015. p. 35-76.

_____. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **C. J. Arquitetura**, São Paulo, ano 5, n. 19, p. 45-46, 1978.

_____. Patrimônio ambiental urbano em São Paulo. **Comunidade e Debate**. São Paulo: Emplasa, 1979. p. 20-33.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. **A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto**. 1999. 155 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial no Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000. (Estudos históricos, 41). 431 p.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 108-122, 1987.

_____. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990**. 2000. 173 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. (Coleção Estudos Históricos). 420 p.

OLIVEIRA, Myrian A. Ribeiro; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana. **Roteiros do Patrimônio**, 2 v. (180; 160 p.), Brasília: IPHAN, 2010. OZZORI, Manoel. **Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Litterario do Município de Ouro Preto**. Ouro Preto: Typographia da Ordem, 1890.

PEREIRA, Danilo Celso. Cidade, Patrimônio e Território: as políticas públicas de seleção no Brasil do Século XXI. **Revista CPC**, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n.3, p. 4-14, 2006.

PIRES, Tiago. Saramenha de cima, uma periferia de Ouro Preto e suas percepções de patrimônio. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2016.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII a XXI: do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. **Musée, nation, patrimoine, 1789- 1815**. Paris: Gallimard, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006. 201 p.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. **Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial**. 2009. 214 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____. Patrimônio e cidadania: contradições conceituais do espaço cordial. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins. (Org.). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA: IAB, 2013. 260 p. (Coleção Arquimemória, v. 2).

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO – ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPARQ, 2014. p. 1-12. Disponível em <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-EPC-007-5-RIBEIRO.SIMAO.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceitos de Patrimônio Cultural no Brasil: do Conde de Galvêias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio Cultural** – da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006. p 1-16.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1988

ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (Org.). **Modos de Governar** – Ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio** – Cidadania, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 96-105, 1996.

_____. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937 – 1968. 1991. 210 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH – UNICAMP, Campinas/SP, 1991.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Tradução: Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 85 p., il. (Coleção Artes & Ofícios).

SALES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

SALGADO, Marina. **Ouro Preto**: paisagem em transformação. 2010. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio sustentável) – Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: A Trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937–1990). 1995. 268 f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauração) – FAU – UFBa, Salvador, 1995.

_____. **A cidade-atração**: A norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU – UFBa, Salvador, 2004.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio** – Cidadania, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 77-88, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAPIEZINKAS, Aline. Do patrimônio Histórico ao Patrimônio Cultural: diálogos e interações na aplicação das políticas públicas de preservação. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 6,

n. 1, p. 67-101, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/1997>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Tradução: Maria Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto. **Revista GEOUSP** – espaço e tempo, São Paulo, n. 32, p.89-109, 2012.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 71-86.

SILVA, Patrícia Reis. **A postura da municipalidade na proteção do patrimônio cultural urbano**. 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU – UNB, Brasília, 2006.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – FAU – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun. 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução: Luciane de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TELLES, Antônio A. Queiroz. **Tombamento e seu Regime Jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p.139-165, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. **Adoption de la Déclaration sur la conservation des paysages urbains historiques**. Le patrimoine mondial et l’architecture contemporaine – Gestion du paysage

urbain historique. Paris, Siège de l'UNESCO, 2005. Disponível em: <whc.unesco.org>. Acesso em: 22 set. 2017

VASCONCELOS, Sylvio de. **Vila Rica**: formação e desenvolvimento – residências. São Paulo: Perspectivas, 1977

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. **Revista CPC**, São Paulo, n. 22, p. 145-189, jul./dez. 2016.

VILLASCHI, João Nazário Simões. **Hermenêutica do Patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto – MG**. 2014. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

VIOLLET LE DUC, Eugéne Emmanuel. **Restauração**. Tradução: Beatriz M. Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. (Coleção Artes & Ofícios).

YÁZIGI, Eduardo. A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes. **Revista GeoINoVA**, São Paulo, n. 12, p. 65-81, 2006.

DOCUMENTOS SONOROS

Entrevista I. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 5 arquivos.m4a (46min e 26seg / 48min e 16seg / 26min e 56seg / 16min e 22seg / 28min e 16seg).

Entrevista II. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 4 arquivos.m4a (05min e 20seg / 18min e 06seg / 10min e 56seg / 17min e 02seg).

Entrevista III. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (54min e 38 seg).

Entrevista IV. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 6 arquivos.m4a (30min e 55seg / 22min e 41seg / 33min e 46seg / 14min e 50seg / 29min e 21seg / 24min 23seg).

Entrevista V. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (58min e 18seg).

Entrevista VI. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (51min e 19seg).

Entrevista VII. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (58min e 37seg).

Entrevista VIII. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (41min e 55seg).

Entrevista IX. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 4 arquivos.m4a (30min e 12seg / 33min e 35seg / 35min e 53seg / 43 min e 07seg).

Entrevista X. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (50min e 28seg).

Entrevista XI. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (57min e 31seg).

Entrevista XII. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (25min e 21seg).

Entrevista XIII. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (54min e 34seg).

Entrevista XIV. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (52min e 30seg).

Entrevista XV. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 4 arquivos.m4a (20min e 18seg / 32min e 23seg / 21min e 51seg / 37 min e 07seg).

Entrevista XVI. [abr. 2018]. Entrevistador: Edson Fialho de Rezende, Ouro Preto: 2018. 1 arquivo.m4a (54min e 29seg).

APÊNDICE I



Ministério da Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável



Roteiro semiestruturado para a entrevista a ser aplicado junto aos moradores do EPCT⁵⁵ com o objetivo de levantar dados informacionais referentes a produção do espaço concebido, percebido e vivido na cidade patrimônio de Ouro Preto, Minas Gerais, e contribuir com as considerações da dissertação do discente Edson Fialho de Rezende, sob a orientação do prof. Dr. Leonardo Barci Castriota.

Identificação do entrevistado:

Local, Data e hora de realização da entrevista:

Sexo:

Idade:

Formação:

Profissão:

Origem/procedência:

Endereço:

Tempo de residência no EPCT:

1º PARTE:

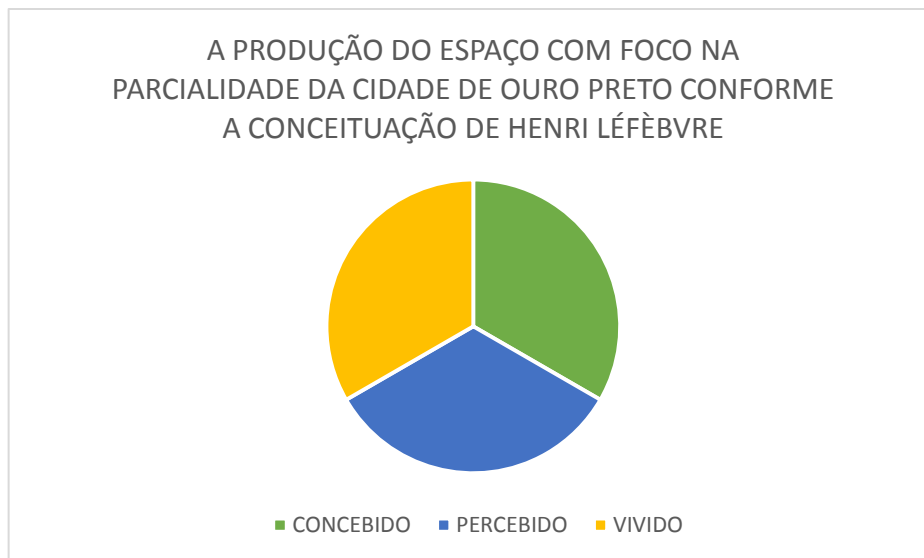
Questão 1: Gentileza descrever as lembranças que você tem do centro histórico de Ouro Preto? Houve mudanças no espaço urbano e nos meios de vivenciar a cidade? Quais as principais mudanças?

Questão 2: Sobre o número de habitantes residentes no centro histórico de Ouro Preto, houve aumento ou redução do número de habitantes? Em sua concepção, como você descreve essa mudança? E quais foram os principais motivos que justificam essa questão?

⁵⁵ Eixo Parcial do Caminho Tronco: Rua Getúlio Vargas, Largo da Alegria, Rua São José, Largo do Cinema, Rua Direita e Praça Tiradentes.

Questão 3: Para a sua vida cotidiana, quais são os elementos urbanos que integram e distanciam você do espaço urbano espaço?

2º PARTE:



CONCEBIDO/ Representação do espaço: Refere-se ao espaço de domínio pelas instituições oficiais que determinam o patrimônio cultural em Ouro Preto e realizam a representação do espaço pelos comportamentos administrativos, agenciadores, científicos e verbalizam o espaço com as descrições teóricas e conceituais.

PERCEBIDO/ Prática espacial: Refere-se ao espaço de domínio pelos sujeitos integrantes (moradores do EPCT) que materializam o espaço pelas atividades que realizam e pelas interações sociais do cotidiano, representando as práticas sociais - a utilização do espaço patrimonializado com os processos de produção.

VIVIDO/ Espaço de representação: Refere-se também ao espaço de domínio pelos sujeitos integrantes (moradores do EPCT) identificado no campo simbólico das relações de identificação do sujeito com o patrimônio material.

REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO CONCEBIDO:

1. Qual a importância ou representação do EPCT para a cidade Patrimônio Cultural da Humanidade?
2. Como você identifica a atuação do IPHAN e da Secretaria de Patrimônio Municipal na preservação do EPCT? Quais os pontos positivos e quais os negativos dessa atuação?
3. Como esses órgãos “reguladores do patrimônio” agem em sua vida e de sua família?
4. Como você avalia a apropriação do EPCT por esses órgãos reguladores? Positiva, negativa, eficiente ou não? Quais os acertos e erros?

PRÁTICAS ESPACIAIS MATERIAIS PERCEBIDAS:

1. Como você se utiliza do espaço EPCT para as suas necessidades materiais? Dentro das condições de espaço protegido, ele atende às suas necessidades cotidianas de moradia, consumo, serviço e trabalho?
2. Quais são as infraestruturas existentes e/ou ausentes que fortalecem e/ou fragilizam as práticas espaciais no EPCT? Você acha que ainda permanecem no EPCT elementos que compõem o espaço urbano como órgão vivo e dinâmico? Quais são?
3. No âmbito da centralidade urbana, o EPCT ainda possui as características de centro? Em quais aspectos? Comercial? Social? Econômico?
4. Quais os pontos positivos, materiais e práticos, de se morar no EPCT? E quais os negativos?
5. Como você avalia a apropriação do espaço pelos moradores locais por meio das condições materiais oferecidas pelo EPCT?

ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO DO VIVIDO:

1. Você se identifica com o espaço do EPCT? Como?
2. Quais os elementos presentes no EPCT (casa, rua, monumento, conjunto urbano, etc.) que auxiliam na sua identificação com o EPCT? Como?

3. No âmbito da centralidade urbana, permanece no EPCT os aspectos simbólicos de centro da cidade? Se sim, como você vive essa centralidade urbana?
4. Enquanto sujeito ativo na produção do espaço vivido, qual é a sua participação para a permanência de tais elementos?
5. Quais as transformações ocorridas no EPCT que aproximam e/ou distanciam você do EPCT? O que mais gosta e o que menos gosta?
6. Como você avalia a apropriação do espaço pelas relações simbólicas do EPCT em sua vida?

Por gentileza, realize uma descrição sumária da sua rua (ou de todo o EPCT), referenciando elementos fundamentais de integração da cidade com o cidadão; de você com a cidade; ou, de sua família com a cidade! Muito obrigado!!!

APÊNDICE II



Ministério da Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS

EU, _____, RG/CPF: _____, após conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológico da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado de Edson Fialho de Rezende, aluno do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como orientador o professor Leonardo Barci Castriota, declaro estar ciente da necessidade de uso do meu depoimento realizado no 1º semestre de 2018, por meio de entrevista semiestruturada, e autorizo, através do devido termo, a utilização e publicação total ou parcial do mesmo na citada pesquisa por meio da referência de X.X.

Ouro Preto, _____ de junho de 2018.

Entrevistado
Contato/ Tel:

Edson Fialho de Rezende – Pesquisador/ PACPS - Matrícula: 2016681033